

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A Ultrapar Participações S.A. (“Ultrapar” ou “Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 1.343 em São Paulo – SP, com ações negociadas no segmento Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sob o código UGPA3, e na Bolsa de Nova Iorque (“NYSE”) por meio de *American Depositary Receipts* (“ADRs”) nível III sob o código UGP.

A Sociedade tem por atividade a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria e na prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações e cotas de outras sociedades. Por meio de suas controladas, atua no segmento de distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP (“Ultragaz”), na distribuição de combustíveis e atividades relacionadas (“Ipiranga”), na produção e comercialização de produtos químicos (“Oxiteno”), na prestação de serviços de armazenagem de grãos líquidos (“Ultracargo”) e no comércio de medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos (“Extrafarma”). As informações sobre os segmentos estão apresentadas na nota explicativa nº 33.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas (“demonstrações financeiras”) foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, foram evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da administração da Sociedade e suas controladas.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (“R\$”), que é a moeda funcional da Sociedade.

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas pela Sociedade e suas controladas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto pela adoção do *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) 16/CPC 06 (R2) em 1 de janeiro de 2019, conforme descrito na nota explicativa nº 2.h e y.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a. Apuração do resultado

A receita de vendas e serviços prestados é mensurada pelo valor da contrapartida à qual as controladas da Sociedade esperam ter direito, deduzida de devoluções, descontos, abatimentos, amortização de ativos de contratos com clientes e outras deduções, se aplicáveis, sendo reconhecida à medida que a entidade satisfaça sua obrigação de desempenho. Na Ipiranga, a receita de vendas de combustíveis e lubrificantes é reconhecida quando os produtos são entregues aos postos de serviços e aos grandes consumidores. Na Ultragaz, a receita de vendas de GLP é reconhecida quando os produtos são entregues aos clientes em domicílio, aos revendedores autônomos e aos clientes industriais e comerciais. Na Extrafarma, a receita de vendas de medicamentos é reconhecida quando os produtos são entregues aos consumidores finais nas drogarias próprias e quando são entregues aos revendedores independentes. Na Oxiteno, a receita de vendas de produtos químicos é reconhecida quando os produtos são entregues aos consumidores industriais, levando-se em consideração a modalidade de frete da entrega. Na Ultracargo, a receita de serviços prestados de armazenagem é reconhecida em função da realização dos serviços. As aberturas das receitas de vendas e serviços prestados estão demonstradas nas notas explicativas nº 27 e 33.

As amortizações dos ativos de contratos com clientes referentes aos direitos de exclusividade com clientes da Ipiranga e às bonificações postecipadas são reconhecidas no resultado como redutoras da receita de vendas, conforme as condições estabelecidas nos contratos e são revistas à medida que ocorrem mudanças nos termos contratuais (vide notas explicativas nº 2.f e 11).

A taxa inicial de franquia da *am/pm* recebida pela Ipiranga é diferida e apropriada ao resultado a medida que as obrigações de desempenho são cumpridas ao longo do período dos contratos com os franqueados. Para maiores informações vide nota explicativa nº 24.a.

A receita diferida de programa de fidelidade é reconhecida no resultado quando os pontos são resgatados, momento no qual os custos incorridos também são reconhecidos no resultado, ou no momento em que os pontos expiram. Para maiores informações vide nota explicativa nº 24.b.

Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados incluem os custos de mercadorias (principalmente combustíveis, lubrificantes, GLP e medicamentos), custos de matérias-primas (produtos químicos e petroquímicos) e os custos de produção, distribuição, armazenamento e envasamento.

As variações cambiais e os resultados de instrumentos de proteção são apresentados na demonstração do resultado na rubrica de despesa financeira.

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são reconhecidos no resultado em despesas gerais e administrativas e totalizaram R\$ 61.589 em 2019 (R\$ 63.085 em 2018).

b. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Para maiores informações do caixa e equivalentes de caixa, vide nota explicativa nº 4.a.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Ativos financeiros

A Sociedade e suas controladas avaliaram a classificação e mensuração dos ativos financeiros de acordo com o seu modelo de gerenciamento de ativos financeiros conforme abaixo:

- **Custo amortizado:** ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber os fluxos contratuais, exclusivamente principal e juros. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. As aplicações financeiras dadas em garantia de empréstimos são classificadas como custo amortizado.
- **Mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** ativos financeiros que são adquiridos ou originados com a finalidade de recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou venda dos ativos. Os saldos são demonstrados ao valor justo e os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado. As diferenças entre o valor justo e o valor inicial da aplicação acrescido dos rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no momento da sua liquidação. Substancialmente as aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (“CDB”) e operações compromissadas são classificadas como mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
- **Mensurado ao valor justo por meio do resultado:** ativos financeiros que não foram classificados como custo amortizado ou mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os saldos são demonstrados ao valor justo e tanto os rendimentos auferidos e as variações cambiais como as variações de valor justo são contabilizados no resultado. Os fundos de investimentos e os instrumentos derivativos de proteção são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros para fins de proteção, aplicando os conceitos descritos a seguir:

- **Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de valor justo:** instrumento financeiro utilizado para a proteção da exposição às mudanças no valor justo de um item, atribuível a um risco em particular e que possa afetar o resultado da entidade. No momento da designação inicial do *hedge* de valor justo, o relacionamento entre o instrumento de proteção e o item objeto de *hedge* é documentado, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos, a estratégia na condução da transação e os métodos que serão utilizados para avaliar sua efetividade. Uma vez que o *hedge* de valor justo tenha sido qualificado como efetivo, também o item objeto de *hedge* é mensurado a valor justo. Os ganhos e perdas do instrumento de proteção e dos itens objeto de *hedge* são reconhecidos no resultado. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando o *hedge* se tornar inefetivo.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de fluxo de caixa: instrumento financeiro utilizado para mitigar a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco associado a um ativo ou passivo ou transação altamente provável ou compromissos firmes que possam afetar o resultado. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”, enquanto a parcela ineficaz é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecido diretamente em outros resultados abrangentes acumulados deve ser reclassificado para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado ou como custo inicial do ativo não financeiro, na mesma rubrica da demonstração em que o item objeto de *hedge* é reconhecido. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando (i) é cancelada a relação de *hedge*; (ii) o instrumento de *hedge* vence; e (iii) o instrumento de *hedge* não se qualifica mais como contabilidade de proteção. Quando a contabilidade de proteção é descontinuada, os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado. Caso a transação prevista como item objeto de *hedge* seja cancelada ou não se espera que ela ocorra, os ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos imediatamente no resultado.
- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior: instrumento financeiro utilizado para a proteção da exposição dos investimentos líquidos em controladas no exterior em decorrência da conversão da demonstração financeira em moeda funcional local para a moeda funcional da Sociedade. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes acumulados de conversão”, enquanto a parcela ineficaz e o custo da operação são reconhecidos no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes acumulados deve ser reconhecido no resultado quando ocorrer a alienação da controlada no exterior.

Para maiores informações dos instrumentos financeiros, vide nota explicativa nº 34.

d. Contas a receber e financiamentos a clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado da contrapartida à qual as controladas da Sociedade esperam ter direito (vide notas explicativas nº 5 e 34.d.3). As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa consideram, (i) no reconhecimento inicial do contrato, a expectativa de perdas para os próximos 12 meses ou (ii) para a duração do contrato, quando da deterioração ou melhora da qualidade de crédito dos clientes levando-se em consideração as características dos clientes de cada segmento de negócios. O montante da provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é considerado suficiente pela administração para cobrir as eventuais perdas na realização das contas a receber.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

e. Estoques

Os estoques são demonstrados pelo valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor (vide nota explicativa nº 6). No valor de custo dos estoques, calculado pelo custo médio ponderado, estão incluídos os custos de aquisição e de transformação diretamente e indiretamente relacionados com as unidades produzidas baseados na capacidade normal de produção. As estimativas do valor realizável líquido baseiam-se nos preços gerais de venda em vigor no final do período de apuração, líquidos das despesas diretas de venda. São considerados nessas estimativas, eventos subsequentes relacionados à flutuação de preços e custos, se relevantes. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor do custo, uma provisão correspondente a essa diferença é contabilizada. A obsolescência de materiais mantidos para uso na produção também é revisada periodicamente e inclui produtos, materiais ou bens que (i) não atendem à especificação das controladas, (ii) tenham expirado a data de validade ou (iii) possuam baixa rotatividade. Esta classificação é feita pela administração com o apoio da equipe industrial e de operações.

f. Ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade

Os desembolsos de direitos de exclusividade previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores são registrados como ativos de contratos no momento de sua ocorrência e são amortizados conforme as condições estabelecidas nos contratos (vide notas explicativas nº 2.a e 11).

g. Investimentos

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora (vide notas explicativas nº 3.b e 12.a). Uma controlada é uma investida na qual o acionista tem direito aos seus retornos variáveis e tem a capacidade de interferir nas suas atividades financeiras e operacionais. Normalmente, a participação societária em uma sociedade controlada é superior a 50%.

Os investimentos em sociedades coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras (vide nota explicativa nº 12 itens b e c). Uma coligada é uma investida na qual um acionista tem influência significativa, ou seja, tem o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, porém sem exercer o controle. Um empreendimento controlado em conjunto é uma investida na qual os acionistas têm o direito aos ativos líquidos por conta de um controle em conjunto. Controle em conjunto é um acordo que estabelece que as decisões sobre as atividades relevantes da investida exigem o consentimento das partes que compartilham o controle.

Os outros investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, caso estas não sejam consideradas temporárias.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

h. Ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar

A Sociedade e suas controladas reconhecem no balanço patrimonial, um ativo de direito de uso e o respectivo arrendamento a pagar, calculado pelo valor presente das parcelas futuras, acrescidos dos custos diretos associados ao contrato de arrendamento (vide nota explicativa nº 13). A amortização do ativo de direito de uso é reconhecida no resultado ao longo da vigência estimada do contrato. O passivo é acrescido de juros e líquido dos pagamentos. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva. A remensuração do ativo e do passivo com base no índice de reajuste contratual é reconhecida no balanço patrimonial, não tendo efeito no resultado. Em caso de cancelamento do contrato, o ativo e respectivo passivo são baixados para o resultado.

Ativos de direito de uso incluem os valores referentes as outorgas de concessões portuárias (vide nota explicativa nº 35.c).

As controladas da Sociedade aplicam as isenções de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses e contratos de baixo valor. Nesses casos, a despesa com o arrendamento é reconhecida no resultado ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrida.

i. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, bem como custos com manutenções relevantes de bens decorrentes de paradas de fábrica programadas e custos estimados para retirada por desativação ou restauração (vide notas explicativas nº 2.n e 21), deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, da provisão para perda por redução ao valor recuperável (vide nota explicativa nº 14).

As depreciações são calculadas pelo método linear, pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 14, que levam em consideração a vida útil dos bens e são revisados anualmente.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo menor prazo entre a vigência do contrato ou a vida útil dos bens.

j. Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, seguindo os critérios abaixo:

- Ágios por expectativa de rentabilidade futura (“ágio”) são demonstrados como ativo intangível pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar ao vendedor e o valor justo dos ativos identificados e passivos assumidos da entidade adquirida. Os ágios são testados anualmente para verificar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. Os ágios são alocados aos segmentos de negócios, os quais representam o nível mais baixo em que o ágio é monitorado para fins de teste de recuperabilidade (vide nota explicativa nº 15.a).
- Outros ativos intangíveis adquiridos de terceiros, tais como *software*, tecnologia e direitos, são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados linearmente pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 15, que levam em consideração sua vida útil e são revisados anualmente.

A Sociedade e suas controladas não têm contabilizados ativos intangíveis que tenham sido gerados internamente. A Sociedade e suas controladas possuem ágios e marcas adquiridas em combinação de negócios, que são avaliados como ativos intangíveis com vida útil indefinida (vide nota explicativa nº 15 itens a e e).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

k. Demais ativos

Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas ou deduzidos de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente.

l. Passivos financeiros

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores e demais contas a pagar, financiamentos, debêntures, arrendamentos a pagar e instrumentos financeiros derivativos utilizados como instrumentos de proteção. Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado” ou “passivos financeiros mensurados ao custo amortizado”. Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado referem-se a instrumentos financeiros derivativos, bônus de subscrição - indenização e passivos financeiros designados como itens objeto de *hedge* de valor justo no reconhecimento inicial (vide nota explicativa nº 2.c – *hedge* de valor justo). Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são demonstrados pelo valor inicial da transação acrescidos dos juros e líquidos das amortizações e custos de transação. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros.

Os custos de transação, incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução das transações de captação de recursos por meio da contratação de financiamentos ou pela emissão de títulos de dívidas, bem como os prêmios na emissão de debêntures e outros instrumentos de dívida, são apropriados ao respectivo instrumento e amortizados no resultado levando em consideração o seu prazo, pelo método da taxa efetiva de juros (vide nota explicativa nº 16.h).

m. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”), correntes e diferidos, são calculados com base nas suas alíquotas vigentes. Para o cálculo do IRPJ corrente é considerado também a parcela de incentivo fiscal. Os tributos são reconhecidos com base nas taxas de IRPJ e CSLL previstas na legislação vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras. As alíquotas vigentes no Brasil são de 25% para o IRPJ e de 9% para a CSLL. Para maiores informações sobre o reconhecimento e realização de IRPJ e CSLL, vide nota explicativa nº 9.

Para fins de divulgação, o ativo fiscal diferido foi compensado contra o passivo fiscal diferido, de IRPJ e CSLL da mesma entidade tributável e da mesma autoridade tributária.

n. Provisão para retirada de tanques

Corresponde à obrigação de retirar os tanques subterrâneos de combustíveis da Ipiranga localizados nos postos de sua marca após determinado prazo de utilização. O custo estimado da obrigação de retirada desses ativos é registrado como um passivo no momento em que os tanques são instalados. O custo estimado de retirada é acrescido ao valor do bem e depreciado durante a respectiva vida útil desses tanques. Os montantes reconhecidos como passivo são atualizados monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) até que o tanque seja retirado (vide nota explicativa nº 21). O custo de retirada estimado é revisado anualmente ou quando ocorre mudança significativa no seu valor, sendo que as mudanças em relação ao custo estimado são reconhecidas no resultado quando se tornam conhecidas. Um aumento no custo estimado de retirada dos tanques pode impactar negativamente os resultados futuros.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

o. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos que possuam valores estimáveis, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os montantes são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (vide nota explicativa nº 22).

p. Benefícios pós-emprego

Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente e revisado pela administração, de acordo com o método do crédito unitário projetado (vide nota explicativa nº 20.b). Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”.

q. Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados por montantes conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridas. Quando aplicável, os demais passivos são registrados a valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

r. Transações em moeda estrangeira

As transações da Sociedade e de suas controladas realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a sua respectiva moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data de cada transação. Os ativos e passivos monetários em aberto são convertidos pela taxa de câmbio da data-base das demonstrações financeiras. O efeito da diferença entre essas taxas de câmbio é reconhecido no resultado financeiro até a conclusão de cada transação.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

s. Base para conversão das demonstrações financeiras de controladas sediadas no exterior

s.1 Controladas com autonomia administrativa

Os ativos e passivos das controladas sediadas no exterior, cuja moeda funcional é diferente do Real, e que possuem autonomia administrativa, são convertidos pela taxa de câmbio da data-base das demonstrações financeiras. As receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média de cada período e o patrimônio líquido é convertido pela taxa de câmbio histórica de cada movimentação do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes acumulados de conversão” e serão reconhecidos no resultado se esses investimentos forem alienados. O saldo registrado em outros resultados abrangentes acumulados em 31 de dezembro de 2019 totalizou R\$ 102.427 de ganho cambial (R\$ 65.857 de ganho cambial em 31 de dezembro de 2018), vide nota explicativa nº 26.g.2.

As controladas sediadas no exterior, com moeda funcional diferente da Sociedade e que possuem autonomia administrativa, estão relacionadas abaixo:

| <u>Controlada</u> | <u>Moeda funcional</u> | <u>País</u> |
|--|-------------------------------|--------------------|
| Oxitenos México S.A. de C.V. | Peso Mexicano | México |
| Oxitenos Servicios Corporativos S.A. de C.V. | Peso Mexicano | México |
| Oxitenos Servicios Industriales S.A. de C.V. | Peso Mexicano | México |
| Oxitenos USA LLC | Dólar norte-americano | Estados Unidos |
| Oxitenos Uruguay S.A. (i) | Dólar norte-americano | Uruguai |

(i) A controlada Oxitenos Uruguay S.A. (“Oxitenos Uruguay”) determinou sua moeda funcional em dólar norte-americano (“US\$”), considerando que suas vendas de estoques e compras de insumos, bem como suas atividades de financiamento, são realizadas substancialmente nesta moeda.

s.2 Controladas sem autonomia administrativa

Os ativos e passivos das demais controladas no exterior, que não possuem autonomia administrativa, são considerados como atividades da sua investidora, sendo convertidos pela taxa de câmbio da data-base das demonstrações financeiras. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no resultado financeiro. O ganho reconhecido no resultado em 2019 totalizou R\$ 2.444 (ganho de R\$ 4.090 em 2018).

t. Uso de estimativas, premissas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas, premissas e julgamentos para a contabilização e divulgação de certos ativos, passivos e resultados. Para isso, a administração da Sociedade e de suas controladas utilizam as melhores informações disponíveis na data-base da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

t.1 Julgamentos

As informações sobre os julgamentos realizados estão incluídas na: determinação de controle de sociedades controladas (notas explicativas nº 2.g, 2.s.l, 3 e 12.a), determinação de controle conjunto de empreendimentos controlados em conjunto (notas explicativas nº 2.g, 12.a e 12.b) e determinação de influência significativa sobre sociedades coligadas (notas explicativas nº 2.g e 12.c).

t.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas estão incluídas na: determinação do valor justo de instrumentos financeiros (notas explicativas nº 2.c, 2.l, 4, 16 e 34), determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (notas explicativas nº 2.d, 5 e 34.d.3), determinação da provisão para perda em estoques (notas explicativas nº 2.e e 6), realização de IRPJ e CSLL diferidos (notas explicativas nº 2.m e 9.a), vida útil e taxa de desconto de ativos de direitos de uso (notas explicativas nº 2.h e 13), vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.i e 14), vida útil do ativo intangível e valor de recuperação do ágio (notas explicativas nº 2.j e 15.a), provisão para retirada de tanques (notas explicativas nº 2.n e 21), provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.o e 22), estimativas para elaboração de laudo atuarial (notas explicativas nº 2.p e 20.b) e determinação do valor justo do bônus de subscrição – indenização (notas explicativas nº 25 e 34.j). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das suas estimativas.

u. Redução ao valor recuperável de ativos

A Sociedade e suas controladas revisam, trimestralmente, a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização e anualmente para ativos intangíveis com vida útil indefinida. Se houver alguma indicação, a Sociedade e suas controladas estimam o valor recuperável do ativo. Os ativos que não podem ser avaliados individualmente, são agrupados no menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (unidades geradoras de caixa “UGC”). O valor recuperável desses ativos ou UGCs corresponde ao maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas diretas de venda e o seu valor em uso.

O valor justo líquido de despesas diretas de venda é determinado pelo preço que seria recebido pela venda de um ativo em uma transação não forçada entre participantes do mercado, deduzidas das despesas com a remoção do ativo, gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda, despesas legais e tributos.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Para avaliar o valor em uso foram consideradas as projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC avaliados. Nos casos em que o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados é menor que o seu valor contábil, a perda por irrecoverabilidade é reconhecida pelo montante em que o valor contábil excede o valor justo desses ativos. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos são reconhecidas no resultado. Na existência de ágio alocado na UGC à qual os ativos pertencem, as perdas reconhecidas referentes às UGCs são primeiramente alocadas na redução do correspondente ágio. Se o ágio não for suficiente para absorver tais perdas, o excedente será alocado aos demais ativos de forma pró-rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não pode ser revertida. Para outros ativos, as perdas de valor recuperável podem ser revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade registrou redução ao valor recuperável para a controlada Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. (“Extrafarma”) (vide nota explicativa nº 15.a).

v. Combinação de negócios

Uma combinação de negócio é contabilizada utilizando-se o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela contraprestação transferida e a transferir, avaliada pelo valor justo na data de aquisição. Na aquisição de um negócio são avaliados os ativos adquiridos e os passivos assumidos, com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. A participação de não controladores na adquirida é mensurado com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida e a transferir em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio é alocado ao segmento de negócios da Sociedade. Quando o custo de uma aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do exercício. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício quando incorridos.

w. Demonstrações de valor adicionado

As demonstrações de valor adicionado são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras aplicáveis às companhias abertas, enquanto que para IFRS representam informação financeira suplementar.

x. Demonstrações dos fluxos de caixa

A Sociedade e suas controladas apresentam os juros pagos sobre financiamentos, debêntures e arrendamentos a pagar nas atividades de financiamentos. A Sociedade e suas controladas apresentam nas atividades de investimentos, as aplicações financeiras em bases líquidas dos resgates e rendimentos.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

y. Adoção dos pronunciamentos emitidos pelo CPC e IASB

As seguintes normas, emendas às normas e interpretações aos IFRS emitidos pelo IASB entraram em vigor em 1 de janeiro de 2019:

(i) IFRS 16/CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil:

Com a adoção do IFRS 16/ CPC 06 (R2), os contratos de arrendamentos das controladas da Sociedade, identificados e vigentes na data de transição e com prazos superiores a 12 meses, foram contabilizados da seguinte forma nas demonstrações financeiras:

- reconhecimento de ativos de direito de uso e de passivos de arrendamentos a pagar no balanço patrimonial, inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros dos arrendamentos; e
- reconhecimento de despesas de amortização de ativos de direito de uso e despesas de juros no resultado financeiro sobre os passivos de arrendamentos na demonstração de resultado.

A Sociedade selecionou como método de transição a abordagem retrospectiva modificada, com o efeito cumulativo da aplicação inicial desse novo pronunciamento registrado como ajuste ao saldo de abertura do patrimônio líquido e sem a reapresentação de períodos comparativos.

No diagnóstico da adoção, a administração da Sociedade, com o auxílio de consultoria especializada, efetuou o inventário dos contratos, avaliando se o contrato contém ou não, arrendamento de acordo com o IFRS 16/CPC 06 (R2). Esta análise identificou impactos, principalmente, relacionados às operações de arrendamento de imóveis locados de terceiros, áreas portuárias e valores menos representativos advindos de outras operações onde foram identificados a existência de ativos arrendados individualmente ou combinados em contratos de serviços.

Conforme permitido na norma, arrendamentos de curto prazo com locação de 12 meses ou menos, valores variáveis, prazos indeterminados e arrendamentos de ativos de baixo valor, como computadores pessoais e móveis de escritório, são reconhecidos como despesas de arrendamento em bases lineares no resultado.

Adicionalmente, os seguintes expedientes práticos foram utilizados para a transição aos novos requerimentos de contabilização de arrendamentos:

- aplicação do IFRS 16/ CPC 06 (R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o IAS 7/ CPC 06 (R1) e a IFRIC 4/ ICPC 03;
- utilização de taxa de desconto de acordo com o prazo de contrato e características similares;
- não foi realizado o reconhecimento dos contratos com prazo de encerramento dentro do período de 12 meses a partir da data da adoção inicial da norma ou com prazos indeterminados;
- exclusão dos custos diretos iniciais da mensuração do saldo inicial dos ativos de direito de uso; e
- foram consideradas as opções de prorrogação de prazo ou rescisão, quando aplicável.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O quadro a seguir sumariza os efeitos da adoção inicial do IFRS 16/CPC 06 (R2):

| | 01/01/2019 |
|-------------------------------|------------------|
| Ativo circulante | |
| Despesa antecipada | (39.066) |
| Ativo não circulante | |
| Despesa antecipada | (288.630) |
| Ativos de direito de uso | 1.731.427 |
| Intangível | (39.928) |
| Total do ativo | <u>1.363.803</u> |
| Passivo circulante | |
| Arrendamentos a pagar | 13.827 |
| Passivo não circulante | |
| Arrendamentos a pagar | 1.349.976 |
| Total do passivo | <u>1.363.803</u> |

As análises associadas a mensuração e contabilização dos contratos de arrendamento mercantil estão concluídas.

Para fins de mensuração, a Sociedade utilizou uma taxa de desconto nominal e estimou os fluxos de pagamentos pela parcela bruta de impostos.

(ii) IFRIC 23 (ICPC 22) - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:

O IFRIC 23/ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incertezas no tratamento de tributos sobre o lucro, ou seja, há dúvidas sobre aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do IAS 12/CPC 32.

Na avaliação da administração da Sociedade, não foram identificados impactos significativos em decorrência da adoção do IFRIC 23/ICPC 22, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

z. Autorização para a emissão das demonstrações financeiras

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração (“CA”) da Sociedade em 19 de fevereiro de 2020.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

3 Princípios de consolidação e participações societárias

a. Princípios de consolidação

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações de uma sociedade em outra, os saldos das contas ativas e passivas, as transações de receitas, custos e despesas, bem como os efeitos decorrentes das operações realizadas entre as sociedades. A participação dos acionistas não controladores das controladas é apresentada como parte do patrimônio líquido e lucro líquido consolidados.

A consolidação de uma controlada se inicia quando a Sociedade obtém o controle direto ou indireto de uma companhia e se encerra quando deixa de ter este controle. As receitas e despesas de uma controlada adquirida estão incluídas na demonstração de resultado e do resultado abrangente consolidado, a partir da data que a Sociedade obtém o seu controle. As receitas e despesas de uma controlada em que sua controladora deixa de ter o controle estão incluídas na demonstração do resultado e do resultado abrangente consolidado até a data que ocorre a perda de controle.

Quando necessário, são efetuados ajustes às demonstrações financeiras das controladas para adequação das mesmas às práticas contábeis da Sociedade.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Participações societárias

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as controladas diretas e indiretas, compreendendo:

| | | | % participação no capital social | | | |
|--|----------------|------------|----------------------------------|----------|------------|----------|
| | | | 31/12/2019 | | 31/12/2018 | |
| | | | Controle | | Controle | |
| | Localidade | Segmento | Direto | Indireto | Direto | Indireto |
| Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. | Brasil | Ipiranga | 100 | - | 100 | - |
| am/pm Comestíveis Ltda. | Brasil | Ipiranga | - | 100 | - | 100 |
| Centro de Conveniências Millennium Ltda. | Brasil | Ipiranga | - | 100 | - | 100 |
| Icorban - Correspondente Bancário Ltda. | Brasil | Ipiranga | - | 100 | - | 100 |
| | Ilhas Virgens | | | | | |
| Ipiranga Trading Limited | Britânicas | Ipiranga | - | 100 | - | 100 |
| Tropical Transportes Ipiranga Ltda. | Brasil | Ipiranga | - | 100 | - | 100 |
| Ipiranga Imobiliária Ltda. | Brasil | Ipiranga | - | 100 | - | 100 |
| Ipiranga Logística Ltda. | Brasil | Ipiranga | - | 100 | - | 100 |
| Oil Trading Importadora e Exportadora Ltda. | Brasil | Ipiranga | - | 100 | - | 100 |
| Iconic Lubrificantes S.A. | Brasil | Ipiranga | - | 56 | - | 56 |
| Integra Frotas Ltda. | Brasil | Ipiranga | - | 100 | - | 100 |
| Companhia Ultragaz S.A. | Brasil | Ultragaz | - | 99 | - | 99 |
| Ultragaz Comercial Ltda. | Brasil | Ultragaz | - | 100 | - | 100 |
| Nova Paraná Distribuidora de Gás Ltda. ⁽¹⁾ | Brasil | Ultragaz | - | 100 | - | 100 |
| Bahiana Distribuidora de Gás Ltda. | Brasil | Ultragaz | - | 100 | - | 100 |
| Utingás Armazenadora S.A. | Brasil | Ultragaz | - | 57 | - | 57 |
| LPG International Inc. | Ilhas Cayman | Ultragaz | - | 100 | - | 100 |
| Imaven Imóveis Ltda. | Brasil | Outros | - | 100 | - | 100 |
| Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. | Brasil | Extrafarma | - | 100 | - | 100 |
| Oxiten S.A. Indústria e Comércio | Brasil | Oxiten | 100 | - | 100 | - |
| Oxiten Nordeste S.A. Indústria e Comércio ⁽²⁾ | Brasil | Oxiten | - | - | - | 99 |
| Oxiten Argentina Sociedad de Responsabilidad Ltda. | Argentina | Oxiten | - | 100 | - | 100 |
| Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. | Brasil | Oxiten | - | 100 | - | 100 |
| Oxiten Uruguay S.A. | Uruguai | Oxiten | - | 100 | - | 100 |
| Oxiten México S.A. de C.V. | México | Oxiten | - | 100 | - | 100 |
| Oxiten Servicios Corporativos S.A. de C.V. | México | Oxiten | - | 100 | - | 100 |
| Oxiten Servicios Industriales S.A. de C.V. | México | Oxiten | - | 100 | - | 100 |
| Oxiten USA LLC | Estados Unidos | Oxiten | - | 100 | - | 100 |
| | Ilhas Virgens | | | | | |
| Global Petroleum Products Trading Corp. | Britânicas | Oxiten | - | 100 | - | 100 |
| Oxiten Andina, C.A. ⁽³⁾ | Venezuela | Oxiten | - | - | - | 100 |
| Oxiten Europe SPRL | Bélgica | Oxiten | - | 100 | - | 100 |
| Oxiten Colombia S.A.S. | Colômbia | Oxiten | - | 100 | - | 100 |
| Oxiten Shanghai LTD. | China | Oxiten | - | 100 | - | 100 |
| Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A. | Brasil | Oxiten | - | 100 | - | 100 |
| Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda. | Brasil | Ultracargo | 100 | - | 100 | - |
| Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar | Brasil | Ultracargo | - | 99 | - | 99 |
| TEAS – Terminal Exportador de Alcool de Santos Ltda. | Brasil | Ultracargo | - | 100 | - | 100 |
| Tequimar Vila do Conde Logística Portuária S.A. ⁽⁴⁾ | Brasil | Ultracargo | - | 100 | - | - |
| Ultrapar International S.A. | Luxemburgo | Outros | 100 | - | 100 | - |
| SERMA - Ass. dos usuários equip. proc. de dados | Brasil | Outros | - | 100 | - | 100 |

Os percentuais da tabela acima estão arredondados.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- (1) Empresa não operacional em fase de extinção.
- (2) Em 30 de abril de 2019, as acionistas da Oxitenos Nordeste S.A. Indústria e Comércio (“Oxitenos Nordeste”) aprovaram o resgate da totalidade das ações preferenciais classe “B” de sua emissão, com o consequente cancelamento. Em 2 de dezembro, visando a simplificação societária, a controlada Oxitenos Nordeste foi incorporada pela controladora Oxitenos S.A. Indústria e Comércio (“Oxitenos S.A.”).
- (3) Em 15 de outubro de 2019, a controlada Oxitenos S.A. aprovou a baixa de ativos da Oxitenos Andina C.A. (“Oxitenos Andina”).
- (4) Companhia constituída em 20 de maio de 2019 devido a licitação do porto de Vila do Conde (vide nota explicativa nº 35.c).

c. Aquisição do TEAS Terminal Exportador de Alcool de Santos Ltda.

A Sociedade, por meio da controlada Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar (“Tequimar”), adquiriu a totalidade das quotas do TEAS Terminal Exportador de Alcool de Santos Ltda. (“TEAS”). Em 29 de março de 2018, a aquisição foi concluída por meio do fechamento da operação. Para maiores detalhes da combinação de negócios do TEAS, vide nota explicativa nº 3.d das demonstrações financeiras arquivadas na CVM em 20 de fevereiro de 2019.

4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras, exceto caixa e bancos, estão representados, substancialmente, por recursos aplicados: (i) no Brasil, em títulos privados de instituições financeiras vinculados à taxa de juros dos Depósitos Interbancários (“DI”), operações compromissadas, letras financeiras e em fundos de investimentos de curto prazo, de carteira composta por títulos públicos federais do governo brasileiro e títulos privados de instituições financeiras; (ii) no exterior, em títulos privados de instituições financeiras e em fundos de investimento de curto prazo, de carteira composta por títulos públicos federais; e (iii) em instrumentos de proteção cambial e de juros.

Os ativos financeiros foram classificados na nota explicativa nº 34.j conforme o modelo de gerenciamento de ativos financeiros da Sociedade e suas controladas.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Os saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (consolidado) totalizaram R\$ 5.712.097 em 2019 (R\$ 6.994.406 em 2018) e estão distribuídos conforme abaixo:

a. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão apresentados conforme abaixo:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Caixa e bancos | | | | |
| Em moeda nacional | 381 | 381 | 182.237 | 117.231 |
| Em moeda estrangeira | - | - | 102.755 | 88.251 |
| Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa | | | | |
| Em moeda nacional | | | | |
| Títulos de renda fixa | 42.199 | 171.934 | 1.780.939 | 3.722.308 |
| Em moeda estrangeira | | | | |
| Títulos de renda fixa | - | - | 49.448 | 11.161 |
| Total de caixa e equivalentes de caixa | <u>42.580</u> | <u>172.315</u> | <u>2.115.379</u> | <u>3.938.951</u> |

b. Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos de proteção

As aplicações financeiras, que não são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, estão apresentadas conforme abaixo:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Aplicações financeiras | | | | |
| Em moeda nacional | | | | |
| Títulos e fundos de renda fixa | 95.829 | 565.930 | 2.610.686 | 2.537.315 |
| Em moeda estrangeira | | | | |
| Títulos e fundos de renda fixa | - | - | 303.417 | 154.811 |
| Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (a) | - | - | 682.615 | 363.329 |
| Total de aplicações financeiras | <u>95.829</u> | <u>565.930</u> | <u>3.596.718</u> | <u>3.055.455</u> |
| Circulante | 95.829 | 565.930 | 3.090.212 | 2.853.106 |
| Não circulante | - | - | 506.506 | 202.349 |

(a) Ganhos acumulados, líquidos de imposto de renda (vide nota explicativa nº 34.i).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

5 Contas a receber e financiamentos a clientes (Consolidado)

a. Contas a receber de clientes

A composição das contas a receber de clientes é demonstrada conforme a seguir:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|------------------|------------------|
| Clientes nacionais | 3.867.902 | 4.290.996 |
| Clientes estrangeiros | 226.484 | 244.960 |
| (-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa | <u>(404.886)</u> | <u>(385.080)</u> |
| | <u>3.689.500</u> | <u>4.150.876</u> |
| Circulante | 3.635.834 | 4.069.307 |
| Não circulante | 53.666 | 81.569 |

A composição dos saldos de contas a receber de clientes, bruto de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

| | Total | A vencer | Vencidos | | | | |
|------------|-----------|-----------|-----------|--------------|--------------|---------------|------------|
| | | | < 30 dias | 31 a 60 dias | 61 a 90 dias | 91 a 180 dias | > 180 dias |
| 31/12/2019 | 4.094.386 | 3.199.315 | 159.350 | 27.320 | 12.245 | 61.489 | 634.667 |
| 31/12/2018 | 4.535.956 | 3.739.601 | 121.622 | 53.864 | 49.629 | 84.920 | 486.320 |

A composição das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

| | Total | A vencer | Vencidos | | | | |
|------------|---------|----------|-----------|--------------|--------------|---------------|------------|
| | | | < 30 dias | 31 a 60 dias | 61 a 90 dias | 91 a 180 dias | > 180 dias |
| 31/12/2019 | 404.886 | 28.861 | 1.456 | 1.625 | 3.749 | 23.698 | 345.497 |
| 31/12/2018 | 385.080 | 39.226 | 4.094 | 3.754 | 5.533 | 46.783 | 285.690 |

A movimentação da provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

| | |
|---------------------------------|------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | 347.801 |
| Adições | 287.566 |
| Baixas | <u>(250.287)</u> |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | 385.080 |
| Adições | 189.192 |
| Baixas | <u>(169.386)</u> |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | <u>404.886</u> |

Para maiores informações sobre a provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa vide nota explicativa nº 34.d.3.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Financiamentos a clientes

A composição dos financiamentos a clientes é demonstrada conforme a seguir:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|-------------------|-------------------|
| Financiamentos a clientes – Ipiranga | 956.942 | 855.229 |
| (-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa | <u>(156.006)</u> | <u>(139.699)</u> |
| | <u>800.936</u> | <u>715.530</u> |
| Circulante | 436.188 | 367.262 |
| Não circulante | 364.748 | 348.268 |

Financiamentos a clientes são concedidos para reforma e modernização de postos, aquisição de produtos e desenvolvimento do mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes. Os prazos dos financiamentos a clientes variam substancialmente de 12 meses a 60 meses, sendo o prazo médio da carteira de 40 meses. As taxas mínimas e máximas são de 0% a.m. e 1% a.m., respectivamente.

A composição dos saldos de financiamentos a clientes, bruto de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

| | | Vencidos | | | | | |
|-------------------|--------------|-----------------|---------------------|---------------------|---------------------|----------------------|----------------------|
| | Total | A vencer | < 30 dias | 31 a 60 dias | 61 a 90 dias | 91 a 180 dias | > 180 dias |
| 31/12/2019 | 956.942 | 644.488 | 26.262 | 10.481 | 12.616 | 30.144 | 232.951 |
| 31/12/2018 | 855.229 | 633.183 | 11.262 | 14.869 | 9.377 | 20.783 | 165.755 |

A composição das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

| | | Vencidos | | | | | |
|-------------------|--------------|-----------------|---------------------|---------------------|---------------------|----------------------|----------------------|
| | Total | A vencer | < 30 dias | 31 a 60 dias | 61 a 90 dias | 91 a 180 dias | > 180 dias |
| 31/12/2019 | 156.006 | 21.337 | 2.519 | 1.063 | 1.313 | 14.639 | 115.135 |
| 31/12/2018 | 139.699 | 26.982 | 1.250 | 1.642 | 1.131 | 12.176 | 96.518 |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A movimentação da provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

| | |
|---------------------------------|-----------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | 104.977 |
| Adições | <u>34.722</u> |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | 139.699 |
| Adições | <u>30.601</u> |
| Baixas | <u>(14.294)</u> |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | <u>156.006</u> |

Para maiores informações sobre a provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa vide nota explicativa nº 34.d.3.

6 Estoques (Consolidado)

A composição dos estoques é demonstrada conforme a seguir:

| | 31/12/2019 | | | 31/12/2018 | | |
|--|------------------|----------------------|------------------|------------------|----------------------|------------------|
| | Custo | Provisão para perdas | Saldo líquido | Custo | Provisão para perdas | Saldo líquido |
| Combustíveis, lubrificantes e graxas | 1.843.257 | (2.073) | 1.841.184 | 1.367.015 | (1.804) | 1.365.211 |
| Produtos acabados | 541.689 | (22.048) | 519.641 | 581.504 | (20.923) | 560.581 |
| Produtos em elaboração | 1.971 | - | 1.971 | 1.412 | - | 1.412 |
| Matérias-primas | 365.960 | (2.552) | 363.408 | 383.161 | (1.894) | 381.267 |
| Gás liquefeito de petróleo - GLP | 101.715 | (5.761) | 95.954 | 109.362 | (5.761) | 103.601 |
| Materiais de consumo e outros itens para revenda | 140.058 | (2.587) | 137.471 | 150.188 | (3.770) | 146.418 |
| Medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos | 549.191 | (2.877) | 546.314 | 583.060 | (5.364) | 577.696 |
| Compra para entrega futura ⁽¹⁾ | 183.170 | (2.719) | 180.451 | 193.928 | (2.964) | 190.964 |
| Imóveis para revenda | 29.273 | (107) | 29.166 | 27.489 | (107) | 27.382 |
| | <u>3.756.284</u> | <u>(40.724)</u> | <u>3.715.560</u> | <u>3.397.119</u> | <u>(42.587)</u> | <u>3.354.532</u> |

⁽¹⁾ Refere-se substancialmente a etanol e biodiesel e adiantamento de combustíveis.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A movimentação da provisão para perdas em estoques é assim demonstrada:

| | |
|---|---------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | 37.099 |
| Adição de provisão para ajuste ao valor de realização | 600 |
| Adição de provisão para obsolescência e outras perdas | 3.903 |
| Oxitenos Andina ⁽ⁱ⁾ | 985 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | 42.587 |
| Reversão de provisão para ajuste ao valor de realização | (5.174) |
| Adição de provisão para obsolescência e outras perdas | 4.296 |
| Oxitenos Andina ⁽ⁱⁱ⁾ | (985) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 40.724 |

⁽ⁱ⁾ Refere-se ao reconhecimento da provisão ao valor recuperável de ativos da controlada Oxitenos Andina (vide nota explicativa nº 2.s.1.ii das demonstrações financeiras arquivadas na CVM em 20 de fevereiro de 2019).

⁽ⁱⁱ⁾ Refere-se à baixa de ativos da Oxitenos Andina (vide nota explicativa nº 3.b.3).

A composição da provisão para perdas em estoques é demonstrada abaixo:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|-------------------------------|------------|------------|
| Ajuste ao valor de realização | 15.243 | 21.402 |
| Obsolescência e outras perdas | 25.481 | 21.185 |
| Total | 40.724 | 42.587 |

7 Tributos a recuperar

a. Impostos a recuperar (Consolidado)

Estão representados, substancialmente, por saldos credores do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e do Programa de Integração Social - PIS.

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--|------------|------------|
| ICMS (a.1) | 914.066 | 710.669 |
| Provisão para perdas de ICMS (a.1) | (41.396) | (99.187) |
| PIS e COFINS (a.2) | 930.570 | 720.731 |
| Imposto sobre Valor Adicionado - IVA das controladas no exterior | 29.707 | 31.678 |
| Outros | 56.748 | 22.988 |
| Total | 1.889.695 | 1.386.879 |
| Circulante | 1.122.335 | 639.699 |
| Não circulante | 767.360 | 747.180 |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a.1 O ICMS a recuperar está substancialmente relacionado às seguintes controladas e operações:

- (i) A controlada Oxiteno Nordeste realiza preponderantemente operações de exportação, de saída interestadual ou com diferimento de ICMS para produtos adquiridos dentro do Estado da Bahia;
- (ii) A controlada Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. (“IPP”) possui créditos decorrentes de saídas interestaduais de produtos derivados de petróleo, cujo ICMS foi antecipado pelo fornecedor (Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”)), bem como saldo credor constituído pela diferença entre transações de entradas e saídas de produtos sujeitos à tributação do ICMS próprio (notadamente etanol);
- (iii) A controlada Extrafarma possui créditos oriundos das antecipações de ICMS e ICMS-ST (substituição tributária) em operações de entrada e saída de mercadorias realizadas pelos seus centros de distribuição, majoritariamente no Norte e Nordeste.

A administração estima a realização desses créditos no prazo de até 10 anos. A provisão para perdas de ICMS refere-se aos saldos credores das Controladas cujos prazos de realização ultrapassam os prazos determinados em suas políticas.

a.2 Refere-se, majoritariamente, aos créditos de PIS e COFINS apropriados nos termos das Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003, cujo consumo ocorrerá por meio da compensação com débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (“SRF”) em um prazo estimado pela administração de 2 anos. As controladas Extrafarma, Tequimar e Oxiteno S.A. possuem créditos oriundos de decisão definitiva favorável sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS. Para esses casos, a administração estima a realização desses créditos no prazo de até 5 anos (vide nota explicativa nº 20.d.1).

b. Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Estão representados por IRPJ e da CSLL a recuperar.

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| IRPJ e CSLL | 89.197 | 88.390 | 430.290 | 362.784 |
| Total | 89.197 | 88.390 | 430.290 | 362.784 |
| Circulante | 49.750 | 39.705 | 325.343 | 257.182 |
| Não circulante | 39.447 | 48.685 | 104.947 | 105.602 |

Trata-se de IRPJ e CSLL a ser recuperado pela Sociedade e suas controladas, decorrente das antecipações realizadas a maior em exercícios anteriores, sendo que a administração estima a realização desses créditos no prazo de até 5 anos.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

8 Partes relacionadas

a. Sociedades relacionadas

Os saldos e as transações entre a Sociedade com suas partes relacionadas são divulgados abaixo:

a.1 Controladora

| | Ativo | Passivo | Resultado Financeiro ¹ |
|---|--------------------------------|-----------------------|--|
| | Debêntures ¹ | Contas a pagar | |
| Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. | 759.123 | - | 50.884 |
| Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. | - | 4.220 | - |
| Total em 31 de dezembro de 2019 | <u>759.123</u> | <u>4.220</u> | <u>50.884</u> |

| | Ativo | Passivo | | Resultado Financeiro ¹ |
|---|--------------------------------|---|-----------------------|--|
| | Debêntures ¹ | Demais contas a pagar ² | Contas a pagar | |
| Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. | 761.288 | - | - | 54.702 |
| Companhia Ultragaz S.A. | - | 3.975 | - | - |
| Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. | - | - | 5.158 | - |
| Total em 31 de dezembro de 2018 | <u>761.288</u> | <u>3.975</u> | <u>5.158</u> | <u>54.702</u> |

⁽¹⁾ Em março de 2016, a controlada IPP efetuou sua segunda emissão privada de debêntures, em série única de 75 debêntures simples ao valor nominal de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de Reais) cada, não conversíveis em ações, de espécie quirográfica, sendo que sua totalidade foi subscrita pela Ultrapar com vencimento final em 31 de março de 2021 e remuneração semestral vinculada ao DI.

⁽²⁾ Refere-se a plano de ações (vide nota explicativa nº 8.c).

a.2 Consolidado

Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas e entre controladas foram eliminados na consolidação e não são divulgados nesta nota explicativa. Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas com outras partes relacionadas são divulgados abaixo:

| | Mútuos | |
|--|---------------|----------------|
| | Ativo | Passivo |
| Química da Bahia Indústria e Comércio S.A. | - | 2.875 |
| Outros | <u>490</u> | <u>1.050</u> |
| Total em 31 de dezembro de 2019 | <u>490</u> | <u>3.925</u> |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

| | Mútuos | |
|--|---------------|----------------|
| | Ativo | Passivo |
| Química da Bahia Indústria e Comércio S.A. | - | 2.925 |
| Outros | 490 | 1.146 |
| Total em 31 de dezembro de 2018 | 490 | 4.071 |

Os mútuos contratados possuem prazos indeterminados, não contêm cláusulas de remuneração e são realizados em função de necessidades ou sobras temporárias de caixa da Sociedade, de controladas e de coligadas.

| | Operações comerciais | | | | |
|--|---------------------------------|-------------------------------|------------------------------------|----------------|-----------------|
| | A receber ⁽¹⁾ | A pagar ⁽¹⁾ | Vendas e serviços prestados | Compras | Despesas |
| Oxicap Indústria de Gases Ltda. | - | 1.545 | 1 | 18.565 | - |
| Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. | - | 264.602 | - | 1.019.108 | - |
| ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. | 739 | 113 | 7.385 | 121 | - |
| LA'7 Participações e Empreend. Imob. Ltda. (a) | - | 124 | - | - | 1.477 |
| Total em 31 de dezembro de 2019 | 739 | 266.384 | 7.386 | 1.037.794 | 1.477 |

| | Operações comerciais | | | | |
|--|---------------------------------|-------------------------------|------------------------------------|----------------|-----------------|
| | A receber ⁽¹⁾ | A pagar ⁽¹⁾ | Vendas e serviços prestados | Compras | Despesas |
| Oxicap Indústria de Gases Ltda. | - | 567 | 6 | 9.032 | - |
| Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. | - | 24.630 | - | 1.008.860 | - |
| ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. | 1.042 | 136 | 3.844 | 186 | - |
| LA'7 Participações e Empreend. Imob. Ltda. (a) | - | 117 | - | - | 1.469 |
| Total em 31 de dezembro de 2018 | 1.042 | 25.450 | 3.850 | 1.018.078 | 1.469 |

⁽¹⁾ Incluídas nas rubricas de “contas a receber de clientes nacionais”, “fornecedores nacionais” e “fornecedores convênio”, respectivamente.

(a) Referem-se a contratos de aluguéis de 15 drogarias de propriedade da LA'7 em 31 de dezembro de 2019 e 2018, empresa dos ex-acionistas da Extrafarma e atuais acionistas da Ultrapar.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As operações comerciais de compra e venda referem-se, substancialmente, à aquisição de matéria-prima, insumos e serviços de transporte e armazenagem, efetuada com base em preços e condições usuais de mercado, considerando fornecedores e clientes com igual capacidade operacional. As operações da ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. (“ConectCar”) acima referem-se à serviços prestados. Na avaliação da administração da Sociedade e de suas controladas, as operações comerciais com partes relacionadas não apresentam risco de liquidação, razão pela qual não apresentam provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, nem são objeto de prestação de garantias. As garantias prestadas pela Sociedade em financiamentos de controladas e coligadas estão mencionadas na nota explicativa nº 16.i.

b. Pessoal-chave da administração (Consolidado)

A estratégia de remuneração para o pessoal-chave da administração combina elementos de curto e longo prazo seguindo os princípios de alinhamento de interesses e manutenção de uma remuneração competitiva, visando reter os executivos e remunerá-los adequadamente conforme as responsabilidades atribuídas e o valor criado para a Sociedade e seus acionistas.

A remuneração de curto prazo é composta de: a) remuneração fixa mensal paga com o objetivo de remunerar a experiência de cada profissional e a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo incluindo salários e plano de benefícios composto de plano de saúde, check-up médico, seguro de vida, entre outros; b) remuneração variável anual paga com o objetivo de alinhar os interesses dos executivos aos da Sociedade, atrelada: (i) ao desempenho dos negócios, medido através da métrica de criação de valor econômico, e (ii) ao atingimento de metas individuais anuais estabelecidas com base no planejamento estratégico e focadas em projetos de expansão e excelência operacional, desenvolvimento de pessoas e posicionamento de mercado, entre outros. Maiores detalhes sobre remuneração em ações estão descritos na nota explicativa nº 8.c e sobre benefícios pós-emprego na nota explicativa nº 20.b.

A despesa com remuneração do pessoal-chave (conselheiros de administração e diretores estatutários da Sociedade), está demonstrado abaixo:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--------------------------------|-------------------|-------------------|
| Remuneração de curto prazo | 41.659 | 36.504 |
| Remuneração em ações | 9.881 | 1.407 |
| Benefício pós-emprego | 2.640 | 2.278 |
| Benefício de rescisão do cargo | - | 905 |
| Total | <u>54.180</u> | <u>41.094</u> |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Plano de ações (Consolidado)

A Ultrapar adota, desde 2003, um plano de ações em que o executivo detém o usufruto de ações mantidas em tesouraria, até a efetiva transferência da propriedade plena das ações, em períodos de cinco a sete anos, condicionada à não-interrupção do vínculo entre o executivo e a Sociedade e/ou suas controladas. O volume de ações e os executivos beneficiados são determinados pelo CA, não havendo obrigatoriedade de outorga anual. O número total de ações a serem utilizadas no plano está sujeito à existência de tais ações em tesouraria. O CA da Ultrapar não possui plano de ações. Os valores das concessões foram determinados na data da outorga, com base no valor de mercado dessas ações na B3 e estão sendo amortizados pelo prazo de cinco a sete anos a partir da concessão.

O quadro a seguir apresenta um resumo das ações outorgadas aos administradores da Sociedade e suas controladas:

| Data da outorga | Saldo de ações restritas outorgadas | Prazo para transferência da nua-propriedade das ações | Valor de mercado das ações na data da outorga (em R\$) | Custos totais das outorgas, incluindo impostos | Custos reconhecidos acumulados das outorgas | Custos não reconhecidos das outorgas |
|------------------------|-------------------------------------|---|--|--|---|--------------------------------------|
| 13 de março de 2017 | 200.000 | 2022 a 2024 | 34,00 | 9.378 | (4.513) | 4.865 |
| 4 de março de 2016 | 380.000 | 2021 a 2023 | 32,72 | 17.147 | (11.164) | 5.983 |
| 10 de dezembro de 2014 | 533.324 | 2019 a 2021 | 25,32 | 27.939 | (23.967) | 3.972 |
| 5 de março de 2014 | 111.200 | 2020 a 2021 | 26,08 | 5.999 | (5.610) | 389 |
| 7 de novembro de 2012 | - | 2019 | 21,45 | 16.139 | (16.139) | - |
| | <u>1.224.524</u> | | | <u>76.602</u> | <u>(61.393)</u> | <u>15.209</u> |

Em 2019, a amortização de R\$ 10.321 (R\$ 3.922 em 2018) foi registrada como despesa geral e administrativa.

O quadro a seguir apresenta a movimentação do número de ações restritas outorgadas:

| | |
|---|------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | 2.366.796 |
| Cancelamento de ações devido à interrupção de vínculo empregatício de administradores | (433.332) |
| Ações transferidas aos administradores | <u>(233.336)</u> |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | 1.700.128 |
| Ações transferidas aos administradores | <u>(475.604)</u> |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | <u>1.224.524</u> |

As informações acima foram ajustadas retrospectivamente conforme desdobramento de ações divulgado na nota explicativa nº 26.a.

Adicionalmente, os acionistas da Ultrapar aprovaram, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) realizada em 19 de abril de 2017, novo plano de incentivo baseado em ações (“Plano”), que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da Sociedade mantidas em tesouraria, podendo ou não envolver a outorga de usufruto de parte destas ações para posterior transferência da nua-propriedade, com períodos de três a seis anos, a diretores ou empregados da Sociedade ou de controladas.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Poderão ser entregues aos participantes, em decorrência do Plano, ações ordinárias representativas de, no máximo, 1% do capital social da Sociedade, o que correspondia, na data da aprovação de referido Plano, a 11.128.102 ações ordinárias.

O quadro a seguir apresenta um resumo dos programas de ações restritas e de performance outorgados:

| Programa | Data da outorga | Saldo de ações restritas outorgadas | Prazo para transferência da nua-propriedade das ações | Valor de mercado das ações na data da outorga (em R\$) | Custos totais das outorgas, incluindo impostos | Custos reconhecidos acumulados das outorgas | Custos não reconhecidos das outorgas |
|-------------------------|------------------------|-------------------------------------|---|--|--|---|--------------------------------------|
| Restritas | 1 de outubro de 2017 | 240.000 | 2023 | 38,19 | 12.642 | (4.741) | 7.901 |
| Restritas e performance | 8 de novembro de 2017 | 75.876 | 2020 a 2022 | 38,19 | 5.014 | (2.850) | 2.164 |
| Restritas e performance | 4 de abril de 2018 | 184.076 | 2021 a 2023 | 34,35 | 12.066 | (5.539) | 6.527 |
| Restritas | 19 de setembro de 2018 | 160.000 | 2024 | 19,58 | 4.321 | (900) | 3.421 |
| Restritas | 24 de setembro de 2018 | 80.000 | 2024 | 18,40 | 2.030 | (423) | 1.607 |
| Restritas e performance | 3 de abril de 2019 | 558.708 | 2022 a 2024 | 23,25 | 24.096 | (4.729) | 19.367 |
| Restritas | 2 de setembro de 2019 | 440.000 | 2025 | 16,42 | 10.074 | (560) | 9.514 |
| | | <u>1.738.660</u> | | | <u>70.243</u> | <u>(19.742)</u> | <u>50.501</u> |

Em 2019, foi registrada uma despesa geral e administrativa de R\$ 12.893 em relação ao Plano (R\$ 6.001 em 2018).

| | |
|---|------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | 332.540 |
| Ações outorgadas em 9 de abril de 2018 | 207.184 |
| Ações outorgadas em 19 de setembro de 2018 | 160.000 |
| Ações outorgadas em 24 de setembro de 2018 | 80.000 |
| Cancelamento de ações devido à interrupção de vínculo empregatício de administradores | (39.772) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | <u>739.952</u> |
| Ações outorgadas em 3 de abril de 2019 | 567.876 |
| Ações outorgadas em 2 de setembro de 2019 | 440.000 |
| Cancelamento de ações devido à interrupção de vínculo empregatício de administradores | (9.168) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | <u>1.738.660</u> |

As informações acima foram ajustadas retrospectivamente conforme desdobramento de ações divulgado na nota explicativa nº 26.a.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

9 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Sociedade e suas controladas reconhecem créditos e débitos tributários, os quais não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes de prejuízos fiscais, adições temporárias, bases negativas e reavaliação de ativo imobilizado, entre outros. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações. O IRPJ e CSLL diferidos estão apresentados pelas seguintes principais categorias:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Ativo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre: | | | | |
| Provisões para perda de ativos | - | - | 72.377 | 116.191 |
| Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | - | - | 150.085 | 154.516 |
| Provisão para benefícios pós-emprego | - | - | 92.199 | 85.575 |
| Provisão para diferenças caixa vs. competência | - | - | 224.065 | 147.376 |
| Parcela referente ao ágio sobre investimentos | - | - | 8.161 | 12.258 |
| Combinação de negócios – base fiscal vs. base contábil do ágio | - | - | 75.745 | 75.838 |
| Provisão para retirada de tanques | - | - | 14.762 | 15.801 |
| Provisão para fornecedores | 439 | - | 35.214 | 38.339 |
| Provisão para participação nos lucros e bônus | - | - | 44.818 | 49.621 |
| Operações de arrendamento mercantil | - | - | 19.003 | - |
| Variação do valor justo do bônus de subscrição | - | - | 16.338 | 13.700 |
| Demais provisões | 16.542 | 14.034 | 45.316 | 42.694 |
| Prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas da CSLL a compensar (d) | 24.632 | - | 278.140 | 208.036 |
| Total | 41.613 | 14.034 | 1.076.223 | 959.945 |
| Compensações de saldos passivos | - | - | (422.529) | (445.758) |
| Saldos líquidos apresentados no ativo | 41.613 | 14.034 | 653.694 | 514.187 |
| Passivo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre: | | | | |
| Reavaliação de imobilizado | - | - | 1.866 | 1.981 |
| Operações de arrendamento mercantil | - | - | 2.356 | 2.858 |
| Provisão para diferenças caixa vs. competência | - | - | 257.718 | 138.332 |
| Parcela referente ao ágio/deságio sobre investimentos | - | - | 39.186 | 187.845 |
| Combinação de negócios – mais valia de ativos | - | - | 114.125 | 117.352 |
| Demais provisões | - | - | 14.809 | 6.687 |
| Total | - | - | 430.060 | 455.055 |
| Compensações de saldos ativos | - | - | (422.529) | (445.758) |
| Saldos líquidos apresentados no passivo | - | - | 7.531 | 9.297 |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A movimentação do saldo líquido de IRPJ e CSLL diferidos está apresentada a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Saldo inicial | 14.034 | 29.159 | 504.890 | 530.419 |
| IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do exercício | 27.579 | (15.125) | 97.465 | (162.417) |
| IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em outros resultados abrangentes | - | - | 40.497 | 133.124 |
| IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em combinação de negócio (i) | - | - | - | 1.054 |
| Outros | - | - | 3.311 | 2.710 |
| Saldo final | <u>41.613</u> | <u>14.034</u> | <u>646.163</u> | <u>504.890</u> |

(i) Para maiores detalhes da combinação de negócios do TEAS, vide nota explicativa nº 3.d das demonstrações financeiras arquivadas na CVM em 20 de fevereiro de 2019.

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL é assim demonstrada:

| | Controladora | Consolidado |
|---|---------------------|--------------------|
| Até 1 ano | 13.209 | 178.127 |
| De 1 a 2 anos | 4.211 | 54.814 |
| De 2 a 3 anos | 4.265 | 141.105 |
| De 3 a 5 anos | 8.652 | 136.029 |
| De 5 a 7 anos | 6.354 | 353.806 |
| De 7 a 10 anos | 4.922 | 212.342 |
| Total do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL | <u>41.613</u> | <u>1.076.223</u> |

Para avaliar a realização de ativos fiscais diferidos foram consideradas as projeções de lucros tributáveis dos planos de negócios de cada segmento da Sociedade, aprovados pelo CA, que indicam tendências e perspectivas, assim como efeitos de demanda, concorrência e outros fatores econômicos, que representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante o prazo de realização do ativo fiscal diferido.

As principais premissas chaves utilizadas para o cálculo de realização do ativo fiscal diferido são: crescimento do Produto Interno Bruto (“PIB”), taxa de câmbio, taxa de juros básica (SELIC) e DI, taxa de inflação, índice de preços de *commodities*, entre outros. O saldo de R\$ 1.076.223 foi suportado pelo estudo técnico sobre projeções de lucros tributáveis para a realização de ativos fiscais diferidos, examinado pelo Conselho Fiscal (“CF”) e pelo Comitê de Auditoria e Riscos (“CAR”) e aprovado pelo CA da Sociedade.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado

Os encargos de IRPJ e CSLL são conciliados com as alíquotas oficiais como segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Lucro antes da tributação e equivalência patrimonial | (48.846) | 25.924 | 793.698 | 1.785.818 |
| Alíquotas oficiais de imposto - % | 34 | 34 | 34 | 34 |
| Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais | 16.608 | (8.814) | (269.857) | (607.178) |
| Ajustes dos encargos à taxa efetiva: | | | | |
| Despesas indedutíveis (i) | 11.023 | (372) | (68.795) | (82.784) |
| Receitas não tributáveis (ii) | 11 | 13 | 28.235 | 32.523 |
| Ajuste do lucro presumido (iii) | - | - | 10.511 | 9.706 |
| Juros sobre capital próprio (iv) | - | (41.338) | - | (538) |
| Prejuízos fiscais e bases negativas sem ativos fiscais diferidos reconhecidos (v) | - | - | (146.820) | (95.480) |
| Demais ajustes | (63) | 23 | 24.873 | (2.634) |
| Imposto de renda e contribuição social antes dos incentivos fiscais | 27.579 | (50.488) | (421.853) | (746.385) |
| Incentivos fiscais – SUDENE | - | - | 43.244 | 107.666 |
| Imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado | 27.579 | (50.488) | (378.609) | (638.719) |
| Corrente | - | (35.363) | (476.074) | (476.302) |
| Diferido | 27.579 | (15.125) | 97.465 | (162.417) |
| Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL - % | 56,5 | 194,8 | 47,7 | 35,8 |

- (i) Trata-se de dispêndios que não podem ser deduzidos para efeitos fiscais, nos termos da legislação tributária aplicável, tais como despesas com multas, doações, brindes, perdas de ativos, resultados negativos em controladas no exterior e certas provisões;
- (ii) Consistem em certos ganhos e rendimentos que não são tributáveis nos termos da legislação fiscal aplicável, como o reembolso de impostos e a reversão de certas provisões;
- (iii) A legislação tributária brasileira prevê um método alternativo de tributação para as empresas que auferiram receita bruta de até R\$ 78 milhões em seu ano fiscal anterior, denominado lucro presumido. Algumas controladas da Sociedade adotaram essa forma alternativa de tributação, segundo a qual o IRPJ e CSLL foram calculados sobre uma base igual a 32% das receitas da operação, em vez de ser calculado com base no lucro real efetivo dessas controladas. O ajuste do lucro presumido representa a diferença entre a tributação sob esse método alternativo e o que teria sido devido com base na alíquota oficial aplicada ao lucro real dessas controladas;
- (iv) Juros sobre capital próprio é uma opção prevista na legislação societária brasileira para distribuição de lucros aos acionistas, calculado com base na taxa de juros de longo prazo (“TJLP”), que não afeta o resultado do exercício, mas afeta a base de cálculo do IRPJ e CSLL, sendo tributável para o beneficiário e dedutível para a entidade que remunera;
- (v) Vide nota explicativa nº 9.d;

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Incentivos fiscais – SUDENE

As seguintes sociedades controladas gozam de isenção parcial de IRPJ, em virtude do programa do governo para o desenvolvimento do nordeste brasileiro operado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”), conforme quadro abaixo:

| Controlada | Unidades | Incentivo - % | Término |
|---|--------------------------------|----------------------|----------------|
| Bahiana Distribuidora de Gás Ltda. | Base de Mataripe | 75 | 2024 |
| | Base de Caucaia | 75 | 2025 |
| | Base de Juazeiro | 75 | 2026 |
| | Base de Aracaju ⁽¹⁾ | 75 | 2027 |
| | Base de Suape ⁽²⁾ | 75 | 2027 |
| Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar | Terminal de Suape | 75 | 2020 |
| | Terminal de Aratu | 75 | 2022 |
| | Terminal de Itaqui | 75 | 2025 |
| Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. | Planta de Camaçari | 75 | 2021 |
| Oxiten S/A Indústria e Comércio ⁽³⁾ | Planta de Camaçari | 75 | 2026 |
| Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A. | Planta de Camaçari | 75 | 2026 |

⁽¹⁾ A controlada Bahiana Distribuidora de Gás Ltda. (“Bahiana”) teve reconhecida pela SUDENE, por meio de laudo constitutivo emitido em 22 de outubro de 2018, a redução do IRPJ em 75% até 2027, em virtude da modernização na planta de Aracaju - Sergipe. Em razão da homologação tácita, pela Receita Federal do Brasil, do Pedido de Reconhecimento do Direito à Redução do IRPJ, a controlada reconheceu o benefício retroativo a janeiro de 2018, no montante de R\$ 1.067.

⁽²⁾ A controlada Bahiana teve reconhecida pela SUDENE, por meio de laudo constitutivo emitido em 14 de janeiro de 2019, a redução do IRPJ em 75% até 2027, em virtude da modernização na planta de Suape - Pernambuco. O Pedido de Reconhecimento do Direito à Redução do IRPJ foi homologado em maio de 2019, pela Receita Federal do Brasil..

⁽³⁾ O pedido de transferência do direito à redução do IRPJ para a Oxiten S/A será apresentado à SUDENE em virtude da incorporação da controlada Oxiten Nordeste .

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

d. Prejuízos fiscais (IRPJ) e bases negativas de CSLL a compensar

Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade e certas controladas possuíam prejuízos fiscais (IRPJ) no montante de R\$ 1.268.964 (R\$ 873.718 em 31 de dezembro de 2018) e bases negativas de CSLL no montante de R\$ 1.270.714 (R\$ 876.315 em 31 de dezembro de 2018), cujas compensações são limitadas a 30% do lucro tributável do exercício, sem prazo de prescrição.

Ademais, certas controladas do exterior possuem prejuízos fiscais no montante de R\$ 878.470 (R\$ 620.906 em 31 de dezembro de 2018).

Os saldos constituídos de tributos diferidos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL estão demonstrados abaixo:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|------------------------|----------------|----------------|
| Cia. Ultragaz | 12.808 | 37.332 |
| Oxiten S.A. | 148.306 | 43.645 |
| Iconic | 17.657 | 28.256 |
| Extrafarma | 72.318 | 98.803 |
| Ultrapar | 24.632 | - |
| Ultrapar International | 2.419 | - |
| | <u>278.140</u> | <u>208.036</u> |

Os saldos não constituídos de tributos diferidos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL estão demonstrados abaixo:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|------------------|----------------|----------------|
| Extrafarma | 237.664 | 94.115 |
| Integra Frotas | 4.636 | 1.365 |
| Oxiten Argentina | - | 22 |
| Oxiten USA | 127.992 | 124.864 |
| Oxiten Andina | - | 466 |
| | <u>370.292</u> | <u>220.832</u> |

O estudo técnico de realização de tributos diferidos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL foi aprovado pelo CA da Sociedade, conforme comentado na nota explicativa nº 9.a.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

10 Despesas antecipadas (Consolidado)

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|----------------|----------------|
| Aluguéis ⁽¹⁾ | 37.106 | 413.799 |
| Propaganda e publicidade | 24.857 | 54.011 |
| Plano de outorga de ações, líquido (vide nota explicativa nº 8.c) | 15.965 | 22.737 |
| Prêmios de seguros | 61.884 | 52.607 |
| Manutenção de software | 21.759 | 21.667 |
| Demais despesas antecipadas | 19.000 | 21.844 |
| | <u>180.571</u> | <u>586.665</u> |
| Circulante | 111.355 | 187.570 |
| Não circulante | 69.216 | 399.095 |

⁽¹⁾ Com a adoção do IFRS16 / CPC 06 (R2), alguns contratos foram transferidos para rubrica ativos de direito de uso (vide nota explicativa nº 2.y).

11 Ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade (Consolidado)

Refere-se aos desembolsos de direitos de exclusividade previstos nos contratos com clientes da Ipiranga registrados no momento de sua ocorrência e reconhecidos como redutor da receita de vendas no resultado conforme as condições estabelecidas no contrato (prazo médio ponderado de amortização de cinco anos), sendo revistos à medida que ocorrem mudanças nos termos dos contratos.

A movimentação é demonstrada abaixo:

| | |
|---------------------------------|------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | 1.502.360 |
| Adições | 390.177 |
| Amortizações | (371.825) |
| Transferências | (2.235) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | <u>1.518.477</u> |
| Adições | 330.068 |
| Amortizações | (355.250) |
| Transferências | (27.306) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | <u>1.465.989</u> |
| Circulante | 465.454 |
| Não circulante | 1.000.535 |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

12 Investimentos

a. Sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto (Controladora)

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto:

| 31/12/2019 | | | | | |
|--|---|-----------------------------------|------------------------------------|-----------------------------|---|
| | Controladas | | | | Empreendimento controlado em conjunto |
| | Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda. | Oxiteno S.A. Indústria e Comércio | Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. | Ultrapar International S.A. | Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. |
| Quantidade de ações ou cotas possuídas | 11.839.764 | 35.102.127 | 224.467.228.244 | 49.995 | 5.078.888 |
| Ativo | 1.264.707 | 6.475.473 | 18.052.890 | 4.192.235 | 562.445 |
| Passivo | 2.710 | 4.672.264 | 11.032.143 | 4.219.735 | 505.851 |
| Patrimônio líquido | 1.261.997 | 1.803.209(*) | 7.020.747(*) | (27.500) | 56.594 |
| Receita líquida de vendas e serviços | - | 1.514.022 | 73.679.913 | - | 2.156.432 |
| Lucro (prejuízo) líquido | 35.529 | 23.895(*) | 365.680(*) | (41.055) | 32.346 |
| Participação no capital social - % | 100 | 100 | 100 | 100 | 33 |

| 31/12/2018 | | | | | |
|--|---|-----------------------------------|------------------------------------|-----------------------------|---|
| | Controladas | | | | Empreendimento controlado em conjunto |
| | Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda. | Oxiteno S.A. Indústria e Comércio | Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. | Ultrapar International S.A. | Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. |
| Quantidade de ações ou cotas possuídas | 11.839.764 | 35.102.127 | 224.467.228.244 | 49.995 | 5.078.888 |
| Ativo | 1.279.932 | 6.222.795 | 17.850.422 | 2.904.188 | 517.304 |
| Passivo | 2.509 | 3.416.140 | 12.434.610 | 2.894.598 | 456.714 |
| Patrimônio líquido | 1.277.423 | 2.806.655(*) | 5.415.812(*) | 9.590 | 60.590 |
| Receita líquida de vendas e serviços | - | 1.380.519 | 74.312.071 | - | 2.092.548 |
| Lucro (prejuízo) líquido | 111.145 | 553.236 (*) | 512.987 (*) | (3.531) | 8.695 |
| Participação no capital social - % | 100 | 100 | 100 | 100 | 33 |

(*) ajustado pelos lucros não realizados entre controladas.

Os percentuais acima estão arredondados.

As informações financeiras dos segmentos de negócios encontram-se detalhadas na nota explicativa nº 33.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A composição e movimentação dos investimentos em sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto estão demonstradas abaixo:

| | Investimentos em controladas | | | | | Empreendimento controlado em conjunto | |
|---|---|----------------------------------|------------------------------------|-----------------------------|-------------|---|-------------|
| | Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda. | Oxiten S.A. Indústria e Comércio | Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. | Ultrapar International S.A. | Total | Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. | Total |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | 1.165.426 | 2.682.015 | 5.402.880 | 13.121 | 9.263.442 | 54.739 | 9.318.181 |
| Equivalência patrimonial | 111.145 | 553.236 | 512.987 | (3.531) | 1.173.837 | 1.148 | 1.174.985 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio (bruto) | - | (229.243) | (500.023) | - | (729.266) | (32.065) | (761.331) |
| Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa | - | - | (7) | - | (7) | - | (7) |
| Instrumento patrimonial outorgado | 65 | 269 | 3.439 | - | 3.773 | - | 3.773 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | 787 | (212.698) | (3.184) | - | (215.095) | (3.704) | (218.799) |
| Ajustes de conversão de controladas no exterior | - | 13.076 | (280) | - | 12.796 | - | 12.796 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | 1.277.423 | 2.806.655 | 5.415.812 | 9.590 | 9.509.480 | 20.118 | 9.529.598 |
| Equivalência patrimonial | 35.529 | 23.895 | 365.680 | (41.051) | 384.053 | 10.740 | 394.793 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio (bruto) | (50.015) | (1.011.490) | (198.000) | - | (1.259.505) | (4.295) | (1.263.800) |
| Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa | - | - | (31) | - | (31) | - | (31) |
| Instrumento patrimonial outorgado | 303 | 687 | 6.671 | - | 7.661 | - | 7.661 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | (1.605) | (52.854) | (19.385) | - | (73.844) | (7.771) | (81.615) |
| Ajustes de conversão de controladas no exterior | - | 36.570 | - | - | 36.570 | - | 36.570 |
| Aumento de capital em dinheiro | - | - | 1.450.000 | 3.964 | 1.453.964 | - | 1.453.964 |
| Resgate de ações da controlada Oxiten Nordeste | 362 | (254) | - | - | 108 | - | 108 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 1.261.997 | 1.803.209 | 7.020.747 | (27.497) | 10.058.456 | 18.792 | 10.077.248 |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Empreendimentos controlados em conjunto (Consolidado)

A Sociedade participa da Refinaria de Petróleo Riograndense (“RPR”), que tem como atividade principal o refino de petróleo.

A controlada Ultracargo – Operações Logísticas e Participações Ltda. (“Ultracargo Participações”) participa da União Vopak – Armazéns Gerais Ltda. (“União Vopak”), que tem como atividade principal a armazenagem de grãos líquidos no porto de Paranaguá.

A controlada IPP participa da ConectCar, que tem como atividade principal a atuação no segmento de pagamento automático de pedágios e estacionamento nos Estados da Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, além do Distrito Federal.

Em 23 de setembro de 2019, para a concessão portuária BEL02A no porto de Miramar, foi constituída a Latitude Logística Portuária S.A. (“Latitude”). Em 05 de agosto de 2019, para o porto de Vitória, foi constituída a Navegantes Logística Portuária S.A. (“Navegantes”). Em 19 de agosto de 2019, na cidade de Cabedelo, foram constituídas a Nordeste Logística I S.A. (“Nordeste Logística I”), a Nordeste Logística II S.A. (“Nordeste Logística II”) e a Nordeste Logística III S.A. (“Nordeste Logística III”) (vide nota explicativa nº 35.c).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Esses investimentos estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

A composição e movimentação dos investimentos em empreendimentos controlados em conjunto é demonstrada abaixo:

| | União Vopak | RPR | ConectCar | Latitude Logística | Navegantes Logística | Nordeste Logística I | Nordeste Logística II | Nordeste Logística III | Total |
|--|------------------------|------------|------------------|-------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|----------------------------------|-----------------------------------|--------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | 6.096 | 54.739 | 61.226 | - | - | - | - | - | 122.061 |
| Aporte de capital | - | - | 31.908 | - | - | - | - | - | 31.908 |
| Ajuste de avaliação patrimonial | - | (3.704) | - | - | - | - | - | - | (3.704) |
| Dividendos e juros sobre capital próprio (bruto) | - | (32.065) | - | - | - | - | - | - | (32.065) |
| Equivalência patrimonial | 1.350 | 1.148 | (18.744) | - | - | - | - | - | (16.246) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | 7.446 | 20.118 | 74.390 | - | - | - | - | - | 101.954 |
| Aporte de capital | - | - | 35.000 | 10.351 | 23.581 | 1.930 | 4.183 | 4.079 | 79.124 |
| Ajuste de avaliação patrimonial | - | (7.771) | - | - | - | - | - | - | (7.771) |
| Dividendos e juros sobre capital próprio (bruto) | (1.474) | (4.295) | - | - | - | - | - | - | (5.769) |
| Equivalência patrimonial | 1.370 | 10.740 | (26.572) | - | - | - | - | - | (14.462) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 7.342 | 18.792 | 82.818 | 10.351 | 23.581 | 1.930 | 4.183 | 4.079 | 153.076 |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado dos empreendimentos controlados em conjunto:

| | 31/12/2019 | | |
|--|--------------------|-------------|------------------|
| | União Vopak | RPR | ConectCar |
| Ativo circulante | 6.818 | 428.880 | 159.972 |
| Ativo não circulante | 9.182 | 133.565 | 161.817 |
| Passivo circulante | 1.116 | 418.289 | 155.542 |
| Passivo não circulante | 200 | 87.562 | 612 |
| Patrimônio líquido | 14.684 | 56.594 | 165.635 |
| Receita líquida | 15.400 | 2.156.432 | 80.387 |
| Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais | (12.083) | (2.130.323) | (136.764) |
| Resultado financeiro e IRPJ e CSLL | (577) | 6.237 | 3.234 |
| Lucro (prejuízo) líquido | 2.740 | 32.346 | (53.143) |
| Quantidade de ações ou cotas possuídas | 29.995 | 5.078.888 | 228.768.000 |
| Participação no capital social - % | 50 | 33 | 50 |

| | 31/12/2018 | | |
|--|--------------------|-------------|------------------|
| | União Vopak | RPR | ConectCar |
| Ativo circulante | 8.432 | 370.250 | 129.152 |
| Ativo não circulante | 8.552 | 147.054 | 150.054 |
| Passivo circulante | 1.814 | 385.079 | 130.414 |
| Passivo não circulante | 280 | 71.635 | 14 |
| Patrimônio líquido | 14.890 | 60.590 | 148.778 |
| Receita líquida | 16.938 | 2.092.548 | 57.506 |
| Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais | (13.154) | (2.083.592) | (114.336) |
| Resultado financeiro e IRPJ e CSLL | (1.084) | (261) | 19.343 |
| Lucro (prejuízo) líquido | 2.700 | 8.695 | (37.487) |
| Quantidade de ações ou cotas possuídas | 29.995 | 5.078.888 | 193.768.000 |
| Participação no capital social - % | 50 | 33 | 50 |

Os percentuais acima estão arredondados.

c. Sociedades coligadas (Consolidado)

A controlada IPP participa da Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A., que tem como atividade principal a prestação de serviço de transporte de gás natural.

A controlada Oxiten S.A. participa da Oxicap Indústria de Gases Ltda. ("Oxicap"), que tem como atividade principal o fornecimento de nitrogênio e oxigênio para as suas sócias no polo petroquímico de Mauá. Em virtude da incorporação da controlada Oxiten Nordeste, a Oxiten S/A participa da Química da Bahia Indústria e Comércio S.A., que tem como atividade principal a industrialização, comércio e processamento de produtos químicos. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A controlada Companhia Ultragaz S.A. (“Cia. Ultragaz”) participa da Metalúrgica Plus S.A., que tem como atividade principal a fabricação e comercialização de vasilhames de acondicionamento de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

A controlada Cia. Ultragaz participa da Plenogás Distribuidora de Gás S.A., que tem como atividade principal a comercialização de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

O investimento da controlada Oxiteno S.A. na coligada Oxicap está avaliado pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas informações de 30 de novembro de 2019, enquanto as demais coligadas estão avaliadas com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

A composição e movimentação dos investimentos em sociedades coligadas é demonstrada abaixo:

| | Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. | Oxicap Indústria de Gases Ltda. | Química da Bahia Indústria e Comércio S.A. | Metalúrgica Plus S.A. | Plenogás Distribuidora de Gás S.A. | Total |
|---------------------------------|---|--|---|----------------------------------|---|--------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | 6.348 | 14.458 | 3.618 | 340 | 577 | 25.341 |
| Redução de capital | (1.250) | - | - | - | - | (1.250) |
| Dividendos | (984) | - | - | - | (236) | (1.220) |
| Equivalência patrimonial | 575 | 908 | (28) | (112) | 124 | 1.467 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | 4.689 | 15.366 | 3.590 | 228 | 465 | 24.338 |
| Dividendos | (818) | - | - | - | (87) | (905) |
| Equivalência patrimonial | 1.790 | 568 | (36) | (90) | 85 | 2.317 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 5.661 | 15.934 | 3.554 | 138 | 463 | 25.750 |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades coligadas:

| | 31/12/2019 | | | | |
|--|---|--|---|----------------------------------|---|
| | Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. | Oxicap Indústria de Gases Ltda. | Química da Bahia Indústria e Comércio S.A. | Metalúrgica Plus S.A. | Plenogás Distribuidora de Gás S.A. |
| Ativo circulante | 12.172 | 45.178 | 71 | 40 | 151 |
| Ativo não circulante | 14.041 | 84.705 | 10.147 | 703 | 2.440 |
| Passivo circulante | 2.944 | 11.041 | - | 25 | 34 |
| Passivo não circulante | 626 | 9.634 | 3.110 | 302 | 1.167 |
| Patrimônio líquido | 22.643 | 109.208 | 7.108 | 416 | 1.390 |
| Receita líquida | 12.348 | 43.463 | - | - | - |
| Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais | (4.815) | (36.791) | (84) | (213) | 285 |
| Resultado financeiro e imposto de renda | (157) | (2.483) | 12 | (57) | (29) |
| Lucro (prejuízo) líquido | 7.376 | 4.189 | (72) | (270) | 256 |
| Quantidade de ações ou cotas possuídas | 20.124.996 | 1.987 | 1.493.120 | 3.000 | 1.384.308 |
| Participação no capital social - % | 25 | 15 | 50 | 33 | 33 |

| | 31/12/2018 | | | | |
|--|---|--|---|----------------------------------|---|
| | Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. | Oxicap Indústria de Gases Ltda. | Química da Bahia Indústria e Comércio S.A. | Metalúrgica Plus S.A. | Plenogás Distribuidora de Gás S.A. |
| Ativo circulante | 7.803 | 38.714 | 51 | 19 | 64 |
| Ativo não circulante | 15.254 | 85.395 | 10.238 | 990 | 2.791 |
| Passivo circulante | 3.963 | 9.777 | - | 21 | 123 |
| Passivo não circulante | 332 | 8.888 | 3.109 | 302 | 1.334 |
| Patrimônio líquido | 18.762 | 105.444 | 7.180 | 686 | 1.398 |
| Receita líquida | 10.595 | 53.288 | - | - | - |
| Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais | (7.957) | (43.814) | (78) | (266) | 399 |
| Resultado financeiro e imposto de renda | (211) | (3.453) | 22 | (69) | (27) |
| Lucro (prejuízo) líquido | 2.427 | 6.021 | (56) | (335) | 372 |
| Quantidade de ações ou cotas possuídas | 20.124.996 | 1.987 | 1.493.120 | 3.000 | 1.384.308 |
| Participação no capital social - % | 25 | 15 | 50 | 33 | 33 |

Os percentuais acima estão arredondados.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

13 Ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar (Consolidado)

Algumas controladas da Sociedade possuem contratos de arrendamento de imóveis, substancialmente relacionados a: (i) Ipiranga: postos de combustíveis e centro de distribuição; (ii) Extrafarma: farmácias e centro de distribuição; (iii) Ultragaz: pontos de venda e base de engarrafamento; (iv) Ultracargo: áreas portuárias; e (v) Oxiteno: planta industrial. Algumas controladas possuem também contratos de arrendamento de veículos.

a. Ativos de direito de uso

| | Prazo médio ponderado de amortização (anos) | Adoção IFRS 16 / CPC 06 (R2) | Adições e remensurações | Baixas de contratos | Transferên- cias | Variação monetária e cambial | Amortizações | Saldo em 31/12/2019 |
|------------------------|--|---|------------------------------------|--------------------------------|-----------------------------|---|---------------------|--------------------------------|
| Custo: | | | | | | | | |
| Imóveis | 7 | 1.636.330 | 308.622 | (55.605) | 98.043 | 80.930 | - | 2.068.320 |
| Áreas portuárias (*) | - | - | 68.007 | - | - | - | - | 68.007 |
| Outros | 4 | 95.097 | 26.235 | (1.981) | 27.847 | 4.272 | - | 151.470 |
| | | <u>1.731.427</u> | <u>402.864</u> | <u>(57.586)</u> | <u>125.890</u> | <u>85.202</u> | <u>-</u> | <u>2.287.797</u> |
| Amortização acumulada: | | | | | | | | |
| Imóveis | | - | - | 6.682 | - | 36 | (262.750) | (256.032) |
| Áreas portuárias | | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros | | - | - | 442 | (14.068) | 81 | (37.308) | (50.853) |
| | | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>7.124</u> | <u>(14.068)</u> | <u>117</u> | <u>(300.058)</u> | <u>(306.885)</u> |
| Custo líquido | | <u>1.731.427</u> | <u>402.864</u> | <u>(50.462)</u> | <u>111.822</u> | <u>85.319</u> | <u>(300.058)</u> | <u>1.980.912</u> |

(*) Refere-se às outorgas de concessões portuárias, sendo R\$ 68.007 pagos pelas controladas da Sociedade no 4º trimestre de 2019 (vide nota explicativa nº 35.c).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As despesas de amortizações foram reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme demonstrado abaixo:

| | 31/12/2019 |
|--|----------------|
| Estoque e custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados | 48.134 |
| Despesas com vendas e comerciais | 244.974 |
| Despesas gerais e administrativas | 6.950 |
| | <u>300.058</u> |

b. Arrendamentos a pagar

A movimentação dos arrendamentos a pagar é demonstrada abaixo:

| | |
|---|------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | 46.066 |
| Adoção IFRS 16/CPC 06 (R2) | 1.363.803 |
| Apropriação de juros | 128.996 |
| Pagamento de contraprestação de arrendamentos | (321.716) |
| Adições e remensurações | 334.857 |
| Baixas de contratos | (52.129) |
| Variação monetária e cambial | 88.796 |
| | <u>1.588.673</u> |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | <u>1.588.673</u> |
| Circulante | 206.396 |
| Não circulante | 1.382.277 |

Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência dos contratos de arrendamento mercantil, estão apresentados abaixo:

| | |
|----------------|------------------|
| Até 1 ano | 309.977 |
| De 1 a 2 anos | 508.976 |
| De 2 a 3 anos | 395.743 |
| De 3 a 4 anos | 316.682 |
| De 4 a 5 anos | 192.017 |
| Mais de 5 anos | 320.357 |
| | <u>2.043.752</u> |

Os contratos relacionados aos arrendamentos a pagar são indexados substancialmente pelo IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Contratos de arrendamento de ativos de baixo valor

As controladas Cia. Ultragaz, Bahiana, Tequimar, Serma e Oxiteno S.A. mantêm contratos de arrendamento, relacionados ao uso de equipamentos de informática. Esses contratos têm prazos de 36 a 48 meses. As controladas têm a opção de comprar os ativos por um preço equivalente ao valor justo na data da opção e a administração não possui a intenção de exercê-la. Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, totalizam aproximadamente:

| | até 1 ano | de 1 a 5 anos | acima de 5 anos | Total |
|-------------------|-----------|---------------|-----------------|-------|
| 31/12/2019 | 3.474 | 6.028 | - | 9.502 |

O total de arrendamento mercantil, reconhecido como despesa em 2019, foi R\$ 11.400 (R\$ 11.386 em 2018).

d. Efeitos de inflação

Os efeitos da inflação estão demonstrados a seguir:

| | | |
|---|---------------------|--------------------|
| Ativo de direito de uso, líquido | Controladora | Consolidado |
| Base nominal | 5.799 | 1.980.912 |
| Base inflacionada | 7.012 | 2.220.614 |
| | 20,9% | 14,8% |
| Passivo de arrendamento | Controladora | Consolidado |
| Base nominal | 5.999 | 1.588.673 |
| Base inflacionada | 7.012 | 1.828.870 |
| | 16,9% | 18,6% |
| Despesa financeira | Controladora | Consolidado |
| Base nominal | 200 | 128.996 |
| Base inflacionada | 280 | 159.135 |
| | 39,8% | 23,4% |
| Despesa de amortização | Controladora | Consolidado |
| Base nominal | - | 300.058 |
| Base inflacionada | - | 301.284 |
| | - | 0,4% |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

14 Imobilizado (Consolidado)

A composição e movimentação do imobilizado é demonstrada abaixo:

| | Prazo médio ponderado de depreciação (anos) | Saldo em 31/12/2018 | Adições | Deprecia- ções | Transfe- rências (i) | Baixas | Variação cambial | Oxitenio Andina (*) | Saldo em 31/12/2019 |
|---|--|------------------------|------------------|-------------------|-------------------------|------------------|---------------------|------------------------|------------------------|
| Custo: | | | | | | | | | |
| Terrenos | - | 620.879 | 43.420 | - | 4.785 | (2.017) | 1.059 | (261) | 667.865 |
| Edificações | 32 | 1.801.073 | 18.117 | - | 105.861 | (4.339) | 7.023 | (1.789) | 1.925.946 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 10 | 1.015.640 | 19.191 | - | 129.234 | (42.552) | 15 | - | 1.121.528 |
| Máquinas e equipamentos | 13 | 5.219.256 | 131.831 | - | 365.953 | (4.967) | 9.596 | (13.948) | 5.707.721 |
| Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes | 14 | 2.864.333 | 103.288 | - | 81.038 | (57.187) | - | - | 2.991.472 |
| Tanques e vasilhames para GLP | 10 | 743.016 | 65.351 | - | (6.993) | (45.914) | - | - | 755.460 |
| Veículos | 7 | 308.756 | 24.686 | - | 7.564 | (20.353) | (394) | (98) | 320.161 |
| Móveis e utensílios | 9 | 279.016 | 15.009 | - | 4.399 | (2.665) | 198 | (353) | 295.604 |
| Obras em andamento | - | 922.799 | 591.525 | - | (695.301) | (108) | 8.344 | (173) | 827.086 |
| Adiantamentos a fornecedores | - | 14.088 | 7.378 | - | (8.921) | - | (1) | - | 12.544 |
| Importações em andamento | - | 41 | 9.513 | - | (9.304) | - | - | - | 250 |
| Equipamentos de informática | 5 | 395.063 | 21.771 | - | 872 | (5.249) | 352 | - | 412.809 |
| | | <u>14.183.960</u> | <u>1.051.080</u> | <u>-</u> | <u>(20.813)</u> | <u>(185.351)</u> | <u>26.192</u> | <u>(16.622)</u> | <u>15.038.446</u> |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

| | Saldo em 31/12/2018 | Adições | Deprecia- ções | Transfe- rências (i) | Baixas | Variação cambial | Oxiten Andina (*) | Saldo em 31/12/2019 |
|--|------------------------|------------------|-------------------|-------------------------|-----------------|---------------------|----------------------|------------------------|
| Depreciação acumulada: | | | | | | | | |
| Edificações | (743.117) | - | (58.158) | 187 | 4.681 | 893 | 1.679 | (793.835) |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | (558.042) | - | (84.664) | 2.040 | 26.291 | (4) | - | (614.379) |
| Máquinas e equipamentos | (2.969.209) | - | (298.767) | 2.983 | 3.510 | 16.340 | 13.516 | (3.231.627) |
| Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes | (1.657.608) | - | (159.961) | - | 50.691 | - | - | (1.766.878) |
| Tanques e vasilhames para GLP | (401.056) | - | (57.890) | 4.467 | 28.925 | - | - | (425.554) |
| Veículos | (123.650) | - | (27.106) | 28 | 11.274 | 311 | 98 | (139.045) |
| Móveis e utensílios | (155.339) | - | (18.944) | (12) | 2.280 | 204 | 336 | (171.475) |
| Equipamentos de informática | (288.083) | - | (34.782) | 50 | 5.061 | (309) | - | (318.063) |
| | <u>(6.896.104)</u> | <u>-</u> | <u>(740.272)</u> | <u>9.743</u> | <u>132.713</u> | <u>17.435</u> | <u>15.629</u> | <u>(7.460.856)</u> |
| Provisão para perdas: | | | | | | | | |
| Adiantamento a fornecedores | (83) | (27) | - | - | - | - | - | (110) |
| Edificações | (306) | - | - | - | - | - | 306 | - |
| Terrenos | (827) | - | - | - | - | - | 681 | (146) |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | (1.385) | (1.528) | - | - | 111 | 1.203 | - | (1.599) |
| Máquinas e equipamentos | (6.117) | - | - | - | 769 | 1.138 | 1.335 | (2.875) |
| Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes | (165) | - | - | - | 67 | - | - | (98) |
| Obras em andamento | (38) | - | - | - | - | - | 38 | - |
| Móveis e utensílios | (70) | - | - | - | 1 | - | 69 | - |
| | <u>(8.991)</u> | <u>(1.555)</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>948</u> | <u>2.341</u> | <u>2.429</u> | <u>(4.828)</u> |
| Custo líquido | <u>7.278.865</u> | <u>1.049.525</u> | <u>(740.272)</u> | <u>(11.070)</u> | <u>(51.690)</u> | <u>45.968</u> | <u>1.436</u> | <u>7.572.762</u> |

(*) Refere-se à baixa de ativos da Oxiten Andina. (vide nota explicativa nº 3.b.3).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

| | Prazo médio ponderado de depreciação (anos) | Saldo em 31/12/2017 | Adições | Deprecia- ções | Transfe- rências (i) | Baixas | Variação cambial | Saldo aquisição TEAS (ii) | Saldo em 31/12/2018 |
|---|--|--------------------------------|------------------|---------------------------|---------------------------------|------------------|-----------------------------|--|--------------------------------|
| Custo: | | | | | | | | | |
| Terrenos | - | 576.642 | 3.994 | - | 9.261 | (895) | (1.238) | 33.115 | 620.879 |
| Edificações | 32 | 1.637.871 | 7.041 | - | 151.937 | (2.929) | (10.914) | 18.067 | 1.801.073 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 8 | 912.555 | 11.931 | - | 103.371 | (12.273) | 56 | - | 1.015.640 |
| Máquinas e equipamentos | 13 | 4.721.931 | 115.171 | - | 588.696 | (4.895) | (261.955) | 60.308 | 5.219.256 |
| Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes | 13 | 2.729.522 | 98.478 | - | 98.573 | (62.240) | - | - | 2.864.333 |
| Tanques e vasilhames para GLP | 8 | 692.856 | 78.995 | - | 2.552 | (31.387) | - | - | 743.016 |
| Veículos | 6 | 287.295 | 29.141 | - | 18.061 | (23.996) | (1.745) | - | 308.756 |
| Móveis e utensílios | 8 | 265.909 | 18.417 | - | 6.078 | (863) | (10.570) | 45 | 279.016 |
| Obras em andamento | - | 929.000 | 796.909 | - | (883.994) | (578) | 81.462 | - | 922.799 |
| Adiantamentos a fornecedores | - | 112.167 | 6.317 | - | (100.233) | - | (4.163) | - | 14.088 |
| Importações em andamento | - | 786 | 699 | - | (1.446) | - | 2 | - | 41 |
| Equipamentos de informática | 5 | 352.986 | 34.921 | - | 7.942 | (1.953) | 1.161 | 6 | 395.063 |
| | | <u>13.219.520</u> | <u>1.202.014</u> | <u>-</u> | <u>798</u> | <u>(142.009)</u> | <u>(207.904)</u> | <u>111.541</u> | <u>14.183.960</u> |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

| | Saldo em 31/12/2017 | Adições | Deprecia- ções | Transfe- rências (i) | Baixas | Variação cambial | Saldo aquisição TEAS (ii) | Saldo em 31/12/2018 |
|---|------------------------|------------------|-------------------|-------------------------|-----------------|---------------------|---------------------------------|------------------------|
| Depreciação acumulada: | | | | | | | | |
| Edificações | (724.408) | - | (53.462) | 10.046 | 2.608 | 26.533 | (4.434) | (743.117) |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | (475.651) | - | (83.208) | (4.574) | 5.398 | (7) | - | (558.042) |
| Máquinas e equipamentos | (2.980.166) | - | (271.867) | 1.143 | 3.449 | 288.461 | (10.229) | (2.969.209) |
| Equipamentos e instalações para distribuição de | (1.545.806) | - | (162.815) | (7.232) | 58.245 | - | - | (1.657.608) |
| Tanques e vasilhames para GLP | (328.384) | - | (88.308) | (2.347) | 17.983 | - | - | (401.056) |
| Veículos | (112.200) | - | (28.792) | 498 | 15.002 | 1.842 | - | (123.650) |
| Móveis e utensílios | (148.575) | - | (18.482) | (292) | 513 | 11.517 | (20) | (155.339) |
| Equipamentos de informática | (260.859) | - | (30.659) | 2.702 | 1.819 | (1.080) | (6) | (288.083) |
| | <u>(6.576.049)</u> | <u>-</u> | <u>(737.593)</u> | <u>(56)</u> | <u>105.017</u> | <u>327.266</u> | <u>(14.689)</u> | <u>(6.896.104)</u> |
| Provisão para perdas: | | | | | | | | |
| Adiantamento a fornecedores | (83) | - | - | - | - | - | - | (83) |
| Edificações | - | (306) (*) | - | - | - | - | - | (306) |
| Terrenos | (104) | (723) (*) | - | - | - | - | - | (827) |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | (564) | (733) | - | - | 2 | (90) | - | (1.385) |
| Máquinas e equipamentos | (4.724) | (1.532) (*) | - | - | 444 | (305) | - | (6.117) |
| Equipamentos e instalações para distribuição de | (169) | - | - | - | 4 | - | - | (165) |
| Obras em andamento | - | (38) (*) | - | - | - | - | - | (38) |
| Móveis e utensílios | (1) | (69) (*) | - | - | - | - | - | (70) |
| | <u>(5.645)</u> | <u>(3.401)</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>450</u> | <u>(395)</u> | <u>-</u> | <u>(8.991)</u> |
| Custo líquido | <u>6.637.826</u> | <u>1.198.613</u> | <u>(737.593)</u> | <u>742</u> | <u>(36.542)</u> | <u>118.967</u> | <u>96.852</u> | <u>7.278.865</u> |

(i) Refere-se a valores transferidos para o intangível, estoques e direito de uso.

(ii) Vide nota explicativa nº 3.c.

(*) Refere-se ao reconhecimento da provisão ao valor recuperável de ativos da controlada Oxiteno Andina (vide nota explicativa nº 2.s.1.ii das demonstrações financeiras arquivadas na CVM em 20 de fevereiro de 2019).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As obras em andamento referem-se substancialmente às ampliações, reformas, construções e modernizações dos parques industriais, terminais, lojas, postos de serviços e bases de distribuição.

Os adiantamentos a fornecedores referem-se basicamente à fabricação sob encomenda de bens para expansão das unidades industriais, terminais, lojas e bases e aquisição de imóveis operacionais.

As despesas de depreciações foram reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme demonstrado abaixo:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|-------------------|-------------------|
| Estoques e custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados | 405.966 | 406.002 |
| Despesas com vendas e comerciais | 285.671 | 279.023 |
| Despesas gerais e administrativas | 48.635 | 52.568 |
| | <u>740.272</u> | <u>737.593</u> |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

15 Intangível (Consolidado)

A composição e movimentação do ativo intangível é demonstrada abaixo:

| | Prazo médio ponderado de amortização (anos) | Saldo em 31/12/2018 | Adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2) | Adições | Amortiza- ções | Transfe- rências (i) | Baixas | Variação cambial | Oxiten Andina (*) | Saldo em 31/12/2019 |
|---|--|------------------------|----------------------------------|------------------|-------------------|-------------------------|----------------|---------------------|----------------------|------------------------|
| Custo: | | | | | | | | | | |
| Ágio (a) | - | 1.525.088 | - | - | - | - | - | - | - | 1.525.088 |
| Software (b) | 3 | 1.062.486 | - | 145.004 | - | 2.553 | (784) | 1.551 | (281) | 1.210.529 |
| Tecnologia (c) | 5 | 32.617 | - | - | - | - | - | - | - | 32.617 |
| Direitos de propriedade comercial | 10 | 64.032 | (56.114) | 3.820 | - | (1.401) | (2.403) | - | - | 7.934 |
| Fundo de comércio | 6 | 142.989 | - | 1.505 | - | (10.895) | - | - | - | 133.599 |
| Marcas (d) | - | 120.571 | - | - | - | - | - | 1.933 | - | 122.504 |
| Direito de uso de marcas (d) | 35 | 114.792 | - | - | - | - | - | - | - | 114.792 |
| Outros (e) | 10 | 43.281 | - | 1.668 | - | (355) | - | 306 | - | 44.900 |
| | | <u>3.105.856</u> | <u>(56.114)</u> | <u>151.997</u> | <u>-</u> | <u>(10.098)</u> | <u>(3.187)</u> | <u>3.790</u> | <u>(281)</u> | <u>3.191.963</u> |
| Amortização acumulada: | | | | | | | | | | |
| Software | | (537.438) | - | - | (110.088) | 13 | (611) | (998) | 261 | (648.861) |
| Tecnologia | | (32.613) | - | - | (3) | - | - | - | - | (32.616) |
| Direitos de propriedade comercial | | (23.931) | 16.186 | - | (848) | (669) | 2.878 | - | - | (6.384) |
| Fundo de comércio | | (106.597) | - | - | (6.511) | 4.176 | - | - | - | (108.932) |
| Direito de uso de marcas | | (3.182) | - | - | (2.937) | - | - | - | - | (6.119) |
| Outros | | (32.740) | - | - | (105) | 136 | - | (4) | - | (32.713) |
| | | <u>(736.501)</u> | <u>16.186</u> | <u>-</u> | <u>(120.492)</u> | <u>3.656</u> | <u>2.267</u> | <u>(1.002)</u> | <u>261</u> | <u>(835.625)</u> |
| Provisão para perdas e redução ao valor recuperável "impairment": | | | | | | | | | | |
| Ágio (a) | | - | - | (593.280) | - | - | - | - | - | (593.280) |
| Direitos de propriedade comercial | | - | - | (465) | - | - | - | - | - | (465) |
| | | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(593.745)</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(593.745)</u> |
| Custo líquido | | <u>2.369.355</u> | <u>(39.928)</u> | <u>(441.748)</u> | <u>(120.492)</u> | <u>(6.442)</u> | <u>(920)</u> | <u>2.788</u> | <u>(20)</u> | <u>1.762.593</u> |

(*) Refere-se à baixa de ativos da Oxiten Andina. (vide nota explicativa nº 3.b.3).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

| | Prazo médio ponderado de amortização (anos) | Saldo em 31/12/2017 | Adições | Amortiza- ções | Transfe- rências (i) | Baixas | Variação cambial | Saldo aquisição TEAS (ii) | Saldo em 31/12/2018 |
|---------------------------------------|--|------------------------|----------------|-------------------|-------------------------|-----------------|---------------------|------------------------------|------------------------|
| Custo: | | | | | | | | | |
| Ágio (a) | - | 1.524.291 | - | - | - | - | - | 797 | 1.525.088 |
| Software (b) | 5 | 853.079 | 223.964 | - | (1.258) | (15.401) | 2.053 | 49 | 1.062.486 |
| Tecnologia (c) | 5 | 32.617 | - | - | - | - | - | - | 32.617 |
| Direitos de propriedade comercial (d) | 10 | 55.069 | 11.117 | - | - | (2.154) | - | - | 64.032 |
| Fundo de comércio | 8 | 142.669 | 690 | - | (350) | - | (20) | - | 142.989 |
| Marcas (e) | - | 113.543 | - | - | - | - | 7.028 | - | 120.571 |
| Direito de uso de marcas (e) | 39 | 114.792 | - | - | - | - | - | - | 114.792 |
| Outros (f) | 10 | 40.514 | 1.822 | - | - | - | 945 | - | 43.281 |
| | | <u>2.876.574</u> | <u>237.593</u> | <u>-</u> | <u>(1.608)</u> | <u>(17.555)</u> | <u>10.006</u> | <u>846</u> | <u>3.105.856</u> |
| Amortização acumulada: | | | | | | | | | |
| Software | | (456.799) | - | (79.845) | 59 | 28 | (832) | (49) | (537.438) |
| Tecnologia | | (32.541) | - | (72) | - | - | - | - | (32.613) |
| Direitos de propriedade comercial | | (21.292) | - | (4.679) | - | 2.040 | - | - | (23.931) |
| Fundo de comércio | | (96.704) | - | (10.018) | 125 | - | - | - | (106.597) |
| Direito de uso de marcas | | - | - | (3.182) | - | - | - | - | (3.182) |
| Outros | | (31.196) | - | (1.538) | - | - | (6) | - | (32.740) |
| | | <u>(638.532)</u> | <u>-</u> | <u>(99.334)</u> | <u>184</u> | <u>2.068</u> | <u>(838)</u> | <u>(49)</u> | <u>(736.501)</u> |
| Custo líquido | | <u>2.238.042</u> | <u>237.593</u> | <u>(99.334)</u> | <u>(1.424)</u> | <u>(15.487)</u> | <u>9.168</u> | <u>797</u> | <u>2.369.355</u> |

(i) Refere-se a valores transferidos para o imobilizado e direito de uso a partir de 2019.

(ii) Vide nota explicativa nº 3.c.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As despesas de amortizações foram reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme demonstrado abaixo:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|----------------|---------------|
| Estoques e custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados | 11.183 | 15.044 |
| Despesas com vendas e comerciais | 3.872 | 8.920 |
| Despesas gerais e administrativas | 105.437 | 75.370 |
| | <u>120.492</u> | <u>99.334</u> |

a. Ágio

O saldo líquido remanescente do ágio é testado anualmente para fins de análise de recuperabilidade e representam as seguintes aquisições:

| | Segmento | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--------------------------------|------------|----------------|------------------|
| Ágio na aquisição de: | | | |
| Extrafarma | Extrafarma | 661.553 | 661.553 |
| Extrafarma - <i>impairment</i> | Extrafarma | (593.280) | - |
| Extrafarma - líquido | Extrafarma | 68.273 | 661.553 |
| Ipiranga ⁽¹⁾ | Ipiranga | 276.724 | 276.724 |
| União Terminais | Ultracargo | 211.089 | 211.089 |
| Texaco | Ipiranga | 177.759 | 177.759 |
| Iconic (CBLSA) | Ipiranga | 69.807 | 69.807 |
| Oxitenio Uruguay | Oxitenio | 44.856 | 44.856 |
| Temmar | Ultracargo | 43.781 | 43.781 |
| DNP | Ipiranga | 24.736 | 24.736 |
| Repsol | Ultragaz | 13.403 | 13.403 |
| TEAS | Ultracargo | 797 | 797 |
| Outros | Oxitenio | 583 | 583 |
| | | <u>931.808</u> | <u>1.525.088</u> |

⁽¹⁾ Inclui R\$ 246.163 na Ultrapar.

Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade realizou os testes de recuperabilidade dos saldos de ágios demonstrados na tabela acima. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios dos segmentos da Sociedade, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes UGCs às quais os ágios estão relacionados. As principais premissas-chaves utilizadas pela Sociedade para o cálculo do valor em uso estão descritas abaixo:

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Período de avaliação: a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de cinco anos (exceto segmento Extrafarma), e a partir de então considera-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. Para o segmento Extrafarma foi utilizado um período de dez anos devido ao prazo de quatro anos para maturidade de novas lojas.

Taxa de desconto e taxa de crescimento real: as taxas de desconto e de crescimento real utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2019 variaram de 8,9 % a 12,1% e 0% a 1% a.a., respectivamente, dependendo da UGC analisada.

Receita de vendas, custos e despesas e margem bruta: considera o orçamento de 2020 e o plano estratégico de longo prazo elaborado pela administração e aprovado pelo CA.

Os testes de recuperação dos saldos de ágios e ativos líquidos da Sociedade e suas controladas indicaram a necessidade de reconhecimento de perda no montante de R\$ 593.280 para a controlada Extrafarma no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (vide nota explicativa nº 2.u).

A Sociedade efetuou uma análise de sensibilidade das variáveis taxa de desconto e taxa de crescimento da perpetuidade, dado seus impactos importantes nos fluxos de caixas e no valor em uso. Um acréscimo de 0,5 ponto percentual na taxa de desconto ou um decréscimo de 0,5 ponto percentual da taxa de crescimento da perpetuidade do fluxo de caixa de cada segmento de negócio não resultaria na necessidade de reconhecimento de perda.

b. Software

Inclui as licenças de uso e gastos com a implantação dos diversos sistemas utilizados pela Sociedade e suas controladas, tais como: sistemas integrados de gestão e controle, administração financeira, comércio exterior, automação industrial, gerenciamento operacional de armazenagem, informações contábeis, entre outros.

c. Tecnologia

As controladas Oxiteno S.A. e Oleoquímica registram como tecnologia certos direitos de uso por elas detidos. Tais licenciamentos abrangem a produção de óxido de eteno, etilenoglicóis, etanolaminas, éteres glicólicos, etoxilados, solventes, ácidos graxos de óleos vegetais, álcoois graxos e especialidades químicas, produtos estes que atendem diversos segmentos da economia.

d. Marcas e direito de uso de marcas

Marcas representam os custos de aquisição da marca ‘*am/pm*’ no Brasil e da marca Extrafarma, adquirida na combinação de negócios, e direitos de uso das marcas Chevron e Texaco.

e. Outros intangíveis

Referem-se principalmente ao programa de fidelidade Clube Extrafarma.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

16 Empréstimos, financiamentos e debêntures

a. Composição

• Controladora:

| Descrição | 31/12/2019 | 31/12/2018 | Índice/Moeda | Encargos financeiros médios ponderados em 31/12/2019 - % a.a. | Vencimento |
|-------------------------------|------------------|------------------|--------------|---|------------|
| Moeda nacional: | | | | | |
| Debêntures – 6ª emissão (g.5) | <u>1.752.081</u> | <u>1.756.954</u> | DI | 105,3 | 2023 |
| Circulante | 28.713 | 34.504 | | | |
| Não circulante | 1.723.368 | 1.722.450 | | | |

• Consolidado:

| Descrição | 31/12/2019 | 31/12/2018 | Índice/Moeda | Encargos financeiros médios ponderados em 31/12/2019 - % a.a. | Vencimento |
|---------------------------------------|------------------|------------------|--------------|---|-------------|
| Moeda estrangeira: | | | | | |
| Notas no mercado externo (b) | 4.213.662 | 2.889.631 | US\$ | 5,3 | 2026 a 2029 |
| Financiamento externo (c.1) (*) | 1.057.407 | 985.268 | US\$ | 3,9 | 2021 a 2023 |
| Financiamento externo (c.1) (*) | 608.685 | 582.106 | US\$ + LIBOR | 0,9 | 2022 a 2023 |
| Instituições financeiras (e) | 604.741 | 620.605 | US\$ + LIBOR | 2,0 | 2020 a 2023 |
| Financiamento externo (c.2) | 243.837 | 234.363 | US\$ + LIBOR | 2,0 | 2020 |
| Instituições financeiras (e) | 132.417 | 127.288 | US\$ | 2,8 | 2020 a 2022 |
| Instituições financeiras (e) | 41.164 | 27.845 | MX\$ (2) | 8,9 | 2020 |
| BNDES (d) | 208 | 2.596 | US\$ | 7,0 | 2020 |
| Instituições financeiras (e) | - | 3.950 | MX\$+TIE (2) | - | - |
| Adiantamento de Cambiais Entregues | - | 1.485 | US\$ | - | - |
| Adiantamento sobre Contrato de Câmbio | - | 11.702 | US\$ | - | - |
| Total moeda estrangeira | <u>6.902.121</u> | <u>5.486.839</u> | | | |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

| Descrição | 31/12/2019 | 31/12/2018 | Índice/Moeda | Encargos financeiros médios ponderados em 31/12/2019 - % a.a. | Vencimento |
|---|------------|------------|--------------|---|-------------|
| Moeda nacional: | | | | | |
| Debêntures – CRA (g.2, g.4 e g.6) | 2.036.647 | 2.029.545 | DI | 95,8 | 2022 a 2023 |
| Debêntures – Ipiranga (g.1 e g.3) | 1.868.612 | 2.039.743 | DI | 105,0 | 2020 a 2022 |
| Debêntures – 6ª emissão (g.5) | 1.752.080 | 1.756.954 | DI | 105,3 | 2023 |
| Banco do Brasil pós-fixado (f) | 611.276 | 2.614.704 | DI | 110,9 | 2020 a 2022 |
| Debêntures – CRA (g.2, g.4 e g.6) (*) | 941.614 | 833.213 | IPCA | 4,6 | 2024 a 2025 |
| Debêntures – Tequimar (g.7) | 89.278 | - | R\$ | 6,5 | 2024 |
| BNDES (d) | 62.578 | 147.922 | TJLP (3) | 2,3 | 2020 a 2023 |
| FINEP | 41.345 | 53.245 | TJLP (3) | 1,6 | 2020 a 2023 |
| BNDES (d) | 30.392 | 51.467 | SELIC (5) | 2,3 | 2020 a 2023 |
| FINEP | 12.820 | 22.553 | R\$ | 4,0 | 2020 a 2021 |
| Banco do Nordeste do Brasil | 10.039 | 15.776 | R\$ (4) | 8,5 | 2020 a 2021 |
| BNDES (d) | 3.913 | 14.071 | R\$ | 7,6 | 2020 a 2022 |
| FINAME | 22 | 32 | TJLP (3) | 5,7 | 2020 a 2022 |
| Cédula de Crédito Bancário | - | 50.075 | DI | 124,0 | 2019 |
| Total moeda nacional | 7.460.616 | 9.629.300 | | | |
| Total moeda estrangeira e nacional | 14.362.737 | 15.116.139 | | | |
| Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (**) | 29.985 | 43.944 | | | |
| Total | 14.392.722 | 15.160.083 | | | |
| Circulante | 1.117.441 | 2.271.148 | | | |
| Não circulante | 13.275.281 | 12.888.935 | | | |

(*) Essas operações foram designadas para *hedge accounting* (vide nota explicativa nº 34.h).

(**) Perdas acumuladas (vide nota explicativa nº 34.i).

(1) LIBOR = London Interbank Offered Rate.

(2) MX\$ = peso mexicano; TIIE = taxa mexicana de juros interbancários de equilíbrio.

(3) TJLP = fixada pelo Conselho Monetário Nacional, a TJLP é o custo básico de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”). Em 31 de dezembro de 2019, a TJLP estava fixada em 5,57% a.a.

(4) Contrato vinculado à taxa do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (“FNE”), que tem como objetivo fomentar o desenvolvimento do setor industrial, administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil. Em 31 de dezembro de 2019, a taxa de juros do FNE estava em 10% a.a., sobre a qual incide bônus de adimplência de 15%.

(5) SELIC = Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é demonstrada abaixo:

| | |
|--|-------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | 13.426.845 |
| Captações com efeito caixa | 4.461.112 |
| Apropriação de juros | 873.202 |
| Pagamento de principal/contraprestação de arrendamento mercantil financeiro | (3.715.838) |
| Pagamento de juros | (737.564) |
| Variação monetária e cambial | 804.273 |
| Variação de valor justo | 50.175 |
| Adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2) – transferência para nota explicativa nº 13.b) | (46.066) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | 15.116.139 |
| Captações com efeito caixa | 2.105.737 |
| Apropriação de juros | 845.844 |
| Pagamento de principal | (2.644.704) |
| Pagamento de juros | (1.469.780) |
| Variação monetária e cambial | 296.441 |
| Variação de valor justo | 113.060 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 14.362.737 |

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|----------------|------------|------------|
| De 1 a 2 anos | 1.424.775 | 960.038 |
| De 2 a 3 anos | 3.115.495 | 1.548.092 |
| De 3 a 4 anos | 3.451.988 | 3.216.293 |
| De 4 a 5 anos | 765.263 | 3.428.130 |
| Mais de 5 anos | 4.517.760 | 3.736.382 |
| | 13.275.281 | 12.888.935 |

Os custos de transação e os prêmios de emissão associados às operações de captações financeiras foram agregados aos respectivos passivos financeiros, conforme demonstrado na nota explicativa nº 16.h.

Para algumas dívidas, a administração contratou instrumentos de proteção à exposição cambial e à taxa de juros (vide nota explicativa nº 34.h).

b. Notas no mercado externo

Em 6 de outubro de 2016, a controlada Ultrapar International S.A. (“Ultrapar International”) emitiu US\$ 750 milhões (equivalente a R\$ 3.023,0 milhões em 31 de dezembro de 2019) em notas no mercado externo com vencimento em outubro de 2026 e encargo financeiro de 5,25% ao ano, pagos semestralmente. O preço da emissão foi de 98,097% do valor de face da nota. As notas foram garantidas pela Sociedade e pela controlada IPP. A Sociedade designou relações de *hedge* para esta operação (vide nota explicativa nº 34.h.3).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Em 6 de junho de 2019, a controlada Ultrapar International emitiu US\$ 500 milhões (equivalente a R\$ 2.015,4 milhões em 31 de dezembro de 2019) em notas no mercado externo com vencimento em junho de 2029 e encargo financeiro de 5,25% ao ano, pagos semestralmente. O preço da emissão foi de 100% do valor de face da nota. As notas foram garantidas pela Sociedade e pela controlada IPP. A Sociedade designou relações de *hedge* para parte desta operação (vide nota explicativa nº 34.h.3).

Em 21 de junho de 2019, a controlada Ultrapar International recomprou US\$ 200 milhões (equivalente a R\$ 806,1 milhões em 31 de dezembro de 2019) das notas no mercado externo com vencimento em outubro de 2026.

Em decorrência da emissão de notas no mercado externo, a Sociedade e suas controladas, estão sujeitas a certos compromissos, entre eles:

- Restrição de alienação da totalidade ou da quase totalidade dos ativos da Sociedade e das controladas Ultrapar International e IPP.
- Restrição de gravames em ativos superior a US\$ 150 milhões (equivalente a R\$ 604,6 milhões em 31 de dezembro de 2019) ou 15% do valor dos ativos tangíveis consolidados.

A Sociedade e suas controladas mantêm os níveis de *covenants* requeridos por este empréstimo. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

c. Financiamentos externos

c.1. A controlada IPP possui financiamentos externos no montante de US\$ 395.000 (equivalente a R\$ 1.592.127 em 31 de dezembro de 2019). A IPP contratou instrumentos de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos dos financiamentos externos para, na média, 104,4% do DI. A IPP designou os instrumentos de proteção como *hedge* de valor justo (vide nota explicativa nº 34.h.1), desta forma, tanto os financiamentos quanto os instrumentos de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado. Os financiamentos externos são garantidos pela Sociedade.

Os financiamentos externos têm seus vencimentos distribuídos conforme abaixo:

| Vencimento | US\$ (milhares) | R\$ (milhares) | Custo em % do DI |
|-------------------------|-----------------|----------------|------------------|
| Encargos ⁽¹⁾ | 18.351 | 73.965 | - |
| jul/2021 | 60.000 | 241.842 | 101,8 |
| jun/2022 | 100.000 | 403.070 | 105,0 |
| jul/2023 | 50.000 | 201.535 | 104,8 |
| set/2023 | 60.000 | 241.842 | 105,0 |
| set/2023 | 65.000 | 261.996 | 104,7 |
| nov/2023 | 60.000 | 241.842 | 104,5 |
| Total / custo médio | 413.351 | 1.666.092 | 104,4 |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

⁽¹⁾ Considera juros, custo de transação, marcação a mercado e reconhecimento inicial de *hedge*.

Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes índices financeiros, apurados com base nas suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas:

- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre dívida líquida e lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA consolidados, menor ou igual a 3,5.
- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre LAJIDA consolidado e despesas financeiras líquidas consolidadas, maior ou igual a 1,5.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

c.2. A controlada Global Petroleum Products Trading Corporation possui financiamento externo no montante de US\$ 60 milhões (equivalente a R\$ 241,8 milhões em 31 de dezembro de 2019), com vencimento em 22 de junho de 2020 e encargo financeiro de LIBOR + 2,0% a.a., pago trimestralmente. A Sociedade, através da controlada Cia. Ultragaz, contratou instrumento de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos financeiros do financiamento externo para 105,9% do DI. O financiamento externo é garantido pela Sociedade e pela controlada Oxiten S.A. (por sua incorporada Oxiten Nordeste).

d. BNDES

As controladas possuem financiamentos junto ao BNDES para alguns de seus investimentos realizados e para capital de giro.

Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes níveis de capitalização e de liquidez corrente, apurados em balanço anual consolidado auditado:

- nível de capitalização: patrimônio líquido / ativo total igual ou superior a 0,3; e
- nível de liquidez corrente: ativo circulante / passivo circulante igual ou superior a 1,3.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

e. Instituições financeiras

As controladas Oxiteno México S.A. de C.V., Oxiteno USA LLC (“Oxiteno USA”) e Oxiteno Uruguay possuem empréstimos para investimentos e capital de giro.

A controlada Oxiteno USA possui financiamentos com custo médio de LIBOR + 2,0% e vencimentos distribuídos conforme abaixo:

| Vencimento | US\$ (milhares) | R\$ (milhares) |
|-------------------------|-----------------|----------------|
| Encargos ⁽¹⁾ | 156 | 627 |
| fev/2020 | 10.000 | 40.274 |
| ago/2020 | 10.000 | 40.274 |
| set/2020 | 20.000 | 80.549 |
| fev/2021 | 10.000 | 40.274 |
| mar/2022 | 30.000 | 120.823 |
| out/2022 | 40.000 | 161.097 |
| mar/2023 | 30.000 | 120.823 |
| Total | 150.156 | 604.741 |

⁽¹⁾ Considera juros e custo de transação.

Os recursos foram utilizados no financiamento do capital de giro e na construção de uma nova planta de alcoxilação no Texas.

Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes índices financeiros, apurados com base nas suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas:

- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre dívida líquida e lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA consolidado, menor ou igual a 3,5.
- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre LAJIDA consolidado e despesas financeiras líquidas consolidadas, maior ou igual a 1,5.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f. Banco do Brasil

A controlada IPP possui empréstimos pós-fixados junto ao Banco do Brasil destinados à comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos de origem agropecuária (etanol). A controlada IPP liquidou antecipadamente R\$ 400 milhões de tais empréstimos em dezembro de 2019.

Os empréstimos têm vencimentos distribuídos conforme abaixo (inclui juros até 31 de dezembro de 2019):

| Vencimento | 31/12/2019 |
|-------------------|---------------------------|
| mai/2020 | 205.274 |
| mai/2021 | 202.910 |
| mai/2022 | <u>203.092</u> |
| Total | <u><u>611.276</u></u> |

g. Debêntures

g.1 Em maio de 2016, a controlada IPP efetuou sua quarta emissão pública de debêntures em série única de 500 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

| | |
|-----------------------------|--------------------------------|
| Valor nominal unitário: | R\$1.000.000,00 |
| Vencimento final: | 25 de maio de 2021 |
| Pagamento do valor nominal: | Anual a partir de maio de 2019 |
| Remuneração: | 105,0% do DI |
| Pagamento da remuneração: | Semestralmente |
| Repactuação: | Não haverá repactuação |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g.2 Em abril de 2017, a controlada IPP efetuou sua quinta emissão de debêntures em duas séries, sendo uma de 660.139 e outra de 352.361 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e quirografárias, colocadas de forma privada pela Eco Consult – Consultoria de Operações Financeiras Agropecuárias Ltda. Os recursos foram destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP.

As debêntures foram posteriormente cedidas e transferidas para Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., a qual adquiriu esses direitos creditórios do agronegócio com o objetivo de vincular a emissão de Certificado de Recebíveis de Agronegócio (CRA). As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

| | |
|-----------------------------|-----------------------------------|
| Quantidade: | 660.139 |
| Valor nominal unitário: | R\$1.000,00 |
| Vencimento final: | 18 de abril de 2022 |
| Pagamento do valor nominal: | Parcela única no vencimento final |
| Remuneração: | 95,0% do DI |
| Pagamento da remuneração: | Semestralmente |
| Repactuação: | Não haverá repactuação |

| | |
|-----------------------------|-----------------------------------|
| Quantidade: | 352.361 |
| Valor nominal unitário: | R\$1.000,00 |
| Vencimento final: | 15 de abril de 2024 |
| Pagamento do valor nominal: | Parcela única no vencimento final |
| Remuneração: | IPCA + 4,68% |
| Pagamento da remuneração: | Anualmente |
| Repactuação: | Não haverá repactuação |

A controlada IPP contratou instrumentos de proteção a variações do IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 93,9% do DI. A IPP designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g.3 Em julho de 2017, a controlada IPP efetuou sua sexta emissão pública de debêntures em série única de 1.500.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

| | |
|-----------------------------|---------------------------------|
| Valor nominal unitário: | R\$1.000,00 |
| Vencimento final: | 28 de julho de 2022 |
| Pagamento do valor nominal: | Anual a partir de julho de 2021 |
| Remuneração: | 105,0% do DI |
| Pagamento da remuneração: | Anualmente |
| Repactuação: | Não haverá repactuação |

g.4 Em outubro de 2017, a controlada IPP efetuou sua sétima emissão de debêntures no montante total de R\$ 944.077, em duas séries, sendo uma de 730.384 e outra de 213.693 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e quirografárias, colocadas de forma privada pela Vert Companhia Securitizadora. Os recursos foram destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP.

As debêntures foram posteriormente cedidas e transferidas para Vert Créditos Ltda., a qual adquiriu esses direitos creditórios do agronegócio com o objetivo de vincular a emissão de CRA. A liquidação financeira ocorreu em 1 de novembro de 2017. As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

| | |
|-----------------------------|-----------------------------------|
| Quantidade: | 730.384 |
| Valor nominal unitário: | R\$1.000,00 |
| Vencimento final: | 24 de outubro de 2022 |
| Pagamento do valor nominal: | Parcela única no vencimento final |
| Remuneração: | 95,0% do DI |
| Pagamento da remuneração: | Semestralmente |
| Repactuação: | Não haverá repactuação |

| | |
|-----------------------------|-----------------------------------|
| Quantidade: | 213.693 |
| Valor nominal unitário: | R\$1.000,00 |
| Vencimento final: | 24 de outubro de 2024 |
| Pagamento do valor nominal: | Parcela única no vencimento final |
| Remuneração: | IPCA + 4,34% |
| Pagamento da remuneração: | Anualmente |
| Repactuação: | Não haverá repactuação |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A IPP contratou instrumentos de proteção a variações do IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 97,3% do DI. A IPP designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

g.5 Em março de 2018, a Sociedade efetuou sua sexta emissão de debêntures, em série única de 1.725.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

| | |
|-----------------------------|-----------------------------------|
| Valor nominal unitário: | R\$1.000,00 |
| Vencimento final: | 5 de março de 2023 |
| Pagamento do valor nominal: | Parcela única no vencimento final |
| Remuneração: | 105,25% do DI |
| Pagamento da remuneração: | Semestralmente |
| Repactuação: | Não haverá repactuação |

g.6 Em dezembro de 2018, a controlada IPP efetuou sua oitava emissão de debêntures no montante total de R\$ 900.000, em duas séries, sendo uma de 660.000 e outra de 240.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e quirografárias, colocadas de forma privada pela Vert Companhia Securitizadora. Os recursos foram destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP. As debêntures foram subscritas com o objetivo de vincular a emissão de CRA. A liquidação financeira ocorreu em 21 de dezembro de 2018. As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

| | |
|-----------------------------|-----------------------------------|
| Quantidade: | 660.000 |
| Valor nominal unitário: | R\$1.000,00 |
| Vencimento final: | 18 de dezembro de 2023 |
| Pagamento do valor nominal: | Parcela única no vencimento final |
| Remuneração: | 97,5% do DI |
| Pagamento da remuneração: | Semestralmente |
| Repactuação: | Não haverá repactuação |
| Quantidade: | 240.000 |
| Valor nominal unitário: | R\$1.000,00 |
| Vencimento final: | 15 de dezembro de 2025 |
| Pagamento do valor nominal: | Parcela única no vencimento final |
| Remuneração: | IPCA + 4,61% |
| Pagamento da remuneração: | Anualmente |
| Repactuação: | Não haverá repactuação |

A IPP contratou instrumentos de proteção a variações do IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 97,1% do DI. A IPP designou o

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

g.7 Em novembro de 2019, a controlada Tequimar efetuou sua primeira emissão de debêntures, em série única de 90.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

| | |
|-----------------------------|-----------------------------------|
| Valor nominal unitário: | R\$1.000,00 |
| Vencimento final: | 19 de novembro de 2024 |
| Pagamento do valor nominal: | Parcela única no vencimento final |
| Remuneração: | 6,47% |
| Pagamento da remuneração: | Semestralmente |
| Repactuação: | Não haverá repactuação |

A Tequimar contratou instrumentos de proteção a variações da taxa de juros, trocando os encargos financeiros das debêntures pré-fixados para 99,94% do DI. A Tequimar designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

As debêntures têm vencimentos distribuídos conforme abaixo (inclui juros até 31 de dezembro de 2019):

| Vencimento | 31/12/2019 |
|-----------------------|-------------------|
| Encargos ¹ | 183.304 |
| mai/2020 | 166.650 |
| mai/2021 | 166.700 |
| jul/2021 | 750.000 |
| abr/2022 | 660.139 |
| jul/2022 | 750.000 |
| out/2022 | 730.384 |
| mar/2023 | 1.725.000 |
| dez/2023 | 660.000 |
| abr/2024 | 352.361 |
| out/2024 | 213.693 |
| nov/2024 | 90.000 |
| dez/2025 | 240.000 |
| | <hr/> |
| Total | <u>6.688.231</u> |

⁽¹⁾ Considera juros, custo de transação e marcação a mercado.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

h. Custos de transação

Os custos de transação incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do valor do instrumento financeiro contratado e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva, conforme abaixo:

| | Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.) | Saldo em 31/12/2018 | Custos incorridos | Amortizações | Saldo em 31/12/2019 |
|------------------------------|--|--------------------------------|------------------------------|---------------------|--------------------------------|
| Debêntures (g) | 0,2 | 56.376 | 692 | (15.662) | 41.406 |
| Notas no mercado externo (b) | 0,1 | 13.881 | 18.442 | (4.209) | 28.114 |
| Banco do Brasil (f) | 0,2 | 3.437 | - | (2.667) | 770 |
| Financiamentos externos (c) | 0,0 | 331 | - | (237) | 94 |
| Outros | 0,2 | 2.432 | - | (1.050) | 1.382 |
| Total | | 76.457 | 19.134 | (23.825) | 71.766 |

| | Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.) | Saldo em 31/12/2017 | Custos incorridos | Amortizações | Saldo em 31/12/2018 |
|------------------------------|--|--------------------------------|------------------------------|---------------------|--------------------------------|
| Debêntures (g) | 0,2 | 44.709 | 21.308 | (9.641) | 56.376 |
| Notas no mercado externo (b) | - | 15.298 | - | (1.417) | 13.881 |
| Banco do Brasil (f) | 0,2 | 8.065 | - | (4.628) | 3.437 |
| Financiamentos externos (c) | 0,1 | 1.213 | - | (882) | 331 |
| Outros | 0,2 | 2.801 | 366 | (735) | 2.432 |
| Total | | 72.086 | 21.674 | (17.303) | 76.457 |

O montante a apropriar ao resultado nos próximos exercícios tem a seguinte composição:

| | Até 1 ano | De 1 a 2 anos | De 2 a 3 anos | De 3 a 4 anos | De 4 a 5 anos | Mais de 5 anos | Total |
|------------------------------|------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|---------------------------|---------------|
| Debêntures (g) | 13.058 | 12.403 | 9.274 | 5.318 | 1.139 | 214 | 41.406 |
| Notas no mercado externo (b) | 3.428 | 3.421 | 3.423 | 3.425 | 3.437 | 10.980 | 28.114 |
| Banco do Brasil (f) | 439 | 256 | 75 | - | - | - | 770 |
| Financiamento externo (c) | 94 | - | - | - | - | - | 94 |
| Outros | 597 | 416 | 367 | 2 | - | - | 1.382 |
| Total | 17.616 | 16.496 | 13.139 | 8.745 | 4.576 | 11.194 | 71.766 |

i. Garantias

Para os financiamentos são mantidas garantias reais no montante de R\$ 73.536 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 69.822 em 31 de dezembro de 2018) e avais, fianças e notas promissórias no montante de R\$ 11.833.294 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 10.667.175 em 31 de dezembro de 2018).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A Sociedade e suas controladas oferecem avais em cartas de fianças de processos judiciais e comerciais no montante de R\$ 293.509 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 271.162 em 31 de dezembro de 2018).

Algumas controladas da Sociedade emitem garantias para instituições financeiras relacionadas às quantias devidas a essas instituições por alguns de seus clientes (financiamento de “*vendedor*”), conforme abaixo:

| | IPP | | Oxiten | |
|--|------------|------------|------------|------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Montante máximo de pagamentos futuros relacionados a essas garantias | 81.344 | - | 2.753 | 2.750 |
| Vencimento de até | 60 meses | - | 4 meses | 3 meses |
| Valor justo das garantias outorgadas | 1.237 | - | 68 | 68 |

Caso alguma controlada venha a ser instada a realizar pagamento relativo a essas garantias, a controlada poderá recuperar o montante pago diretamente de seus clientes através de cobrança comercial. Até 31 de dezembro de 2019, as controladas não tiveram perdas relacionadas a essas garantias. O valor justo das garantias outorgadas é reconhecido na rubrica “demais contas a pagar” no passivo circulante, sendo reconhecido no resultado à medida que os clientes liquidam a sua obrigação com as instituições financeiras.

17 Fornecedores (Consolidado)

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--|------------------|------------------|
| Fornecedores nacionais | 1.897.256 | 2.079.010 |
| Fornecedores nacionais - convênio (i) | 455.950 | 73.169 |
| Fornecedores estrangeiros | 261.222 | 472.597 |
| Fornecedores estrangeiros - convênio (i) | 85.643 | 106.901 |
| | <u>2.700.071</u> | <u>2.731.677</u> |

(i) Fornecedores convênio: Algumas controladas da Sociedade realizaram convênios com instituições financeiras, que consistem na antecipação de recebimento dos títulos por parte do fornecedor, no qual as instituições financeiras antecipam um determinado montante para o fornecedor e recebem, na data de vencimento, o montante devido pelas controladas da Sociedade. A decisão de aderir a essa operação é única e exclusivamente do fornecedor. O convênio não altera substancialmente as principais características das condições comerciais anteriormente estabelecidas com o fornecedor. Assim, essas operações são apresentadas na demonstração do fluxo de caixa como fluxo das atividades operacionais.

Algumas controladas da Sociedade adquirem combustíveis e GLP da Petrobras e de suas controladas e eteno da Braskem S.A. Esses fornecedores possuem praticamente a totalidade dos mercados destes produtos no Brasil.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

18 Salários e encargos sociais (Consolidado)

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--|----------------|----------------|
| Provisões sobre folha de pagamento | 184.716 | 186.200 |
| Participação nos lucros, bônus e prêmios | 133.533 | 147.170 |
| Encargos sociais | 70.228 | 67.043 |
| Outros | 17.159 | 27.779 |
| | <u>405.636</u> | <u>428.192</u> |

19 Obrigações tributárias (Consolidado)

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---------------------------------|----------------|----------------|
| ICMS | 149.547 | 166.038 |
| PIS e COFINS | 40.676 | 38.055 |
| ISS | 26.986 | 22.339 |
| IVA das controladas no exterior | 25.619 | 21.306 |
| Outros | 27.094 | 20.267 |
| | <u>269.922</u> | <u>268.005</u> |

20 Benefícios a empregados e plano de previdência privada (Consolidado)

a. ULTRAPREV - Associação de Previdência Complementar

Em fevereiro de 2001, o CA da Sociedade aprovou a adoção de um plano de previdência privada na modalidade de contribuição definida, patrocinado pela Sociedade e suas controladas. Desde agosto de 2001, empregados participantes contribuem para este plano, administrado pela Ultraprev - Associação de Previdência Complementar (“Ultraprev”). Nos termos do plano, a contribuição básica de cada empregado participante é calculada por meio da multiplicação de um percentual, até o limite de 11%, o qual é anualmente definido pelo participante, com base no seu salário. As sociedades patrocinadoras contribuem, em nome do participante, com um valor idêntico ao da contribuição básica deste. À medida que os participantes se aposentam, eles optam entre receber: (i) uma quantia mensal, que varia entre 0,3% e 1,0% sobre o fundo acumulado em seu nome na Ultraprev; ou (ii) um valor fixo mensal que esgotará o fundo acumulado em nome do participante em um prazo que varia entre 5 e 35 anos. Assim sendo, a Sociedade e suas controladas não assumem responsabilidade por garantir valores e prazos de recebimento de aposentadoria. Em 2019, as controladas contribuíram com R\$ 21.357 (R\$ 24.323 em 2018) à Ultraprev, valor contabilizado como despesa no resultado do exercício. O total de empregados vinculados ao plano em 31 de dezembro de 2019 atingiu 8.008 participantes ativos e 328 participantes aposentados. Adicionalmente, a Ultraprev possuía 26 ex-funcionários recebendo benefícios conforme as regras de plano anterior cujas reservas estão plenamente constituídas.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Benefícios pós-emprego

As controladas reconhecem provisão para benefício pós-emprego, principalmente relacionada a gratificação por tempo de serviço, indenização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (“FGTS”), plano de assistência médica e odontológica e seguro de vida para aposentados elegíveis.

Os valores relacionados a esses benefícios foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente e revisados pela administração em 31 de dezembro de 2019.

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|-------------------|-------------------|
| Plano de Assistência Médica e Odontológica ⁽¹⁾ | 154.142 | 112.628 |
| Indenização do FGTS | 66.309 | 83.781 |
| Gratificação por tempo de serviço | 34.485 | 37.397 |
| Seguro de vida ⁽¹⁾ | 17.931 | 16.009 |
| | <u>272.867</u> | <u>249.815</u> |
| Total | | |
| Circulante | 28.951 | 45.655 |
| Não circulante | 243.916 | 204.160 |

⁽¹⁾ somente aplicável a IPP e Iconic Lubrificantes S.A. (“Iconic”).

A movimentação do valor presente da obrigação de benefício pós-emprego está apresentada a seguir:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--|-------------------|-------------------|
| Saldo inicial | 249.815 | 237.523 |
| Custo dos serviços correntes | (10.704) | 6.092 |
| Custo dos juros | 21.386 | 21.466 |
| Despesa do exercício | 10.682 | 27.558 |
| Perdas atuariais decorrentes de alterações de hipóteses | 44.489 | 7.934 |
| Benefícios pagos diretamente pela Sociedade e suas controladas | (33.510) | (23.604) |
| Variações cambiais de benefícios pós-emprego de controladas no | 1.391 | 404 |
| | <u>272.867</u> | <u>249.815</u> |
| Saldo final | | |

O total da despesa em cada exercício está apresentado a seguir:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--|-------------------|-------------------|
| Plano de Assistência Médica e Odontológica | 10.442 | 9.559 |
| Indenização do FGTS | (5.818) | 11.159 |
| Gratificação por tempo de serviço | 4.765 | 5.460 |
| Seguro de vida | 1.293 | 1.380 |
| Total | <u>10.682</u> | <u>27.558</u> |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As principais premissas atuariais utilizadas são:

| Hipóteses econômicas | 31/12/2019 % a.a. | 31/12/2018 % a.a. |
|---|----------------------|----------------------|
| Taxa de desconto a valor presente da obrigação atuarial | 8,79 | 9,00 |
| Taxa média nominal de crescimento salarial projetada | 7,64 | 7,85 |
| Taxa de inflação (longo prazo) | 3,80 | 4,00 |
| Taxa de crescimento dos serviços médicos | 7,95 | 8,16 |

Hipóteses demográficas

Tábua de Mortalidade para seguro de vida – CSO-80

Tábua de Mortalidade demais benefícios – AT 2000 *Basic* desagravada em 10%

Tábua de Mortalidade de Inválidos – RRB 1983

Tábua de Entrada em Invalidez – Light fraca

Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da provisão para benefícios pós-emprego são: taxa de desconto, crescimento salarial e custos médicos. As análises de sensibilidade em 31 de dezembro de 2019, apresentadas a seguir, foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período das demonstrações financeiras, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

| Premissa | Mudança na premissa | Diminuição no passivo | Mudança na premissa | Aumento no passivo |
|--|---------------------|-----------------------|---------------------|--------------------|
| Taxa de desconto | aumento 1,0 p.p. | 26.741 | diminuição 1,0 p.p. | 49.344 |
| Taxa de crescimento salarial | diminuição 1,0 p.p. | 34.978 | aumento 1,0 p.p. | 39.030 |
| Taxa de crescimento dos serviços médicos | diminuição 1,0 p.p. | 7.137 | aumento 1,0 p.p. | 8.492 |

A análise de sensibilidade apresentada pode não representar a mudança real na obrigação de benefícios pós-emprego, uma vez que não é provável que a mudança ocorra nas premissas isoladamente, considerando que algumas dessas premissas podem estar correlacionadas.

Riscos inerentes aos benefícios pós-emprego

Risco de taxa de juros: para calcular o valor presente do passivo do plano de benefícios pós-emprego é utilizada a taxa de juros de longo prazo. Uma redução nessa taxa de juros aumentará o passivo correspondente.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Risco de crescimento salarial: o valor presente do passivo é calculado utilizando-se como referência os salários dos participantes do plano, projetados pela taxa média nominal de crescimento salarial. Um aumento real do salário dos participantes do plano aumentará o passivo correspondente.

Risco de custos médicos: o valor presente do passivo é calculado utilizando-se como referência o custo médico por faixa etária com base nas despesas assistenciais reais, projetado com base na taxa de crescimento dos serviços médicos. Um aumento real do custo médico aumentará o passivo correspondente.

21 Provisão para retirada de tanques (Consolidado)

Esta provisão corresponde à obrigação legal de retirar tanques subterrâneos da controlada IPP localizados em postos de sua marca após determinado prazo de utilização (vide nota explicativa nº 2.n).

A tabela a seguir indica a movimentação da provisão para retirada de tanques:

| | |
|---------------------------------|----------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | 64.774 |
| Adições (novos tanques) | 264 |
| Gastos com tanques retirados | (12.752) |
| Despesa com atualização | 2.381 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | 54.667 |
| Adições (novos tanques) | 290 |
| Gastos com tanques retirados | (5.456) |
| Despesa com atualização | 1.741 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 51.242 |
| Circulante | 3.847 |
| Não circulante | 47.395 |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

22 Provisões e contingências (Consolidado)

a. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas em andamento tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião dos departamentos jurídicos da Sociedade e de seus assessores legais externos e são estimadas e atualizadas pela administração.

O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e sua movimentação:

| Provisões | Saldo em 31/12/2018 | Adições | Baixas | Pagamentos | Atualizações | Saldo em 31/12/2019 |
|---|------------------------|---------------|-----------------|-----------------|---------------|------------------------|
| IRPJ e CSLL (a.1.1) | 532.341 | 221 | (6.600) | - | 15.319 | 541.281 |
| PIS e COFINS | 26.271 | - | (16.771) | - | 655 | 10.155 |
| ICMS | 100.823 | 1.204 | (5.521) | (614) | 580 | 96.472 |
| Cíveis, ambientais e regulatórias (a.2.1) | 90.932 | 18.009 | (17.318) | (8.979) | 3.211 | 85.855 |
| Trabalhistas (a.3.1) | 101.173 | 29.103 | (19.970) | (15.487) | 3.191 | 98.010 |
| Outras | 91.531 | 1.355 | (2.190) | - | 2.126 | 92.822 |
| Total | 943.071 | 49.892 | (68.370) | (25.080) | 25.082 | 924.595 |
| Circulante | 77.822 | | | | | 40.455 |
| Não circulante | 865.249 | | | | | 884.140 |

Algumas das provisões acima apresentadas possuem no todo, ou em parte, depósitos judiciais a elas relacionados.

A composição dos depósitos judiciais por natureza está demonstrada a seguir:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|-------------------------------------|----------------|----------------|
| Tributários | 753.810 | 727.493 |
| Trabalhistas | 71.605 | 69.978 |
| Cíveis e outros | 96.028 | 84.036 |
| Total – ativo não circulante | 921.443 | 881.507 |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a.1 Provisões tributárias e previdenciárias

a.1.1 Em 7 de outubro de 2005, as controladas Cia. Ultragaz e Bahiana ingressaram com mandado de segurança e obtiveram liminar para realizar a compensação de créditos de PIS e COFINS sobre compras de GLP com outros tributos administrados pela SRF, notadamente IRPJ e CSLL. A decisão foi confirmada em sentença favorável de 1ª instância em 16 de maio de 2008. Diante da liminar concedida, as controladas realizaram depósitos judiciais cujo saldo atual totaliza R\$ 515.825 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 500.260 em 31 de dezembro de 2018). Em 18 de julho de 2014, foi publicada decisão de 2ª instância desfavorável e as controladas suspenderam os depósitos, voltando a recolher tais tributos. Para reestabelecer o direito à realização dos depósitos, foi apresentada medida cautelar que foi indeferida em 30 de dezembro de 2014, e as controladas recorreram desta decisão em 3 de fevereiro de 2015. Em relação ao mérito, foram apresentados recursos aos respectivos tribunais superiores – Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) e Supremo Tribunal Federal (“STF”) cujo julgamento definitivo encontra-se pendente.

a.2 Provisões cíveis, ambientais e regulatórias

a.2.1 A Sociedade e suas controladas possuem provisões para litígios sobre cláusulas de contratos com clientes e ex-prestadores de serviços, indenizações, bem como para questões ambientais e regulatórias, no montante de R\$85.855 em 31 de dezembro de 2019 (R\$90.932 em 31 de dezembro de 2018).

a.3 Provisões trabalhistas

a.3.1 A Sociedade e suas controladas mantêm provisão de R\$98.010 em 31 de dezembro de 2019 (R\$101.173 em 31 de dezembro de 2018) para fazer face a processos de cunho trabalhista, que consistem, basicamente, em ações ajuizadas por empregados e prestadores de serviços, questionando, principalmente, parcelas decorrentes da relação de trabalho e suposto vínculo trabalhista.

b. Passivos contingentes (possíveis)

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas cujo prognóstico de perda é avaliado como possível (chances de perda maior que 25% e menor ou igual a 50%) pelos departamentos jurídicos da Sociedade e suas controladas, baseado na opinião de seus assessores legais externos e, com base nesta avaliação, não se encontram provisionados nas demonstrações financeiras. O montante estimado relativo aos passivos contingentes avaliados com probabilidade de perda possível é R\$ 2.840.086 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 2.839.219 em 31 de dezembro de 2018).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b.1 Passivos contingentes tributários e previdenciários

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza tributária e previdenciária no valor de R\$ 2.028.159 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 1.941.749 em 31 de dezembro de 2018), dos quais se destacam:

b.1.1 A controlada IPP e suas controladas discutem a não homologação de compensação de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados (“IPI”) apropriados em entradas de insumos tributados cujas saídas posteriores se deram sob o abrigo da imunidade. O montante referente a esta contingência é R\$ 173.738 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 168.391 em 31 de dezembro de 2018).

b.1.2 A controlada IPP e suas controladas possuem processos relacionados ao ICMS cujo valor total envolvido é de R\$ 836.822 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 836.393 em 31 de dezembro de 2018). Decorrem em sua maioria de créditos considerados indevidos no valor de R\$ 319.849 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 318.550 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$ 126.772 (R\$ 126.639 em 31 de dezembro de 2018) se referem à exigência de estorno proporcional de créditos de ICMS relacionados às aquisições de álcool hidratado; de suposta falta de recolhimento do imposto no valor de R\$ 92.567 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 125.703 em 31 de dezembro de 2018); de fruição condicionada de incentivo fiscal no valor de R\$ 117.753 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 121.745 em 31 de dezembro de 2018); e de diferenças de estoque no valor de R\$ 172.736 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 185.512 em 31 de dezembro de 2018) relacionadas às sobras ou faltas ocorridas em função de diferenças de temperatura ou manuseio do produto.

b.1.3 A Sociedade e suas controladas também são parte em ações administrativas e judiciais envolvendo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, substancialmente envolvendo indeferimento de compensações e glosa de créditos no valor de R\$ 699.360 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 674.126 em 31 de dezembro de 2018) dos quais se destaca a seguinte:

b.1.3.1 A controlada IPP recebeu uma autuação fiscal referente a IRPJ e CSLL decorrentes da suposta amortização indevida do ágio pago na aquisição de investimentos, no valor de R\$ 208.449 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 193.771 em 31 de dezembro de 2018), que inclui o montante dos tributos, juros e penalidade. A administração avaliou como “possível” a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

b.2 Passivos contingentes cíveis, ambientais e regulatórias

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza cível, ambiental e regulatória no valor de R\$ 549.664 totalizando 3.109 processos em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 624.457 totalizando 3.520 processos em 31 de dezembro de 2018), dos quais se destacam:

b.2.1 A controlada Cia. Ultragaz respondeu a processo administrativo junto ao CADE, sob alegação de prática anticoncorrencial em municípios da região do Triângulo Mineiro em 2001, no qual foi condenada à multa em valor atualizado de R\$ 33.603 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 32.983 em 31 de dezembro de 2018). Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b.2.2 Em 2016, a controlada Cia. Ultragaz tornou-se parte em dois processos administrativos junto ao CADE, relativos a alegações de práticas anticompetitivas: i) um dos processos trata de supostas práticas na Paraíba e outros Estados do Nordeste, e nele a controlada Bahiana é parte juntamente com a Cia. Ultragaz. Neste processo, a Cia. Ultragaz e a Bahiana firmaram Termo de Compromisso de Cessação (“TCC”) com o CADE, homologado em 22 de novembro de 2017, no montante de R\$ 95.987, pagos em 8 (oito) parcelas iguais atualizadas pela SELIC, de periodicidade semestral, com vencimento da primeira em 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de publicação da homologação. Três funcionários e um ex-funcionário celebraram TCC no montante total de R\$ 1.100. Com a celebração do TCC, o processo administrativo ficará suspenso em relação à Cia. Ultragaz e à Bahiana até seu julgamento final; ii) o segundo processo trata de supostas práticas no Distrito Federal e entorno, e nele apenas a Cia. Ultragaz é parte. Neste processo, a Cia. Ultragaz também firmou TCC com o CADE, homologado em 6 de setembro de 2017, no montante de R\$ 2.154, pago em uma única parcela em 8 de março de 2018. Dois ex-funcionários celebraram TCC no montante de R\$ 50 cada um. Com a celebração do TCC, o processo administrativo ficará suspenso em relação à Cia. Ultragaz até seu julgamento final.

b.2.3 A controlada IPP é parte em dois processos administrativos perante o CADE baseados em supostas práticas anticompetitivas no município de Joinville em Santa Catarina e na região metropolitana de Belo Horizonte em Minas Gerais, sendo que, para este último, houve a aplicação de multa administrativa por suposta indução ao comportamento uniforme de preços na revenda de combustíveis, no montante de R\$ 40.693. A controlada IPP continuará a exercer a sua defesa recorrendo em todas as instâncias administrativas e judiciais. Suportada na opinião dos advogados externos, que classificam a probabilidade de perda como remota, a administração não reconheceu provisão para essas contingências em 31 de dezembro de 2019.

b.2.4 Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer técnico pelo Centro de Apoio Operacional à Execução – CAEX, órgão vinculado ao Ministério Público Estadual de São Paulo (“MPE”), apresentando proposta de cálculo de indenização para os supostos danos ambientais decorrentes do incêndio ocorrido em 2 de abril de 2015 no Terminal de Santos da controlada Tequimar. O trabalho não possui efeito vinculante, caráter condenatório ou sancionatório e ainda será avaliado pelas autoridades e partes envolvidas. A controlada discorda da metodologia e das premissas adotadas na proposta e está negociando acordo com o MPE e Ministério Público Federal (“MPF”) desde o início da investigação, não havendo, até o presente momento, no âmbito cível, ação ajuizada a respeito do assunto. As negociações estão direcionadas à reparação *in natura* dos eventuais danos. Desta forma, em 15 de maio de 2019 a controlada Tequimar firmou Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Parcial (“TAC”) no montante de R\$ 67.539 com o MPE e MPF para compensação dos danos difusos e coletivos de qualquer natureza decorrentes da mortandade de peixes e dos danos causados à ictiofauna. As negociações sobre compensação de outros alegados danos continuam em andamento e, uma vez concluídas, os desembolsos correspondentes ao custo dos projetos poderão afetar as demonstrações financeiras da Sociedade futuramente. No âmbito criminal, o MPF ofereceu denúncia em face da controlada Tequimar, que foi citada e apresentou resposta à denúncia em 19 de junho de 2018. Em continuidade, na data de 12 de setembro de 2019, em audiência na justiça federal de Santos, o MPF e a Tequimar acordaram, e a autoridade judicial homologou, a suspensão condicional do processo penal pelo período de 2 anos, quando então Tequimar deverá comprovar o cumprimento da execução do TAC Parcial firmado, com a obrigação da destinação complementar de R\$ 13.000 ao Projeto de Manejo de Pesca, para a obtenção do arquivamento definitivo do processo. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2019 existem passivos contingentes não reconhecidos referentes às ações judiciais no montante de R\$ 11.403 (R\$ 62.930 em 31 de dezembro de 2018). Em 31 de dezembro de 2019 não existem pleitos extrajudiciais (R\$ 3.426 em 31 de dezembro de 2018). Para maiores informações vide nota explicativa nº 23.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b.3 Passivos contingentes trabalhistas

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza trabalhista no valor de R\$ 262.263 totalizando 1.649 processos em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 273.013 totalizando 1.726 processos em 31 de dezembro de 2018), dos quais destaca-se:

b.3.1 O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Petroquímicas (Sindiquímica), ao qual são filiados os empregados de controladas situadas no Polo Petroquímico de Camaçari, Oxitenos Nordeste e Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A. (“EMCA”), ajuizou, em 1990, ações coletivas contra as controladas, pleiteando o cumprimento da cláusula quarta da Convenção Coletiva de Trabalho, que previa reajuste salarial, em detrimento das políticas salariais efetivamente praticadas. No mesmo ano houve também o ajuizamento da ação coletiva de natureza declaratória pelo Sindicato Patronal (SINPEQ) contra o Sindiquímica, com pedido de reconhecimento de perda de eficácia da mesma cláusula quarta. As ações coletivas contra as controladas, que já transitaram em julgado, foram julgadas de forma favorável a Oxitenos Nordeste e EMCA; a ação coletiva do Sindiquímica contra SINPEQ transitou em julgado no STF em outubro de 2019, e restou desfavorável ao SINPEQ. Em 2010, algumas empresas do Polo de Camaçari firmaram acordo com o Sindiquímica. Em outubro de 2015, o Sindiquímica ajuizou nova ação de cumprimento em face da Oxitenos Nordeste e, em 2017, em face da EMCA, pois estas empresas não firmaram o acordo de 2010 com o Sindiquímica. Para a Oxitenos Nordeste foi proferida decisão favorável e estamos aguardando julgamento do Recurso do Sindiquímica e do Recurso Adesivo da Oxitenos Nordeste no Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. Para a EMCA, a decisão de 1ª instância favorável foi revertida no Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, sendo opostos Embargos de Declaração pela EMCA, aguardando julgamento. Além das ações coletivas, ações individuais contendo o mesmo objeto têm sido ajuizadas. Com a incorporação da Oxitenos Nordeste, a Oxitenos S.A. passará a integrar as mencionadas demandas em substituição à empresa incorporada.

c. Operação de lubrificantes entre IPP e Chevron

No processo da transação da operação de lubrificantes no Brasil entre a Chevron e a controlada IPP (vide nota explicativa nº 3.c das demonstrações financeiras arquivadas na CVM em 20 de fevereiro de 2019), ficou acordado que cada acionista fica responsável por quaisquer demandas decorrentes de atos, fatos ou omissões antes da transação. As provisões de responsabilidade do acionista Chevron no montante de R\$ 5.423 (R\$ 3.609 em 31 de dezembro de 2018) estão refletidas na consolidação dessas demonstrações financeiras. Adicionalmente, em conexão com a combinação de negócios, uma provisão no montante de R\$ 198.900 foi reconhecida em 1 de dezembro de 2017 relacionados aos passivos contingentes, com saldo de R\$ 188.073 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 191.110 em 31 de dezembro de 2018). Os montantes de provisões e passivos contingentes reconhecidos na combinação de negócios e de responsabilidade do acionista Chevron serão ressarcidos à controlada Iconic em caso de perdas, sendo constituído dessa forma um ativo de indenização no mesmo montante sem necessidade de constituir provisão para valores incobráveis.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

d. Ativos contingentes

d.1 Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS

Em 15 de março de 2017, em sede de repercussão geral, o STF decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. Todas as controladas, cuja tese jurídica de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS é aplicável, possuem ações visando a obtenção desse direito. Para as controladas Oxiten S.A., Extrafarma e Tequimar já há decisões definitivas transitadas em julgado, tendo sido os respectivos subsídios de comprovação dos valores a restituir devidamente confirmados pela administração e registrados em resultado, até o presente exercício de 2019, o montante de R\$ 338.110 (R\$ 291.278 até 2018). Em razão de liminares obtidas, algumas controladas já excluíram o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS de suas apurações no montante de R\$ 141.618 até 31 de dezembro de 2019. Os valores a recuperar das demais controladas serão reconhecidos na medida em que houver, concomitantemente, o trânsito em julgado da ação individual e a confirmação dos subsídios comprobatórios pela administração.

A administração da Sociedade ressalta ser possível o STF modular os efeitos do julgamento, seja restringindo sua eficácia para alcançar fatos geradores a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado, ou reinterpretando a importância de ICMS a ser excluída. Após o efetivo trânsito em julgado da decisão no STF, a administração da Sociedade avaliará o impacto sobre as ações de suas Controladas, o que poderá vir a resultar em redução dos créditos tributários pleiteados.

23 Contas a pagar - indenização a clientes e terceiros

Em abril de 2015 ocorreu um incêndio nas instalações operadas pela Ultracargo em Santos. A tancagem que estava paralisada em função do incêndio, obteve, em fases, as licenças necessárias para a volta da operação e, portanto, o processo de reabilitação da área finalizou em agosto de 2019.

O saldo de indenizações a clientes e terceiros em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$ 3.501 foi liquidado no 2º trimestre de 2019.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

24 Receita diferida (Consolidado)

As controladas da Sociedade têm reconhecidas as seguintes receitas diferidas:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--|---------------|---------------|
| Taxa inicial de franquia am/pm e Jet Oil (a) | 956 | 18.668 |
| Programa de fidelidade Km de Vantagens (b) | 25.096 | 18.465 |
| Programa de fidelidade Clube Extrafarma(b) | 1.574 | 1.289 |
| | <u>27.626</u> | <u>38.422</u> |
| Circulante | 27.626 | 26.572 |
| Não circulante | - | 11.850 |

a. Taxa inicial de franquia

A *am/pm* é a rede de lojas de conveniências dos postos Ipiranga, que em 31 de dezembro de 2019 eram representadas por 2.377 lojas (2.493 lojas em 31 de dezembro de 2018). A *Jet Oil* é a rede especializada em troca de óleo e serviços automotivos dos postos Ipiranga, que em 31 de dezembro de 2019 eram representadas por 1.492 lojas (1.772 lojas em 31 de dezembro de 2018).

b. Programas de fidelidade

A controlada IPP possui um programa de fidelidade chamado Km de Vantagens (www.kmdevantagens.com.br) que recompensa os clientes cadastrados com pontos quando estes compram produtos nos postos Ipiranga ou em seus parceiros. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de um ano, por descontos em produtos e serviços oferecidos pela Ipiranga e pelos seus parceiros. Os pontos recebidos por clientes da Ipiranga e passíveis de utilização no parceiro Multiplus Fidelidade e por descontos no posto virtual da Ipiranga na internet (www.postoipiranganaweb.com.br) são reconhecidos como redutor da receita de vendas.

A controlada Extrafarma possui um programa de fidelidade chamado Clube Extrafarma (www.clubeextrafarma.com.br) que recompensa os clientes cadastrados com pontos obtidos na compra de produtos em sua rede de drogarias. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de seis meses, por descontos em produtos na rede de drogarias, recarga de crédito em telefonia celular e prêmios oferecidos pelos parceiros Multiplus Fidelidade e Ipiranga, por meio do Km de Vantagens. Os pontos recebidos por clientes da Extrafarma são reconhecidos como redutor da receita de vendas.

A receita diferida é estimada com base no valor justo dos pontos emitidos, que leva em consideração o valor dos prêmios e a expectativa de resgate desses pontos.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

25 Bônus de subscrição – indenização

Em virtude da associação entre a Sociedade e a Extrafarma em 31 de janeiro de 2014, foram emitidos 7 bônus de subscrição – indenização, correspondentes a até 6.411.244 ações da Sociedade. Os bônus de subscrição - indenização poderiam ser exercidos a partir de 2020 pelos ex-acionistas de Extrafarma e são ajustados conforme as variações dos montantes de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e passivos contingentes relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014. Os bônus de subscrição – indenização foram valorizados conforme o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) e reduzidos pelo *dividend yield* até 2020, uma vez que o seu exercício somente é possível a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. Em 31 de dezembro de 2019, os bônus de subscrição - indenização eram representados por 5.192.919 ações e totalizavam R\$ 130.657 (4.824.238 ações que totalizavam R\$ 123.095 em 31 de dezembro de 2018). Devido à decisão desfavorável definitiva de alguns desses processos, em 31 de dezembro de 2019 o número máximo de ações que poderiam ser emitidas em 2020 referentes aos bônus de subscrição - indenização é de até 5.920.425 (5.976.316 ações em 31 de dezembro de 2018).

As informações acima foram ajustadas retrospectivamente conforme desdobramento de ações divulgado na nota explicativa nº 26.a.

Em 19 de fevereiro de 2020, o CA confirmou a emissão de 2.108.542 ações ordinárias em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição. Para maiores informações sobre a emissão parcial vide nota explicativa nº 36.

26 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado estava representado por 1.112.810.192 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo vedadas as emissões de ações preferenciais e de partes beneficiárias. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

O preço das ações de emissão da Sociedade na B3 em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 25,48 (R\$ 26,60 em 31 de dezembro de 2018).

Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade estava autorizada a aumentar o capital social até o limite de 1.600.000.000 ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do CA. Em 19 de fevereiro de 2020, o CA confirmou a emissão de 2.108.542 ações ordinárias em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição. Para maiores informações sobre a alteração do capital social vide nota explicativa nº 36.

Em 31 de dezembro de 2019, estavam em circulação no exterior 46.518.315 ações ordinárias na forma de ADRs (55.725.974 ações em 31 de dezembro de 2018).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Em 10 de abril de 2019, a AGOE da Sociedade aprovou o desdobramento das ações ordinárias de emissão da Ultrapar, na proporção de uma ação atualmente existente para duas ações da mesma classe e espécie, bem como a modificação da quantidade de ações em que se divide o capital social. O desdobramento de ações não implicou em qualquer alteração no capital social da Ultrapar. As novas ações e ADRs decorrentes do desdobramento são da mesma classe e espécie e concederam aos seus titulares os mesmos direitos das ações e ADRs previamente existentes. Todas as informações de ações foram ajustadas retrospectivamente nestas demonstrações financeiras.

b. Instrumento patrimonial outorgado

A Sociedade possui plano de incentivo baseado em ações, que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da Sociedade mantidas em tesouraria (vide nota explicativa nº 8.c).

c. Ações em tesouraria

A Sociedade adquiriu ações de sua emissão a preços de mercado, sem redução do capital social, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, nos termos das Instruções CVM 10, de 14 de fevereiro de 1980, e 268, de 13 de novembro de 1997.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 eram mantidas em tesouraria pela Sociedade, 26.780.298 ações ordinárias adquiridas ao custo médio de R\$ 18,12.

d. Reserva de capital

A reserva de capital reflete o ganho com a alienação de ações a preço de mercado para concessão de usufruto a executivos das controladas da Sociedade, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.c.

Por conta da associação com a Extrafarma ocorrida em 2014, houve um aumento da reserva de capital no montante de R\$ 498.812, devido à diferença do valor atribuído ao capital social e o valor de mercado da ação da Ultrapar na data da emissão, deduzido de R\$ 2.260 de custos na emissão dessas ações.

e. Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação, constituída anteriormente à adoção das normas internacionais de contabilidade (CPC/IFRS) instituídas pela Lei 11.638/07, reflete a reavaliação de ativos de controladas e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados das controladas, considerando-se, ainda, os efeitos tributários constituídos por essas controladas.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f. Reservas de lucros

f.1 Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade destina 5% do seu lucro líquido anual para reserva legal, até esta atingir 20% do valor do capital social. Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou para absorção de prejuízos, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos.

f.2 Reserva estatutária para investimentos

Constituída em conformidade com o artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 55.c) do Estatuto Social com a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social e reforçar o capital da Sociedade, permitindo a realização de novos investimentos. Como previsto no estatuto, a Sociedade pode alocar até 45% do lucro líquido anual à reserva estatutária para investimentos, até esta atingir o limite de 100% do capital social.

A reserva estatutária para investimentos é livre para distribuição aos acionistas e totalizava R\$ 3.290.073 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 3.412.427 em 31 de dezembro de 2018).

g. Ajustes de avaliação patrimonial e ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira

g.1 Ajustes de avaliação patrimonial

- (i) Os ganhos e perdas atuariais referentes a benefícios pós-emprego, apurados em avaliação conduzida por atuário independente, são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.
- (ii) Os ganhos e perdas com os instrumentos de proteção de taxa de câmbio referentes a compromissos firmes e transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa, são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados como custo inicial do ativo não financeiro.
- (iii) As diferenças entre o valor justo das aplicações financeiras mensuradas a valor justo através de outros resultados abrangentes e o valor inicial da aplicação acrescido dos rendimentos auferidos e das variações cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado caso ocorra a liquidação da aplicação financeira.
- (iv) A Sociedade também reconhece nesta rubrica o efeito das mudanças na participação de não controladores em controladas que não resultam na perda de controle. Esse valor correspondente à diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores tenha sido ajustada e o valor justo da contraprestação recebida ou paga e representa uma transação com acionistas.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A composição e movimentação dos ajustes de avaliação patrimonial da Controladora são demonstradas conforme a seguir:

| | Valor justo dos instrumentos de hedge de fluxo de caixa | Valor justo de aplicações financeiras | Ganhos/ (perdas) atuariais de benefícios pós-emprego | Mudança de participação de não controladores | Total |
|---|---|---------------------------------------|--|--|----------------------|
| Em 31 de dezembro de 2017 | (27.364) | - | (15.181) | 197.369 | 154.824 |
| Variação de valor justo dos IRPJ e CSLL sobre valor justo | (326.030) 110.058 | (273) - | - - | - - | (326.303) 110.058 |
| Perdas atuariais em benefícios pós-emprego | - | - | (2.810) | - | (2.810) |
| IRPJ e CSLL sobre perdas atuariais | - | - | 242 | - | 242 |
| Em 31 de dezembro de 2018 | (243.336) | (273) | (17.749) | 197.369 | (63.989) |
| Variação de valor justo dos instrumentos financeiros | (76.479) | 478 | - | - | (76.001) |
| IRPJ e CSLL sobre valor justo | 23.683 | - | - | - | 23.683 |
| Perdas atuariais em benefícios pós-emprego | - | - | (41.794) | - | (41.794) |
| IRPJ e CSLL sobre perdas atuariais | - | - | 11.784 | - | 11.784 |
| Em 31 de dezembro de 2019 | <u>(296.132)</u> | <u>205</u> | <u>(47.759)</u> | <u>197.369</u> | <u>(146.317)</u> |

g.2 Ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira

A variação de taxas de câmbio sobre os ativos, passivos e resultados de controladas no exterior com moeda funcional diferente da moeda funcional da Sociedade e administração própria (vide nota explicativa nº 2.s.1) e a variação de taxas de câmbio sobre notas no mercado externo (vide nota explicativa nº 34.h.3) é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A composição e movimentação dos ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira da Controladora são demonstradas conforme a seguir:

| | 31/12/2019 |
|---|-------------------|
| Em 31 de dezembro de 2017 | 53.061 |
| Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior | 52.531 |
| Variação cambial dos instrumentos financeiros | (60.204) |
| IRPJ e CSLL sobre variação cambial | 20.469 |
| Em 31 de dezembro de 2018 | 65.857 |
| Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior | 46.330 |
| Variação cambial dos instrumentos financeiros | (14.788) |
| IRPJ e CSLL sobre variação cambial | 5.028 |
| Em 31 de dezembro de 2019 | 102.427 |

h. Dividendos e destinação do resultado do exercício

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo anual de 50% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos e juros sobre o capital próprio propostos acima da obrigação estatutária são reconhecidos no patrimônio líquido até sua aprovação em assembleia de acionistas. Os dividendos propostos a pagar em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$ 380.324 (R\$ 0,70 – setenta centavos de Real por ação), foram aprovados pelo CA em 20 de fevereiro de 2019, e pagos a partir de 13 de março de 2019. Em 14 de agosto de 2019, o CA deliberou antecipação dos dividendos de 2019, no montante de R\$ 217.382 (R\$ 0,20 por ação), pagos a partir de 30 de agosto de 2019. Os dividendos propostos a pagar em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$ 261.470 (R\$ 0,24 – vinte quatro centavos de Real por ação), foram aprovados pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2020, e serão pagos a partir de 06 de março de 2020.

A movimentação dos dividendos a pagar está demonstrada abaixo:

| | Controladora | Consolidado |
|---------------------------------|---------------------|--------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | 282.334 | 284.024 |
| Provisões | 326.736 | 329.106 |
| Pagamentos | (594.381) | (596.436) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 14.689 | 16.694 |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A proposta da administração para destinação do lucro líquido do exercício de 2019 e para distribuição de dividendos é assim demonstrada:

| | 31/12/2019 |
|---|-------------------|
| <u>Destinação do lucro líquido</u> | |
| Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Ultrapar | 373.526 |
| Dividendos mínimos obrigatórios do exercício (50% do lucro líquido) | 186.763 |
| Reserva legal (5% do lucro líquido) | 18.676 |
| Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios | 168.087 |
| Total da destinação do lucro líquido | 373.526 |
| <u>Distribuição de dividendos</u> | |
| Dividendos mínimos obrigatórios do exercício (50% do lucro líquido) | 186.763 |
| Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios | 168.087 |
| Dividendos sobre reserva estatutária | 124.002 |
| Total da distribuição | 478.852 |
| (-) Dividendos intermediários pagos (R\$ 0,20 por ação) | (217.382) |
| Dividendos a pagar (R\$ 0,24 por ação) - Patrimônio Líquido | 261.470 |

27 Receita líquida de vendas e serviços (Consolidado)

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--|-------------------|-------------------|
| Receita de vendas bruta | 94.296.759 | 94.693.178 |
| Receita de serviços prestados bruta | 869.084 | 750.791 |
| Impostos sobre vendas | (4.031.295) | (3.027.597) |
| Devoluções e abatimentos | (1.494.814) | (1.342.799) |
| Amortização dos ativos de contrato (vide nota explicativa nº 11) | (355.250) | (371.825) |
| Receita diferida (vide nota explicativa nº 24) | 13.491 | (3.765) |
| Receita líquida de vendas e serviços | <u>89.297.975</u> | <u>90.697.983</u> |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

28 Despesas por natureza (Consolidado)

A Sociedade apresenta a demonstração do resultado consolidado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|-------------------|-------------------|
| Matérias-primas e materiais de uso e consumo | 81.819.820 | 83.116.950 |
| Gastos com pessoal | 2.415.581 | 2.513.586 |
| Frete e armazenagens | 1.170.870 | 1.178.990 |
| Depreciação e amortização | 844.647 | 812.489 |
| Amortização de ativos de direito de uso | 300.058 | - |
| Propaganda e marketing | 206.103 | 173.988 |
| Serviços prestados por terceiros | 322.589 | 328.361 |
| Outras despesas | 474.081 | 709.710 |
| Total | <u>87.553.749</u> | <u>88.834.074</u> |
| Classificado como: | | |
| Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados | 83.187.109 | 84.537.368 |
| Despesas com vendas e comerciais | 2.640.387 | 2.670.867 |
| Despesas gerais e administrativas | <u>1.726.253</u> | <u>1.625.839</u> |
| Total | <u>87.553.749</u> | <u>88.834.074</u> |

29 Resultado na venda de bens e redução ao valor recuperável de ativos (“impairment”) (Consolidado)

O resultado na venda de bens é apurado pela diferença entre o valor da venda e o valor residual contábil do investimento, imobilizado ou intangível. Em 2019, o resultado foi uma perda de R\$ 30.019 (perda de R\$ 22.088 em 2018), representado principalmente pela venda de ativo imobilizado e fechamento de lojas da Extrafarma. Adicionalmente, em 2019, os teste de recuperabilidade de ativos identificaram a necessidade de reconhecimento de perda no montante de R\$ 593.280 para o ágio da Extrafarma.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

30 Outros resultados operacionais, líquidos (Consolidado)

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|----------------|---------------|
| Parceria comercial ⁽¹⁾ | 40.816 | 53.671 |
| Merchandising ⁽²⁾ | 44.396 | 52.092 |
| Programa de fidelidade ⁽³⁾ | 12.943 | 25.682 |
| Sinistro Ultracargo – incêndio em Santos ⁽⁴⁾ | (3.733) | (4.951) |
| Multa por aquisição de empresa não efetivada ⁽⁵⁾ | - | (286.160) |
| Créditos fiscais extraordinários ⁽⁶⁾ | 144.949 | 208.038 |
| Termo de Ajustamento de Conduta – Tequimar ⁽⁷⁾ | (65.539) | - |
| Outros | <u>5.793</u> | <u>9.161</u> |
| Outros resultados operacionais, líquidos | <u>179.625</u> | <u>57.533</u> |

⁽¹⁾ Refere-se a contratos com prestadores de serviços e fornecedores que estabelecem acordos comerciais para as lojas de conveniência e postos de combustíveis.

⁽²⁾ Refere-se a contratos com fornecedores de produtos das lojas de conveniência, onde são estabelecidos, dentre outros acordos, campanhas promocionais.

⁽³⁾ Refere-se a venda de km de vantagens para parceiros do programa de fidelidade, sendo a receita reconhecida no momento em que os parceiros concedem os pontos aos seus clientes.

⁽⁴⁾ Para maiores informações sobre o sinistro da Ultracargo vide notas explicativas nº 22.b.2.4 e 23.

⁽⁵⁾ Refere-se a multa contratual paga em 2018 pela controlada Cia. Ultragaz, em benefício da Petrobras, pela não consumação da transação de compra da Liquigás Distribuidora S.A. (“Liquigás”) rejeitada pelo Tribunal do CADE.

⁽⁶⁾ Refere-se substancialmente aos créditos da Extrafarma e Ipiranga (vide nota explicativa nº 7.a.2) e Iconic. Em 2018, refere-se principalmente aos créditos da Oxitenio.

⁽⁷⁾ Para maiores informações vide nota explicativa nº 22.b.2.4.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

31 Resultado financeiro

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Receitas financeiras: | | | | |
| Juros sobre aplicações financeiras | 73.201 | 101.653 | 302.793 | 328.625 |
| Juros de clientes | - | - | 138.462 | 135.514 |
| Atualização dos bônus de subscrição (vide nota explicativa nº 25) | - | 44.484 | - | 44.484 |
| Juros selic sobre créditos de PIS e COFINS (vide nota explicativa nº 22.d.1) | - | - | - | 168.564 |
| Outras receitas | - | - | 16.034 | 4.048 |
| | <u>73.201</u> | <u>146.137</u> | <u>457.289</u> | <u>681.235</u> |
| Despesas financeiras: | | | | |
| Juros sobre financiamentos | - | - | (388.897) | (440.641) |
| Juros sobre debêntures | (111.732) | (105.424) | (482.361) | (441.394) |
| Juros sobre operações de arrendamento mercantil | (200) | - | (132.994) | (2.670) |
| Encargos bancários, impostos sobre operações financeiras e outros impostos | (2.692) | (14.476) | (62.687) | (92.558) |
| Variações cambiais, líquidas de resultado de instrumentos de proteção | 25 | - | 134.544 | 172.701 |
| Atualização dos bônus de subscrição (vide nota explicativa nº 25) | (7.760) | - | (7.760) | - |
| Atualizações de provisões, líquidas, e outras despesas | - | - | (23.988) | 9.791 |
| | <u>(122.359)</u> | <u>(119.900)</u> | <u>(964.143)</u> | <u>(794.771)</u> |
| Resultado financeiro, líquido | <u>(49.158)</u> | <u>26.237</u> | <u>(506.854)</u> | <u>(113.536)</u> |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

32 Lucro por ação (Controladora e Consolidado)

A tabela a seguir apresenta a conciliação dos numeradores e denominadores utilizados no cálculo do lucro por ação. A Sociedade possui plano de remuneração em ações e bônus de subscrição, conforme mencionados nas notas explicativas nº 8.c e 25, respectivamente.

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|------------|------------|
| Lucro básico por ação | | |
| Lucro líquido da Sociedade | 373.526 | 1.150.421 |
| Média ponderada das ações em circulação (em milhares) | 1.086.485 | 1.086.237 |
| Lucro básico por ação - R\$ | 0,3438 | 1,0591 |
| Lucro diluído por ação | | |
| Lucro líquido da Sociedade | 373.526 | 1.150.421 |
| Média ponderada das ações em circulação (em milhares), incluindo os efeitos de diluição | 1.091.653 | 1.091.335 |
| Lucro diluído por ação - R\$ | 0,3422 | 1,0541 |
| Média ponderada das ações (em milhares) | | |
| Média ponderada da quantidade de ações para o lucro básico por ação | 1.086.485 | 1.086.237 |
| Efeito da diluição | | |
| Bônus de subscrição | 2.554 | 2.496 |
| Plano de ações | 2.614 | 2.602 |
| Média ponderada da quantidade de ações para o lucro diluído por ação | 1.091.653 | 1.091.335 |

As informações do lucro por ação foram ajustadas retrospectivamente conforme desdobramento de ações divulgado na nota explicativa nº 26.a. e pela emissão de 2.108.542 ações ordinárias em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição divulgados na nota explicativa nº 36.

33 Informações por segmento

A Sociedade possui cinco segmentos de negócios relevantes: distribuição de gás, distribuição de combustíveis, químico, armazenagem e drogarias. O segmento de distribuição de gás (Ultragaz) distribui GLP a consumidores residenciais, comerciais e industriais, principalmente nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste do País. O segmento de distribuição de combustíveis (Ipiranga) opera na distribuição e venda de gasolina, etanol, diesel, óleo combustível, querosene, gás natural para veículos, lubrificantes e atividades relacionadas, em todo território nacional. O segmento químico (Oxiten) produz óxido de eteno e seus principais derivados e álcoois graxos, que são matérias-primas para os segmentos de cosméticos e detergentes, agroquímicos, e de tintas e vernizes, entre outros. O segmento de armazenagem (Ultracargo) opera terminais para granéis líquidos, principalmente nas Regiões Sudeste e Nordeste do País. O segmento de drogarias (Extrafarma) comercializa medicamentos e produtos de higiene pessoal, beleza e cosméticos, no varejo e no atacado, principalmente por meio de rede própria de drogarias estabelecidas nas Regiões Norte, Nordeste e Sudeste do País. Os segmentos apresentados nas demonstrações financeiras são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. As vendas entre segmentos são feitas a preços semelhantes àqueles que poderiam ser praticados com terceiros.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a. Informações financeiras relativas aos segmentos

As principais informações financeiras sobre cada um dos segmentos da Sociedade podem ser assim demonstradas:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|-------------------|-------------------|
| Receita líquida de vendas e serviços: | | |
| Ultraz | 7.094.823 | 7.043.246 |
| Ipiranga | 75.452.481 | 76.477.640 |
| Oxiten | 4.254.237 | 4.748.428 |
| Ultracargo | 540.758 | 493.649 |
| Extrafarma | 2.060.568 | 2.027.988 |
| | <u>89.402.867</u> | <u>90.790.951</u> |
| Outros ⁽¹⁾ | 44.770 | 46.937 |
| Vendas entre segmentos | <u>(149.662)</u> | <u>(139.905)</u> |
| Total | <u>89.297.975</u> | <u>90.697.983</u> |
| Vendas entre segmentos: | | |
| Ultraz | 3.794 | 2.879 |
| Ipiranga | 535 | 2.919 |
| Oxiten | 22.265 | 6.325 |
| Ultracargo | 78.390 | 82.573 |
| Extrafarma | - | - |
| | <u>104.984</u> | <u>94.696</u> |
| Outros ⁽¹⁾ | 44.678 | 45.209 |
| Total | <u>149.662</u> | <u>139.905</u> |
| Receita líquida de vendas e serviços, excluindo vendas entre segmentos: | | |
| Ultraz | 7.091.029 | 7.040.367 |
| Ipiranga | 75.451.946 | 76.474.721 |
| Oxiten | 4.231.971 | 4.742.103 |
| Ultracargo | 462.368 | 411.076 |
| Extrafarma | 2.060.569 | 2.027.988 |
| | <u>89.297.883</u> | <u>90.696.255</u> |
| Outros ⁽¹⁾ | 92 | 1.728 |
| Total | <u>89.297.975</u> | <u>90.697.983</u> |
| Lucro (prejuízo) operacional: | | |
| Ultraz | 368.975 | 35.567 |
| Ipiranga | 1.674.439 | 1.396.574 |
| Oxiten | (12.833) | 457.128 |
| Ultracargo | 83.171 | 124.720 |
| Extrafarma | (720.252) | (118.329) |
| Corporativo ⁽²⁾ | <u>(96.432)</u> | <u>-</u> |
| | <u>1.297.068</u> | <u>1.895.660</u> |
| Outros ⁽¹⁾ | 3.484 | 3.694 |
| Total | <u>1.300.552</u> | <u>1.899.354</u> |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--|------------|------------|
| Equivalência patrimonial de empreendimentos controlados em conjunto e coligadas: | | |
| Ultragaz | (5) | 12 |
| Ipiranga | (24.782) | (18.169) |
| Oxitenó | 532 | 880 |
| Ultracargo | 1.370 | 1.350 |
| | (22.885) | (15.927) |
| Outros ⁽¹⁾ | 10.740 | 1.148 |
| Total | (12.145) | (14.779) |
| Lucro antes do resultado financeiro, do imposto de renda e da contribuição social | 1.288.407 | 1.884.575 |
| Resultado financeiro, líquido | (506.854) | (113.536) |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 781.553 | 1.771.039 |
| Adições ao imobilizado e intangível (excluindo transações entre segmentos): | | |
| Ultragaz | 249.784 | 245.069 |
| Ipiranga | 370.864 | 417.519 |
| Oxitenó | 255.016 | 473.026 |
| Ultracargo | 217.377 | 167.034 |
| Extrafarma | 89.850 | 118.577 |
| | 1.182.891 | 1.421.225 |
| Outros ⁽¹⁾ | 20.186 | 18.382 |
| Total de adições ao imobilizado e intangível (vide notas explicativas nº 14 e 15) | 1.203.077 | 1.439.607 |
| Provisão para retirada de tanques (vide nota explicativa nº 21) | (290) | (264) |
| Juros capitalizados | (30.748) | (23.438) |
| Total de investimentos em imobilizado e intangível (fluxo de caixa) | 1.172.039 | 1.415.905 |
| Pagamento de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade (vide nota explicativa nº 11): | | |
| Ipiranga | 330.068 | 390.177 |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--|-------------------|-------------------|
| Depreciação do imobilizado e amortização do intangível no resultado: | | |
| Ultragaz | 186.221 | 222.527 |
| Ipiranga | 290.747 | 283.426 |
| Oxitenó | 212.328 | 167.357 |
| Ultracargo | 59.618 | 52.414 |
| Extrafarma | 80.550 | 71.552 |
| | <u>829.464</u> | <u>797.276</u> |
| Outros ⁽¹⁾ | 15.183 | 15.213 |
| Total | <u>844.647</u> | <u>812.489</u> |
| Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade (vide nota explicativa nº 11): | | |
| Ipiranga | 355.055 | 371.825 |
| Ultragaz | 195 | - |
| Total | <u>355.250</u> | <u>371.825</u> |
| Amortização de ativos de direito de uso: | | |
| Ultragaz | 31.264 | - |
| Ipiranga | 164.543 | - |
| Oxitenó | 9.676 | - |
| Ultracargo | 20.673 | - |
| Extrafarma | 73.774 | - |
| | <u>299.930</u> | <u>-</u> |
| Outros ⁽¹⁾ | 128 | - |
| Total | <u>300.058</u> | <u>-</u> |
| Ativos totais (excluindo transações entre segmentos): | | |
| Ultragaz | 2.998.623 | 2.719.425 |
| Ipiranga | 16.278.320 | 15.381.887 |
| Oxitenó | 7.453.476 | 7.452.331 |
| Ultracargo | 1.871.799 | 1.478.697 |
| Extrafarma | 2.060.182 | 2.107.901 |
| | <u>30.662.400</u> | <u>29.140.241</u> |
| Outros ⁽¹⁾ | 533.072 | 1.359.154 |
| Total | <u>31.195.472</u> | <u>30.499.395</u> |

⁽¹⁾ A linha “Outros” é formada pela controladora Ultrapar (incluindo ágio de certas aquisições) e pelas controladas Serma - Associação dos Usuários de Equipamentos de Processamento de Dados e Serviços Correlatos (“Serma”) e Imaven Imóveis Ltda.

⁽²⁾ Despesas referentes à estrutura de *holding* da Ultrapar, incluindo, a Presidência, os CA e CF, os comitês de assessoria ao CA e as diretorias de Capital Humano e de Riscos, Compliance e Auditoria.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Informações relativas à área geográfica

Os ativos imobilizados e intangíveis da Sociedade e suas controladas estão localizados no Brasil, exceto aqueles referentes às plantas da Oxiteno no exterior, conforme demonstrado abaixo:

| | <u>31/12/2019</u> | <u>31/12/2018</u> |
|----------------|-------------------|-------------------|
| Estados Unidos | 909.787 | 857.049 |
| México | 124.809 | 124.037 |
| Uruguai | 74.732 | 72.345 |
| Venezuela (*) | - | 2.427 |
| | <u>1.109.328</u> | <u>1.055.858</u> |

(*) Vide nota explicativa nº 3.b.3.

As controladas geram receitas em suas operações no Brasil, nos Estados Unidos, no México, no Uruguai e na Venezuela(*), bem como através da exportação de produtos a clientes estrangeiros, conforme demonstrado abaixo:

| | <u>31/12/2019</u> | <u>31/12/2018</u> |
|---------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Receita líquida de vendas e serviços: | | |
| Brasil | 87.927.198 | 89.183.342 |
| México | 220.021 | 207.615 |
| Uruguai | 41.648 | 48.096 |
| Venezuela (*) | 2.293 | 68.877 |
| Outros países da América Latina | 418.368 | 425.973 |
| Estados Unidos e Canadá | 437.669 | 465.840 |
| Extremo Oriente | 74.093 | 96.394 |
| Europa | 118.917 | 138.347 |
| Outros | <u>57.768</u> | <u>63.499</u> |
| Total | <u>89.297.975</u> | <u>90.697.983</u> |

As vendas para o mercado externo são realizadas substancialmente pelo segmento Oxiteno.

(*) Vide nota explicativa nº 3.b.3.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

34 Riscos e instrumentos financeiros (Consolidado)

a. Gestão de riscos e instrumentos financeiros - Governança

Os principais fatores de risco a que a Sociedade e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Sociedade. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Sociedade e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

A Sociedade possui uma política de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros aprovada pelo seu CA (“Política”). De acordo com a Política, a administração financeira tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados na Política são riscos de mercado (moedas, juros e *commodities*), liquidez e crédito. A governança da gestão dos riscos segue a segregação de responsabilidades abaixo:

A execução da Política é feita pela diretoria financeira corporativa, através da tesouraria, com o apoio da controladoria, contabilidade, tributário e jurídico corporativo.

O monitoramento do cumprimento e enquadramento da Política, bem como a deliberação sobre eventuais desvios, é de responsabilidade do Comitê de Riscos e Aplicações Financeiras (“Comitê”), composto pelo CFO, Diretor de Tesouraria, Diretor de Controladoria e outros diretores a serem designados pelo CFO. O Comitê se reúne trimestralmente e monitora mensalmente os parâmetros de risco estabelecidos pela Política através de um mapa de acompanhamento.

A aprovação da Política bem como a avaliação periódica da exposição da Sociedade aos riscos financeiros compete ao CA da Sociedade.

O Comitê de Auditoria e Riscos (“CAR”) assessora o CA na avaliação da eficácia dos controles e parâmetros de gestão e exposição da Sociedade aos riscos financeiros, bem como assessora o CA na avaliação de eventuais propostas de revisão da Política. A Diretoria de Riscos, *Compliance* e Auditoria monitora o cumprimento dos parâmetros da Política, reporta ao CAR a exposição aos riscos e o cumprimento desta Política bem como reporta ao CA qualquer descumprimento da Política.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b.Risco de moedas

A maior parte das operações da Sociedade, através das suas controladas, se localiza no Brasil e, portanto, a moeda de referência para a gestão do risco de moedas é o Real. A gestão do risco de moedas é guiada pela neutralidade de exposições cambiais e considera os riscos da Sociedade e suas controladas às mudanças nas taxas de câmbio. A Sociedade considera como suas principais exposições cambiais às variações dos ativos e passivos em moeda estrangeira.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos de proteção cambial (principalmente entre o Real e o dólar norte-americano) disponíveis no mercado financeiro para proteger seus ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira e investimentos líquidos em entidades no exterior, com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial em seus resultados e fluxo de caixa em Reais, dentro dos limites de exposição de sua Política. Tais instrumentos de proteção cambial possuem montantes, prazos e índices substancialmente equivalentes aos dos ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira aos quais se encontram vinculados.

Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos em moeda estrangeira, convertidos para Reais:

b.1 Ativos e passivos em moeda estrangeira

| Em milhões de Reais | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|------------------|------------------|
| Ativos em moeda estrangeira | | |
| Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras em moeda estrangeira (exceto instrumentos de proteção) | 455,6 | 254,2 |
| Contas a receber de clientes no exterior, líquidas de provisão para perda e de adiantamentos de clientes no exterior | 213,5 | 235,1 |
| Outros ativos líquidos no exterior (exceto caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, financiamentos e contas a pagar) | 1.445,0 | 1.384,9 |
| | <u>2.114,1</u> | <u>1.874,2</u> |
| Passivos em moeda estrangeira | | |
| Financiamentos em moeda estrangeira bruto de custo de transação e deságio | (6.895,1) | (5.515,6) |
| Contas a pagar decorrentes de importações, líquidas de adiantamentos a fornecedores estrangeiros | (344,5) | (567,7) |
| | <u>(7.239,6)</u> | <u>(6.083,3)</u> |
| Saldo (bruto) da ponta em moeda estrangeira de instrumentos de proteção cambial | <u>3.636,4</u> | <u>2.483,0</u> |
| Posição líquida passiva – total | <u>(1.489,1)</u> | <u>(1.726,1)</u> |
| Posição líquida ativa (passiva) – efeito no resultado | 452,0 | 282,7 |
| Posição líquida passiva – efeito no patrimônio líquido | (1.941,1) | (2.008,8) |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b.2 Análise de sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira

Para os cenários I, II e III são aplicadas as variações de 10%, 25% e 50%, respectivamente, sobre a posição líquida da Sociedade exposta ao risco cambial, simulando os efeitos de apreciação e depreciação do Real no resultado e no patrimônio líquido.

A tabela abaixo demonstra, em três cenários, os efeitos da variação do câmbio sobre a posição líquida passiva de R\$ 1.489,1 milhões em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2019:

| Em milhões de Reais | Risco | Cenário I Provável | Cenário II 25% | Cenário III 50% |
|----------------------------------|----------------|-----------------------|-------------------|--------------------|
| (1) Efeito no resultado | Depreciação do | 45,2 | 113,0 | 226,0 |
| (2) Efeito no patrimônio líquido | Real | (194,1) | (485,3) | (970,6) |
| (1) + (2) | Efeito | (148,9) | (372,3) | (744,6) |
| (3) Efeito no resultado | Apreciação do | (45,2) | (113,0) | (226,0) |
| (4) Efeito no patrimônio líquido | Real | 194,1 | 485,3 | 970,6 |
| (3) + (4) | Efeito | 148,9 | 372,3 | 744,6 |

A tabela abaixo demonstra, em três cenários, os efeitos da variação do câmbio sobre a posição líquida ativa de R\$ 1.726,1 milhões em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2018:

| Em milhões de Reais | Risco | Cenário I Provável | Cenário II 25% | Cenário III 50% |
|----------------------------------|----------------|-----------------------|-------------------|--------------------|
| (1) Efeito no resultado | Depreciação do | 28,3 | 70,7 | 141,4 |
| (2) Efeito no patrimônio líquido | Real | (200,9) | (502,2) | (1.004,4) |
| (1) + (2) | Efeito | (172,6) | (431,5) | (863,0) |
| (3) Efeito no resultado | Apreciação do | (28,3) | (70,7) | (141,4) |
| (4) Efeito no patrimônio líquido | Real | 200,9 | 502,2 | 1.004,4 |
| (3) + (4) | Efeito | 172,6 | 431,5 | 863,0 |

O efeito no patrimônio líquido refere-se aos ajustes acumulados de conversão das variações cambiais sobre o patrimônio líquido das controladas sediadas no exterior (vide notas explicativas nº 2.s.1 e 26.g.2), *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, *hedge* de fluxo de caixa de compromissos firmes e *hedge* de transações altamente prováveis (vide nota explicativa nº 2.c e h. Contabilidade de proteção abaixo).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Risco de juros

A Sociedade e suas controladas adotam políticas de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Sociedade e de suas controladas são mantidas principalmente em operações vinculadas ao CDI, conforme divulgado na nota explicativa nº 4. As captações são principalmente oriundas de financiamentos do Banco do Brasil, debêntures e captações em moeda estrangeira, conforme divulgado na nota explicativa nº 16.

A Sociedade procura manter a maior parte de seus ativos e passivos financeiros de juros em taxas flutuantes.

c.1 Ativos e passivos financeiros expostos a juros flutuantes

Os ativos e passivos financeiros expostos a taxas de juros pós-fixadas estão demonstrados a seguir:

| Em milhões de Reais | Nota explicativa | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|------------------|------------------|------------------|
| DI | | | |
| Equivalentes de caixa | 4.a | 1.780,9 | 3.722,3 |
| Aplicações financeiras | 4.b | 2.610,7 | 2.537,3 |
| Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - DI | 34.g | 19,3 | 33,9 |
| Financiamentos e debêntures | 16.a | (6.268,6) | (8.440,9) |
| Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de proteção cambial - DI | 34.g | (3.318,3) | (2.205,5) |
| Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de taxa de juros pré-fixada + IPCA - DI | 34.g | (821,9) | (823,5) |
| Posição líquida passiva em DI | | <u>(5.997,9)</u> | <u>(5.176,4)</u> |
| TJLP | | | |
| Empréstimos e financiamentos - TJLP | 16.a | <u>(103,9)</u> | <u>(201,2)</u> |
| Posição líquida passiva em TJLP | | <u>(103,9)</u> | <u>(201,2)</u> |
| LIBOR | | | |
| Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - LIBOR | 34.g | 850,3 | 811,6 |
| Empréstimos e financiamentos - LIBOR | 16.a | <u>(1.457,3)</u> | <u>(1.437,1)</u> |
| Posição líquida passiva em LIBOR | | <u>(607,0)</u> | <u>(625,5)</u> |
| TIIE | | | |
| Empréstimos e financiamentos – TIIE | 16.a | <u>-</u> | <u>(4,0)</u> |
| Posição líquida passiva em TIIE | | <u>-</u> | <u>(4,0)</u> |
| SELIC | | | |
| Empréstimos e financiamentos – SELIC | 16.a | <u>(30,4)</u> | <u>(51,5)</u> |
| Posição líquida passiva em SELIC | | <u>(30,4)</u> | <u>(51,5)</u> |
| Posição líquida passiva total exposta a juros pós-fixados | | <u>(6.739,2)</u> | <u>(6.058,6)</u> |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c.2 Análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes

Para análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes a Sociedade utilizou como cenário base o valor acumulado dos índices de referência (DI, TJLP, LIBOR, TIE e SELIC). Os cenários I, II e III foram estimados com uma variação de 10%, 25% e 50%, respectivamente, nas taxas de juros flutuantes do cenário base.

As tabelas abaixo demonstram a despesa e a receita incremental que teria sido reconhecida no resultado financeiro, devido aos efeitos da variação das taxas de juros flutuantes nos diferentes cenários:

| Em milhões de Reais | Risco | 31/12/2019 | | |
|--|----------------|-----------------------|-------------------|--------------------|
| | | Cenário I Provável | Cenário II 25% | Cenário III 50% |
| <u>Exposição a juros flutuantes</u> | | | | |
| Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras | Elevação DI | 29,3 | 73,3 | 146,5 |
| Efeito no resultado das pontas ativas em DI dos instrumentos de proteção cambial | Elevação DI | 0,1 | 0,1 | 0,3 |
| Efeito nos juros da dívida em CDI | Elevação CDI | (44,5) | (111,2) | (222,3) |
| Efeito no resultado das pontas passivas em DI dos instrumentos de proteção a dívidas | Elevação DI | (39,2) | (85,6) | (162,9) |
| Despesa incremental | | (54,3) | (123,4) | (238,4) |
| Efeito nos juros da dívida em TJLP | Elevação TJLP | (1,2) | (3,0) | (6,1) |
| Despesa incremental | | (1,2) | (3,0) | (6,1) |
| Efeito no resultado das pontas ativas em LIBOR dos instrumentos de proteção cambial | Elevação LIBOR | 1,7 | 4,3 | 8,6 |
| Efeito nos juros da dívida em LIBOR | Elevação LIBOR | (3,6) | (8,9) | (17,8) |
| Despesa incremental | | (1,9) | (4,6) | (9,2) |
| Efeito nos juros da dívida em TIE | Elevação TIE | - | - | - |
| Despesa incremental | | - | - | - |
| Efeito nos juros da dívida em SELIC | Elevação SELIC | (0,3) | (0,6) | (1,3) |
| Despesa incremental | | (0,3) | (0,6) | (1,3) |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

| Em milhões de Reais | Risco | 31/12/2018 | | |
|--|----------------|-----------------------|-------------------|--------------------|
| | | Cenário I Provável | Cenário II 25% | Cenário III 50% |
| <u>Exposição a juros flutuantes</u> | | | | |
| Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras | Elevação DI | 32,7 | 81,7 | 163,3 |
| Efeito no resultado das pontas ativas em DI dos instrumentos de proteção cambial | Elevação DI | 0,1 | 0,2 | 0,5 |
| Efeito nos juros da dívida em CDI | Elevação CDI | (55,0) | (137,4) | (274,9) |
| Efeito no resultado das pontas passivas em DI dos instrumentos de proteção a dívidas | Elevação DI | (33,7) | (73,4) | (139,6) |
| Despesa incremental | | (55,9) | (128,9) | (250,7) |
| Efeito nos juros da dívida em TJLP | Elevação TJLP | (1,7) | (4,2) | (8,3) |
| Despesa incremental | | (1,7) | (4,2) | (8,3) |
| Efeito no resultado das pontas ativas em LIBOR dos instrumentos de proteção cambial | Elevação LIBOR | 2,8 | 6,9 | 13,9 |
| Efeito nos juros da dívida em LIBOR | Elevação LIBOR | (3,6) | (9,1) | (18,1) |
| Despesa incremental | | (0,8) | (2,2) | (4,2) |
| Efeito nos juros da dívida em TIEE | Elevação TIEE | (0,1) | (0,3) | (0,5) |
| Despesa incremental | | (0,1) | (0,3) | (0,5) |
| Efeito nos juros da dívida em SELIC | Elevação SELIC | (0,4) | (1,0) | (2,0) |
| Despesa incremental | | (0,4) | (1,0) | (2,0) |

d. Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade e suas controladas a riscos de crédito da contraparte são representados, basicamente, pelas disponibilidades (caixa e bancos), aplicações financeiras, instrumentos de proteção (vide nota explicativa nº 4) e contas a receber (vide nota explicativa nº 5).

d.1 Risco de crédito de instituições financeiras

Tal risco decorre da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Sociedade ou suas controladas por insolvência. A Sociedade e suas controladas executam regularmente análise de crédito das instituições nas quais mantêm disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, etc. As disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez. O volume de disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são objeto de limites máximos por instituição, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

d.2 Risco de crédito de governos

A Política da Sociedade permite aplicação em títulos públicos federais de países classificados como grau de investimento AAA ou aaa por agências de risco especializadas (S&P, Moody's e Fitch) e em títulos do governo brasileiro. O volume de aplicações financeiras é objeto de limites máximos por país, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

O risco de crédito de instituições financeiras e governos de saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras está sumarizado abaixo:

| Rating de crédito da contraparte | Valor justo | |
|----------------------------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| AAA | 4.906.077 | 5.933.671 |
| AA | 331.512 | 707.358 |
| A | 418.020 | 262.553 |
| BBB | 56.488 | 90.824 |
| Total | 5.712.097 | 6.994.406 |

d.3 Risco de crédito de clientes

A política de crédito estabelece a análise do perfil de cada novo cliente, individualmente, quanto à sua condição financeira. A revisão efetuada pelas controladas da Sociedade inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria e, quando necessárias, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e revisados periodicamente, em um prazo mais curto quanto maior o risco, dependendo de aprovação da área responsável em casos de vendas que excedam esses limites.

No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito e a depender do negócio, o agrupamento leva em consideração, por exemplo, se são clientes pessoas físicas ou jurídicas, se são atacadistas, revendedores ou clientes finais, considerando também sua área geográfica.

As estimativas de perda de crédito são calculadas pela abordagem da perda esperada, com base nas taxas de probabilidade de perda por inadimplência. As taxas de perda são calculadas com base na probabilidade média de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplemento até a baixa completa. A apuração da probabilidade de perda leva em consideração uma pontuação de risco de crédito para cada exposição, com base em dados considerados capazes de prever o risco de perda (classificações externas, demonstrações financeiras auditadas, projeções de fluxo de caixa, informações sobre os clientes disponíveis na imprensa, por exemplo), além da avaliação de crédito com base na experiência.

Tais riscos de crédito são administrados por cada unidade de negócio por meio de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito, além de serem mitigados pela diversificação de vendas. Nenhum cliente individual ou grupo representa mais de 10% da receita total.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As controladas da Sociedade solicitam garantias com relação ao contas a receber de clientes e outros recebíveis em situações específicas aos clientes, mas essas garantias não influenciam no cálculo do risco de perda. As controladas da Sociedade mantiveram os seguintes saldos de provisões para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa de suas contas a receber:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|------------|----------------|----------------|
| Ipiranga | 447.235 | 442.486 |
| Ultragaz | 94.985 | 61.975 |
| Oxiten | 13.252 | 12.371 |
| Extrafarma | 3.419 | 5.858 |
| Ultracargo | 2.001 | 2.089 |
| Total | <u>560.892</u> | <u>524.779</u> |

A tabela a seguir fornece informações sobre as exposições ao risco de crédito:

| | 31/12/2019 | | | 31/12/2018 | | |
|---------------|--|----------------------|----------------------------|--|----------------------|----------------------------|
| | Taxa média ponderada de perda estimada | Saldo contábil bruto | Provisão de perda estimada | Taxa média ponderada de perda estimada | Saldo contábil bruto | Provisão de perda estimada |
| A vencer | 1,3% | 3.843.803 | 50.198 | 1,5% | 4.372.784 | 66.208 |
| < 30 dias | 2,1% | 185.612 | 3.975 | 4,0% | 132.884 | 5.344 |
| 31 a 60 dias | 7,1% | 37.801 | 2.688 | 7,9% | 68.733 | 5.396 |
| 61 a 90 dias | 20,4% | 24.861 | 5.062 | 11,3% | 59.006 | 6.664 |
| 91 a 180 dias | 41,8% | 91.633 | 38.337 | 55,8% | 105.703 | 58.959 |
| > 180 dias | 53,1% | 867.618 | 460.632 | 58,6% | 652.075 | 382.208 |
| | | <u>5.051.328</u> | <u>560.892</u> | | <u>5.391.185</u> | <u>524.779</u> |

A tabela a seguir fornece as informações sobre os saldos de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa por área geográfica:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---------------------------------|----------------|----------------|
| Brasil | 550.928 | 513.136 |
| México | 1.123 | 621 |
| Uruguai | 267 | 257 |
| Outros países da América Latina | 561 | 1.750 |
| Estados Unidos e Canadá | 889 | 1.394 |
| Europa | 7.075 | 6.842 |
| Outros | 49 | 779 |
| | <u>560.892</u> | <u>524.779</u> |

Para maiores informações sobre a provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa vide notas explicativas nº 5.a e 5.b.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

e. Risco de liquidez

As principais fontes de liquidez da Sociedade e suas controladas derivam (i) do saldo de caixa e aplicações financeiras, (ii) do fluxo de caixa gerado por suas operações e (iii) de empréstimos. A Sociedade e suas controladas acreditam que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

A Sociedade e suas controladas examinam, de tempos em tempos, oportunidades de aquisições e investimentos. Consideram diferentes tipos de investimentos, tanto diretamente quanto através de “joint ventures”, ou empresas coligadas, e financiam esses investimentos com o caixa gerado pelas suas operações, com captação de dívida, com aporte de capital, ou pela combinação desses métodos.

A Sociedade e suas controladas acreditam possuir capital de giro e fontes de financiamentos suficientes para atender às suas necessidades atuais. O endividamento bruto a vencer nos próximos 12 meses, incluindo juros estimados sobre financiamento totaliza R\$ 1.532 milhões (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 16.a). Adicionalmente, o plano de investimentos para 2020 totaliza R\$ 1.771 milhões. Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade e suas controladas possuíam R\$ 5.205,6 milhões em caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 4).

A tabela abaixo apresenta um resumo dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2019 da Sociedade e suas controladas, por faixas de vencimento. Os valores divulgados nesta tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, portanto esses valores podem ser diferentes dos saldos do balanço patrimonial.

| Passivos financeiros | Total | em milhões de Reais | | | |
|---|----------|---------------------|---------------------|---------------------|-------------------|
| | | Menos de 1 ano | Entre 1 e 3 anos | Entre 3 e 5 anos | Mais de 5 anos |
| Financiamentos e juros estimados sobre financiamentos (1) (2) | 17.224,8 | 1.532,0 | 5.954,9 | 4.686,3 | 5.051,5 |
| Instrumentos de proteção (3) | 588,4 | 131,1 | 143,7 | 129,3 | 184,3 |
| Fornecedores | 2.700,1 | 2.700,1 | - | - | - |
| Arrendamentos a pagar | 2.043,8 | 310,0 | 904,7 | 508,7 | 320,4 |

(1) Para calcular os juros estimados sobre financiamentos utiliza-se algumas premissas macroeconômicas, incluindo, na média para o período: (i) DI de 4,40% para 2020, 4,95% para 2021, 5,57% para 2022 e 6,01% para 2023; (ii) taxa de câmbio do Real frente ao dólar de R\$ 4,05 em 2020, R\$ 4,17 em 2021, R\$ 4,33 em 2022, R\$ 4,52 em 2023, R\$ 4,73 em 2024, R\$ 4,93 em 2025, R\$ 5,13 em 2026, R\$ 5,34 em 2027, R\$ 5,56 em 2028 e R\$ 5,78 em 2029; (iii) TJLP de 5,57%; (iv) IGP-M 4,18% em 2020, 3,99% em 2021, 3,75% em 2022, 3,58% a partir de 2023; (v) IPCA de 3,46% em 2020, 3,45% em 2021, 3,50% em 2022 e 3,25% a partir de 2023 (fonte: B3, Boletim Focus e instituições financeiras).

(2) Inclui pagamentos de juros estimados sobre a dívida de curto e longo prazo até os respectivos pagamentos.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

(3) Os instrumentos de proteção foram estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e nas curvas futuras dos contratos DI x Pré e Pré x IPCA, cotados na B3 em 28 de dezembro de 2019, e na curva futura de LIBOR (ICE – IntercontinentalExchange) e contratos das *commodities heating oil* e RBOB cotados na New York Mercantile Exchange (“NYMEX”) em 31 de dezembro de 2019. Na tabela acima foram considerados apenas os instrumentos de proteção com resultado negativo projetado no instante da liquidação.

f. Gestão de capital

A Sociedade administra sua estrutura de capital com base em indicadores e *benchmarks*. Os indicadores-chave relacionados ao objetivo de gestão da estrutura de capital são o custo médio ponderado do capital, endividamento líquido / LAJIDA, índice de cobertura de juros e relação dívida / patrimônio líquido. O endividamento líquido é formado pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras (vide nota explicativa nº 4) e empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures (vide nota explicativa nº 16). A Sociedade pode alterar sua estrutura de capital conforme as condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. A Sociedade procura também melhorar o seu retorno sobre capital empregado através da implementação de uma gestão eficiente de capital de giro e de um programa seletivo de investimentos.

g. Seleção e utilização de instrumentos financeiros

Na seleção de aplicações financeiras e instrumentos de proteção são analisados os retornos estimados, riscos envolvidos, liquidez, metodologia de cálculo do valor contábil e do valor justo e documentação aplicável ao instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros utilizados para a gestão dos recursos financeiros disponíveis da Sociedade e suas controladas visam preservar valor e liquidez.

A Política prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos somente para a cobertura de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Os riscos identificados na Política estão descritos nas seções acima nesta nota explicativa e, portanto, são objeto da gestão de risco. De acordo com a Política, a Sociedade e suas controladas podem utilizar contratos a termo, swaps, opções e contratos futuros para a gestão de riscos identificados. Instrumentos alavancados em derivativos não são permitidos. Como a utilização de instrumentos financeiros derivativos é limitada à cobertura de riscos identificados, a Sociedade e suas controladas utilizam a terminologia “instrumentos de proteção” quando se referem a instrumentos financeiros derivativos.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A tabela abaixo sumariza a posição dos instrumentos de proteção contratados pela Sociedade e suas controladas:

Designados - Hedge Accounting

| Produto | Objeto de proteção | Taxas Contratadas | | Vencimento | Valor de referência (nacional) ¹ | | Valor justo | |
|---------------|--------------------|-------------------------|---------------|------------|---|------------|-------------|-------------|
| | | Ativo | Passivo | | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| | | | | | | | R\$ milhões | R\$ milhões |
| Swap cambial | Dívida | USD + 4,51 % | 104,0% DI | nov-23 | USD 245,0 | USD 245,0 | 69,3 | (10,3) |
| Swap cambial | Dívida | LIBOR-3M + 1,11% = 4,1% | 105,0% DI | jul-23 | USD 150,0 | USD 150,0 | 75,0 | 45,6 |
| Swap de Juros | Dívida | 4,57% + IPCA | 95,8% DI | out-24 | R\$ 806,1 | R\$ 806,1 | 144,1 | 35,6 |
| Swap de Juros | Dívida | 6,47% | 100% DI | nov-24 | R\$ 90,0 | - | 0,6 | - |
| Opções (ZCC) | Margem Operacional | Put USD 3,68 | Call USD 4,60 | dez-20 | USD 60,0 | USD 149,4 | (0,1) | 0,3 |
| | | | | | | | 288,9 | 71,2 |

Não Designados - Hedge Accounting

| Produto | Objeto de proteção | Taxas Contratadas | | Vencimento | Valor de referência (nacional) ¹ | | Valor justo | |
|----------------------|---------------------|------------------------|--------------------|------------|---|------------|-------------|-------------|
| | | Ativo | Passivo | | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| | | | | | | | R\$ milhões | R\$ milhões |
| Swap cambial | Dívida | USD + 3,60% | 65,0% DI | jun-29 | USD 853,0 | USD 758,3 | 353,5 | 246,5 |
| Swap cambial | Dívida | LIBOR-3M + 2,0% = 4,3% | 105,9% DI | jun-20 | USD 60,0 | USD 60,0 | 48,5 | 38,0 |
| Swap cambial | Compromissos firmes | USD + 0,00% | 39,9% DI | out-19 | USD 17,9 | USD 98,5 | (2,2) | (8,6) |
| Swap cambial | Margem Operacional | 34,8% DI | USD + 0,00% | fev-20 | USD 4,7 | USD 8,9 | 0,6 | 0,1 |
| NDF | Compromissos firmes | BRL | USD | jan-20 | USD 71,6 | - | (1,1) | - |
| Termo de Mercadorias | Compromissos firmes | BRL | Heating oil / RBOB | jan-20 | USD 56,0 | - | (1,3) | - |
| | | | | | | | 398,0 | 276,0 |

¹ Em milhões. Moeda conforme indicado.

Todas as operações acima foram devidamente registradas na CETIP S.A.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

h. Contabilidade de proteção (hedge accounting)

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos e não derivativos como parte de sua estratégia de contabilidade de proteção e verificam, ao longo de toda a duração do *hedge*, a sua eficácia, bem como suas alterações de valor justo.

h.1 Hedge de valor justo

A Sociedade e suas controladas designam como *hedge* de valor justo instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de mudanças de taxas de juros e câmbio, no valor de mercado de dívidas contratadas em Reais e dólares norte-americanos.

Os instrumentos de proteção de taxa de câmbio designados como *hedge* de valor justo são:

| Em milhões, exceto % do DI | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--|------------|------------|
| Valor nocional – US\$ | 395,0 | 395,0 |
| Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R\$ | 79,5 | 149,2 |
| Ajuste de valor justo da dívida – R\$ | (36,8) | (28,5) |
| Resultado financeiro da dívida – R\$ | (130,3) | (215,9) |
| Custo médio efetivo - % do DI | 104,4 | 104,4 |

Para maiores informações, vide nota explicativa nº 16.c.1.

Os instrumentos de proteção de taxa de juros designados como *hedge* de valor justo são:

| Em milhões, exceto % do DI | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--|------------|------------|
| Valor nocional – R\$ | 806,1 | 806,1 |
| Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R\$ | 73,0 | 25,8 |
| Ajuste de valor justo da dívida – R\$ | (77,0) | (13,3) |
| Resultado financeiro da dívida – R\$ | (68,1) | (50,2) |
| Custo médio efetivo - % do DI | 95,8 | 95,8 |

Para maiores informações, vide nota explicativa nº 16.g.2, 16.g.4 e 16.g.6.

| Em milhões, exceto % do DI | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--|------------|------------|
| Valor nocional – R\$ | 90,0 | - |
| Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R\$ | 0,6 | - |
| Ajuste de valor justo da dívida – R\$ | (0,2) | - |
| Resultado financeiro da dívida – R\$ | (0,4) | - |
| Custo médio efetivo - % do DI | 99,9 | - |

Para maiores informações, vide nota explicativa nº 16.g.7.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

h.2 Hedge de fluxo de caixa

A Sociedade e suas controladas designam, como *hedge* de fluxo de caixa de compromisso firme e transações altamente prováveis, instrumentos financeiros derivativos para proteção dos “compromissos firmes” e instrumentos financeiros não derivativos para proteção das “transações futuras altamente prováveis”, para proteção contra variações decorrentes de mudanças da taxa de câmbio.

Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade não possuía instrumentos de proteção de taxa de câmbio e *commodities* de compromissos firmes designados como *hedge* de fluxo de caixa em aberto. Para os instrumentos de proteção de taxa de câmbio e *commodities* liquidados até 31 de dezembro de 2019, foi reconhecido no resultado uma despesa de R\$ 29,1 milhões (uma receita de R\$ 10,7 milhões em 31 de dezembro de 2018).

Em 31 de dezembro de 2019, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio de transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa, referente às notas no mercado externo, totalizavam US\$ 550,0 milhões (US\$ 570,0 milhões em 31 de dezembro de 2018), sendo reconhecida uma perda não realizada em “Outros resultados abrangentes” de R\$ 293,3 milhões em 31 de dezembro de 2019 (perda de R\$ 243,7 milhões em 31 de dezembro de 2018), líquida de IRPJ e CSLL diferidos.

Em 31 de dezembro de 2019 os instrumentos de proteção de taxa de câmbio de transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiten (zero cost collar), totalizavam US\$ 60,0 milhões (US\$ 149,4 milhões em 31 de dezembro de 2018), sendo reconhecida uma despesa não realizada em “Outros resultados abrangentes” de R\$ 0,1 milhão em 31 de dezembro de 2019 (ganho de R\$ 0,2 milhão em 31 de dezembro de 2018), líquida de IRPJ e CSLL diferidos.

h.3 Hedge de investimentos líquidos em entidades no exterior

A Sociedade e suas controladas designam, como *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, as notas no mercado externo, utilizados para proteção dos investimentos realizados nas entidades no exterior, para compensar variações decorrentes de mudanças da taxa de câmbio.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo das notas no mercado externo designadas como *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, referentes à parte dos investimentos realizados em entidades que possuem moeda funcional diferente do Real, totalizavam US\$ 95,0 milhões (US\$ 96,0 milhões em 31 de dezembro de 2018), sendo reconhecida uma perda em “Outros resultados abrangentes” de R\$ 55,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 (perda de R\$ 45,9 milhões em 31 de dezembro de 2018), líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Os efeitos da variação cambial dos investimentos e das notas no mercado externo se compensaram no patrimônio líquido.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

i. Ganhos (perdas) de instrumentos de proteção

As tabelas abaixo sumarizam os valores dos ganhos (perdas) que afetaram o patrimônio líquido e a demonstração de resultado da Sociedade e suas controladas:

| | 31/12/2019 | |
|--|--------------------|---------------------------|
| | R\$ milhões | |
| | Resultado | Patrimônio líquido |
| a - Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii) | 230,0 | 0,0 |
| b - Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii) | (1,7) | (0,1) |
| c - Swaps de juros em Reais (iii) | (4,0) | - |
| d - Instrumento financeiro não derivativo (iv) | (262,1) | (349,0) |
| Total | (37,8) | (349,0) |

| | 31/12/2018 | |
|--|--------------------|---------------------------|
| | R\$ milhões | |
| | Resultado | Patrimônio líquido |
| a - Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii) | 181,5 | - |
| b - Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii) | (3,8) | 0,2 |
| c - Swaps de juros em Reais (iii) | 12,5 | - |
| d - Instrumento financeiro não derivativo (iv) | (134,0) | (289,6) |
| Total | 56,2 | (289,4) |

- (i) não considera o efeito da variação cambial nos swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos, quando tal efeito é compensado no resultado do objeto protegido (dívida/compromissos firmes);
- (ii) considera o efeito da designação dos *hedges* cambiais;
- (iii) considera o efeito da designação dos *hedges* de juros em Reais; e
- (iv) considera o resultado das notas no mercado externo (para maiores informações vide nota explicativa nº 16.b).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

j. Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e de juros, estão demonstrados a seguir:

| | | | 31/12/2019 | | 31/12/2018 | |
|--|--|------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Categoria | | Nota explicativa | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo |
| Ativos financeiros: | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | | | | | | |
| Caixa e bancos | Custo amortizado | 4.a | 284.992 | 284.992 | 205.482 | 205.482 |
| Títulos de renda fixa em moeda nacional | Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes | 4.a | 1.780.939 | 1.780.939 | 3.722.308 | 3.722.308 |
| Títulos de renda fixa em moeda estrangeira | Mens. ao valor justo por meio do resultado | 4.a | 49.448 | 49.448 | 11.161 | 11.161 |
| Aplicações financeiras | | | | | | |
| Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional | Mens. ao valor justo por meio do resultado | 4.b | 1.937.967 | 1.937.967 | 2.462.018 | 2.462.018 |
| Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional | Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes | 4.b | 595.816 | 595.816 | 2.208 | 2.208 |
| Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional | Mens. pelo custo amortizado | 4.b | 76.904 | 76.904 | 73.089 | 73.089 |
| Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira | Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes | 4.b | 303.417 | 303.417 | 154.811 | 154.811 |
| Instrumentos de proteção cambial, juros e <i>commodities</i> | Mens. ao valor justo por meio do resultado | 4.b | 682.615 | 682.615 | 363.329 | 363.329 |
| Contas a receber de clientes | Custo amortizado | 5.a | 3.689.500 | 3.663.247 | 4.150.876 | 4.111.971 |
| Financiamentos a clientes | Custo amortizado | 5.b | 800.936 | 839.090 | 715.530 | 752.471 |
| Total | | | <u>10.202.533</u> | <u>10.214.435</u> | <u>11.860.812</u> | <u>11.858.848</u> |
| Passivos financeiros: | | | | | | |
| Financiamentos | Mens. ao valor justo por meio do resultado | 16.a | 1.666.092 | 1.666.092 | 1.567.374 | 1.567.374 |
| Financiamentos | Mens. pelo custo amortizado | 16.a | 6.008.414 | 7.268.742 | 6.889.310 | 6.840.079 |
| Debêntures | Mens. pelo custo amortizado | 16.a | 5.657.339 | 5.603.669 | 5.826.242 | 5.770.979 |
| Debêntures | Mens. ao valor justo por meio do resultado | 16.a | 1.030.892 | 1.030.891 | 833.213 | 833.213 |
| Arrendamentos a pagar | Mens. pelo custo amortizado | 13 | 1.588.673 | 1.588.673 | 46.066 | 46.066 |
| Instrumentos de proteção cambial, juros e <i>commodities</i> | Mens. ao valor justo por meio do resultado | 16 | 29.985 | 29.985 | 43.944 | 43.944 |
| Fornecedores | Custo amortizado | 17 | 2.700.071 | 2.678.808 | 2.731.677 | 2.710.352 |
| Bônus de subscrição - indenização | Mens. ao valor justo por meio do resultado | 25 | 130.657 | 130.657 | 123.095 | 123.095 |
| Total | | | <u>18.812.123</u> | <u>19.997.517</u> | <u>18.060.921</u> | <u>17.935.102</u> |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data-base das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e a Sociedade calcula seu valor justo por meio de metodologias comumente utilizadas para marcação a mercado.
- Os saldos contábeis de contas a receber e fornecedores são próximos aos seus valores justos.
- Os saldos de bônus de subscrição - indenização foram mensurados utilizando-se o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) na data-base das demonstrações financeiras, ajustado pelo *dividend yield*, uma vez que seu exercício é possível somente a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. A quantidade de ações dos bônus de subscrição - indenização também é ajustada conforme a variação dos montantes de provisões e passivos contingentes para riscos tributários, cíveis e trabalhistas relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014 (vide nota explicativa nº 25).
- Para cálculo do valor justo das notas no mercado externo da Ultrapar International foi utilizado o preço observado desses títulos em mercado ativo (vide nota explicativa nº 16.b).

O valor justo de outras aplicações financeiras, instrumentos de proteção, financiamentos e arrendamentos a pagar, foi apurado através de metodologias de cálculo comumente utilizadas para marcação a mercado, que consistem em calcular os fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, trazendo-os a valor presente pelas taxas de mercado na data-base das demonstrações financeiras. Para alguns casos, onde não há mercado ativo para o instrumento financeiro, a Sociedade e suas controladas podem utilizar-se de cotações fornecidas pelas contrapartes das operações.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Os instrumentos financeiros foram classificados como ativos ou passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de (i) todos os instrumentos de proteção cambial e de juros, que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado, aplicações financeiras classificadas como mensuradas a valor justo por meio do resultado e aplicações financeiras classificadas como mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (vide nota explicativa nº 4.b), (ii) financiamentos mensurados ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 16.a); (iii) garantias de clientes que possuem vendor (vide nota explicativa nº 16.i), que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado e (iv) bônus de subscrição - indenização, que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 25). Caixa, bancos, contas a receber de clientes e financiamentos a clientes estão classificados como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Fornecedores e demais contas a pagar estão classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

j.1 Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- (a) Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- (b) Nível 2 - *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços)

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A tabela abaixo demonstra as categorias dos ativos financeiros e passivos financeiros da Sociedade e de suas controladas:

| | Categoria | Nota explicativa | 31/12/2019 | Nível 1 | Nível 2 |
|--|--|-------------------------|-------------------|------------------|-------------------|
| Ativos financeiros: | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | | | | | |
| Caixa e bancos | Custo amortizado | 4.a | 284.992 | 284.992 | - |
| Títulos de renda fixa em moeda nacional | Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes | 4.a | 1.780.939 | - | 1.780.939 |
| Títulos de renda fixa em moeda estrangeira | Mens. ao valor justo por meio do resultado | 4.a | 49.448 | 49.448 | - |
| Aplicações financeiras | | | | | |
| Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional | Mens. ao valor justo por meio do resultado | 4.b | 1.937.967 | 1.937.967 | - |
| Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional | Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes | 4.b | 595.816 | - | 595.816 |
| Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional | Mens. pelo custo amortizado | 4.b | 76.904 | - | 76.904 |
| Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira | Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes | 4.b | 303.417 | 18.985 | 284.432 |
| Instrumentos de proteção cambial, juros e <i>commodities</i> | Mens. ao valor justo por meio do resultado | 4.b | 682.615 | - | 682.615 |
| Contas a receber de clientes | Custo amortizado | 5.a | 3.663.247 | - | 3.663.247 |
| Financiamentos a clientes | Custo amortizado | 5.b | 839.090 | - | 839.090 |
| Total | | | 10.214.435 | 2.291.392 | 7.923.043 |
| Passivos financeiros: | | | | | |
| Financiamentos | Mens. ao valor justo por meio do resultado | 16 | 1.666.092 | - | 1.666.092 |
| Financiamentos | Mens. pelo custo amortizado | 16 | 7.268.742 | 4.587.932 | 2.680.810 |
| Debêntures | Mens. pelo custo amortizado | 16 | 5.603.669 | - | 5.603.669 |
| Debêntures | Mens. ao valor justo por meio do resultado | 16 | 1.030.891 | - | 1.030.891 |
| Arrendamento a pagar | Mens. pelo custo amortizado | 13 | 1.588.673 | - | 1.588.673 |
| Instrumentos de proteção cambial e de juros | Mens. ao valor justo por meio do resultado | 16 | 29.985 | - | 29.985 |
| Fornecedores | Custo amortizado | 17 | 2.678.808 | - | 2.678.808 |
| Bônus de subscrição – indenização (1) | Mens. ao valor justo por meio do resultado | 25 | 130.657 | - | 130.657 |
| Total | | | 19.997.517 | 4.587.932 | 15.409.585 |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

| Categoria | | Nota explicativa | 31/12/2018 | Nível 1 | Nível 2 |
|---|--|------------------|-------------------|------------------|-------------------|
| Ativos financeiros: | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | | | | | |
| Caixa e bancos | Custo amortizado | 4.a | 205.482 | 205.482 | - |
| Títulos de renda fixa em moeda nacional | Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes | 4.a | 3.722.308 | - | 3.722.308 |
| Títulos de renda fixa em moeda estrangeira | Mens. ao valor justo por meio do resultado | 4.a | 11.161 | 11.161 | - |
| Aplicações financeiras | | | | | |
| Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional | Mens. ao valor justo por meio do resultado | 4.b | 2.462.018 | 2.462.018 | - |
| Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional | Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes | 4.b | 2.208 | - | 2.208 |
| Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional | Mens. pelo custo amortizado | 4.b | 73.089 | - | 73.089 |
| Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira | Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes | 4.b | 154.811 | 1.666 | 153.145 |
| Instrumentos de proteção cambial e de juros | Mens. ao valor justo por meio do resultado | 4.b | 363.329 | - | 363.329 |
| Contas a receber de clientes | Custo amortizado | 5.a | 4.111.971 | - | 4.111.971 |
| Financiamentos a clientes | Custo amortizado | 5.b | 752.471 | - | 752.471 |
| Total | | | <u>11.858.848</u> | <u>2.680.327</u> | <u>9.178.521</u> |
| Passivos financeiros: | | | | | |
| Financiamentos | Mens. ao valor justo por meio do resultado | 16.a | 1.567.374 | - | 1.567.374 |
| Financiamentos | Mens. pelo custo amortizado | 16.a | 6.840.079 | 2.841.436 | 3.998.643 |
| Debêntures | Mens. pelo custo amortizado | 16.a | 5.770.979 | - | 5.770.979 |
| Debêntures | Mens. ao valor justo por meio do resultado | 16.a | 833.213 | - | 833.213 |
| Arrendamento a pagar | Mens. pelo custo amortizado | 13 | 46.066 | - | 46.066 |
| Instrumentos de proteção cambial e de juros | Mens. ao valor justo por meio do resultado | 16.a | 43.944 | - | 43.944 |
| Fornecedores | Custo amortizado | 17 | 2.710.352 | - | 2.710.352 |
| Bônus de subscrição – indenização (1) | Mens. ao valor justo por meio do resultado | 25 | 123.095 | - | 123.095 |
| Total | | | <u>17.935.102</u> | <u>2.841.436</u> | <u>15.093.666</u> |

⁽¹⁾ Refere-se aos bônus de subscrição emitidos na aquisição da Extrafarma.

As contas a receber de clientes e os fornecedores são classificados como nível 2.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

k. Análise de sensibilidade de instrumentos financeiros derivativos

A Sociedade e suas controladas utilizam-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade, conforme exigida pela Instrução CVM nº 475/08, para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Sociedade analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou como cenário provável as taxas de câmbio Real/dólar norte-americano para o vencimento de cada derivativo, utilizando os contratos futuros de dólar norte-americano, cotados na B3 em 31 de dezembro de 2019. Como referência, a taxa de câmbio para o último vencimento de instrumentos de proteção cambial é de R\$ 5,76 (R\$ 5,86 em 31 de dezembro de 2018) no cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma apreciação ou depreciação adicional de 25% e 50% do Real em relação ao cenário provável, respeitando o risco ao qual o objeto protegido está exposto.

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, foram substituídas as taxas de câmbio e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em cada um dos três cenários. A tabela abaixo demonstra a variação dos valores dos principais instrumentos derivativos e seus objetos de proteção, considerando-se as variações da taxa de câmbio nos diferentes cenários:

| 31/12/2019 | <u>Risco</u> | <u>Cenário I Provável</u> | <u>Cenário II</u> | <u>Cenário III</u> |
|--|----------------------|-------------------------------|-------------------|--------------------|
| Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos | | | | |
| (1) Swaps dólar norte-americano/Real | Apreciação do dólar | 700.499 | 1.668.202 | 2.635.905 |
| (2) Dívidas/compromissos firmes em dólar norte-americano | | (700.465) | (1.668.031) | (2.635.596) |
| (1)+(2) | Efeito líquido | <u>34</u> | <u>172</u> | <u>309</u> |
| Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos | | | | |
| (3) Swaps Real/dólar norte-americano | Depreciação do dólar | 376 | 62.559 | 124.742 |
| (4) Margem bruta da Oxiten | | (376) | (62.559) | (124.742) |
| (3)+(4) | Efeito líquido | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Opções | | | | |
| (5) Opções Real/dólar norte-americano | Depreciação do dólar | - | 42.101 | 102.917 |
| (6) Margem bruta da Oxiten | | - | (42.101) | (102.917) |
| (5)+(6) | Efeito líquido | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

| 31/12/2018 | <u>Risco</u> | <u>Cenário I Provável</u> | <u>Cenário II</u> | <u>Cenário III</u> |
|--|----------------------|-------------------------------|-------------------|--------------------|
| Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos | | | | |
| (1) Swaps dólar norte-americano/Real | Apreciação do dólar | 372.022 | 1.039.669 | 1.707.316 |
| (2) Dívidas/compromissos firmes em dólar norte-americano | | (372.019) | (1.039.661) | (1.707.303) |
| (1)+(2) | Efeito líquido | <u>3</u> | <u>8</u> | <u>13</u> |
| Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos | | | | |
| (3) Swaps Real/dólar norte-americano | Depreciação do dólar | (65) | 8.545 | 17.154 |
| (4) Margem bruta da Oxitenio | | 65 | (8.545) | (17.154) |
| (3)+(4) | Efeito líquido | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Opções | | | | |
| (5) Opções Real/dólar norte-americano | Depreciação do dólar | - | 97.938 | 244.572 |
| (6) Margem bruta da Oxitenio | | - | (97.938) | (244.572) |
| (5)+(6) | Efeito líquido | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção à taxa de juros em Reais em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Sociedade utilizou a curva futura do contrato DI x Pré da B3 em 31 de dezembro de 2019 para os vencimentos de cada *Swap* e de cada dívida (objeto de proteção), para fins de definição do cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, da estimativa de taxa pré-fixada do cenário provável.

Com base nos três cenários de taxas de juros em Reais, a Sociedade estimou os valores de suas dívidas e dos instrumentos de proteção conforme o risco que está sendo protegido (variações nas taxas de juros pré-fixadas em Reais), levando-os a valor futuro pelas taxas contratadas e trazendo-os a valor presente pelas taxas de juros dos cenários projetados. O resultado está demonstrado na tabela abaixo:

| 31/12/2019 | <u>Risco</u> | <u>Cenário I Provável</u> | <u>Cenário II</u> | <u>Cenário III</u> |
|--|-----------------|-------------------------------|-------------------|--------------------|
| Swap de taxa de juros (em Reais) – Debêntures - CRA | | | | |
| (1) Swap taxa fixa - DI | Redução da taxa | (195.123) | (137.260) | (74.027) |
| (2) Dívida a taxa fixa | pré-fixada | 195.123 | 137.260 | 74.027 |
| (1) + (2) | Efeito líquido | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |
| 31/12/2018 | | | | |
| | <u>Risco</u> | <u>Cenário I Provável</u> | <u>Cenário II</u> | <u>Cenário III</u> |
| Swap de taxa de juros (em Reais) – Debêntures - CRA | | | | |
| (1) Swap taxa fixa - DI | Redução da taxa | (311.993) | (254.409) | (188.047) |
| (2) Dívida a taxa fixa | pré-fixada | 311.993 | 254.409 | 188.047 |
| (1) + (2) | Efeito líquido | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção a oscilações ao preço de *commodities* em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade utilizou os contratos futuros de diesel (*heating oil*) e gasolina (RBOB) negociados na NYMEX. Os cenários II e III foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, da estimativa do preço das *commodities* cenário provável.

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 31 de dezembro de 2019, foram substituídos os preços e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais na data-base das demonstrações financeiras em cada um dos três cenários. A tabela abaixo demonstra a variação dos valores dos instrumentos derivativos e seus objetos de proteção, considerando-se as variações nos preços das *commodities* nos diferentes cenários:

| 31/12/2019 | <u>Risco</u> | <u>Cenário I Provável</u> | <u>Cenário II</u> | <u>Cenário III</u> |
|-------------------------------|--------------------|-------------------------------|-------------------|------------------------|
| NDF <i>Commodities</i> | | | | |
| (1) NDF de <i>Commodities</i> | Redução Preço | 100.542 | 1.490.893 | 2.881.245 |
| (2) Margem Bruta da Ipiranga | <i>Commodities</i> | (100.542) | (1.490.893) | (2.881.245) |
| (1) + (2) | Efeito líquido | - | - | - |

35 Compromissos (Consolidado)

a. Contratos

a.1. A controlada Tequimar possui contratos com a CODEBA e com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, relacionados com suas instalações portuárias em Aratu e Suape, respectivamente. Esses contratos estabelecem uma movimentação mínima de carga, conforme tabela abaixo:

| Porto | Movimentação mínima em toneladas por ano | Vencimento |
|-------|---|------------|
| Aratu | 397.000 | 2031 |
| Aratu | 900.000 | 2022 |
| Suape | 250.000 | 2027 |
| Suape | 400.000 | 2029 |

Se a movimentação anual for menor que o mínimo exigido, a controlada deverá pagar a diferença entre a movimentação real e a mínima estabelecida nos contratos, com base nas tarifas portuárias em vigor na data definida para pagamento. Em 31 de dezembro de 2019, essas tarifas eram de R\$ 8,37 e R\$ 2,54 por tonelada para Aratu e Suape, respectivamente. A controlada tem cumprido os limites mínimos de movimentação de carga desde o início dos contratos.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a.2. A controlada Oxiten S.A. possui contratos de fornecimento com a Braskem S.A., que prevê e regula as condições do fornecimento de eteno à Oxiten tendo como base o mercado internacional deste produto. Esses contratos estabelecem um compromisso mínimo de compra conforme tabela abaixo:

| Planta | Compra mínima em toneladas por ano | Vencimento |
|---------------|---|-------------------|
| Camaçari | 205.000 | 2021 |
| Mauá | 44.100 | 2023 |

Em caso de descumprimento do compromisso mínimo de compra, a controlada obriga-se a pagar multa baseada no preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. Conforme condições e tolerâncias contratuais, não existem pendências materiais no que se refere aos limites mínimos de compra do contrato.

b. Cobertura de seguros

A Sociedade contrata apólices de seguro, visando cobrir diversos riscos aos quais está exposta, incluindo lucros cessantes, perdas e danos causados por incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, vendaval, queda de aeronave e danos elétricos, entre outros, garantindo as plantas industriais, bases de distribuição e filiais de todas as controladas. Os valores máximos indenizáveis, com base na análise de risco de determinados locais, são assim demonstrados:

Valor máximo indenizável (*)

| | |
|------------|---|
| Oxiten | US\$ 1.142 (equivalentes a R\$ 4.603 milhões em 31/12/2019) (*) |
| Ipiranga | R\$ 1.025 |
| Ultracargo | R\$ 949 |
| Ultragaz | R\$ 266 |
| Extrafarma | R\$ 160 |

(*) em milhões. Conforme condições das apólices.

O programa de Seguro de Responsabilidade Civil Geral atende à Sociedade e suas controladas, com valor de cobertura global máximo de US\$ 400 milhões (equivalentes a R\$ 1.612 milhões em 31 de dezembro de 2019), cobrindo os prejuízos que eventualmente possam ser causados a terceiros decorrentes de acidentes relacionados às operações comerciais e industriais e/ou à distribuição e comercialização de produtos e serviços.

São mantidas apólices de responsabilidade civil de diretores e administradores (D&O) para indenizar os membros do CA, CF, diretores e executivos da Ultrapar e de suas controladas (“Segurados”) no valor total de US\$ 80 milhões (equivalentes a R\$ 322 milhões em 31 de dezembro de 2019), que cobrem qualquer dos Segurados pelas responsabilidades resultantes de atos danosos, incluindo qualquer ato, omissão ou qualquer reclamação, contra os mesmos apenas em razão de sua função, salvo se o ato, omissão ou a reclamação for consequência de negligência ou dolo.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

São contratados, também, seguros nas modalidades de vida e acidentes pessoais, saúde, transportes nacionais e internacionais, entre outros.

As coberturas e limites segurados nas apólices contratadas são baseados em criterioso estudo de riscos e perdas realizado por consultores independentes de seguros, sendo a modalidade de seguro contratada considerada, pela administração, suficiente para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades realizadas pelas empresas.

c. Concessões portuárias

Em 22 de março de 2019, a Sociedade, através da controlada IPP, conquistou as concessões portuárias de três lotes com capacidade mínima de armazenagem de 64 mil m³ no porto de Cabedelo, no Estado da Paraíba, e um lote com capacidade mínima de armazenamento de 66 mil m³ no porto de Vitória, no Estado do Espírito Santo, que serão destinados à movimentação, armazenamento e distribuição de combustíveis. Estas concessões foram realizadas por dois consórcios, dos quais a IPP detém um terço da participação total. Para o porto de Cabedelo, foram constituídas as empresas Nordeste Logística I, Nordeste Logística II e Nordeste Logística III, juntamente com a Raízen Combustível S.A. e Petrobrás Distribuidora S.A. Para o porto de Vitória, foi constituída a Navegantes, juntamente com a Raízen Combustível S.A. e Petrobrás Distribuidora S.A. O total de investimentos relacionados à participação da IPP é de até R\$ 160 milhões para um prazo de concessão de 25 anos.

Em 5 de abril de 2019, a Sociedade, por meio de suas controladas IPP e Tequimar, conquistou três concessões. A IPP venceu duas licitações no porto de Miramar, em Belém, Estado do Pará, sendo: (i) lote BEL02A, via consórcio em que detém 50% de participação e que terá capacidade mínima de armazenamento de 41 mil m³ e (ii) lote BEL04, atualmente operado pela IPP, e que terá capacidade mínima de armazenamento de 23 mil m³. Essas áreas serão operadas pelo prazo mínimo de 15 anos, de acordo com o aviso do leilão. Para o lote BEL02A foi constituída a Latitude, juntamente com a Petróleo Sabbá S.A. A Tequimar venceu a licitação do lote VDC12 no porto de Vila do Conde, em Barcarena, no Estado do Pará. A capacidade mínima de armazenamento será de 59 mil m³. A área será operada pela Tequimar por pelo menos 25 anos, conforme aviso do leilão. Para o lote VDC12, foi constituída a controlada Tequimar Vila do Conde Logística Portuária S.A. (vide nota explicativa nº 3.b). Os investimentos estimados em relação à participação da IPP e da Tequimar totalizam, aproximadamente, R\$ 450 milhões a serem desembolsados ao longo dos próximos cinco anos, incluindo os valores relativos à outorga e aos investimentos mínimos das áreas licitadas.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

36 Eventos subsequentes

Emissão de ações de bônus de subscrição Extrafarma

Em 19 de fevereiro de 2020, o CA confirmou a emissão de 2.108.542 ações ordinárias dentro do limite do capital autorizado previsto no art. 6º do Estatuto Social da Sociedade, em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição (vide nota explicativa nº 25) emitidos pela Sociedade quando da incorporação da totalidade das ações de Extrafarma pela Sociedade, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Sociedade realizada em 31 de janeiro de 2014. O capital social da Sociedade passará, portanto, a ser representado por 1.114.918.734 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.